



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
FRONTEIRAS, POPULAÇÕES E BENS CULTURAIS.

ARLÉTO PEREIRA ROCHA

**OS CAMINHOS DE PEABIRU : HISTÓRIA E MEMÓRIA**

MARINGÁ

2017

ARLÉTO PEREIRA ROCHA

## **OS CAMINHOS DE PEABIRU: HISTÓRIA E MEMÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: fronteiras, populações e bens culturais, sob a orientação do Professor Doutor Lúcio Tadeu Mota.

MARINGÁ

2017

Catálogo da Publicação na Fonte.  
Bibliotecária: Rubia Marcela Aparecido CRB-9/1443

---

R672c Rocha, Arléto Pereira.

Os Caminhos de Peabiru: História e memória. / Arléto Pereira Rocha. – Maringá, PR : UEM, 2017.

xiv; 138 f.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Lúcio Tadeu Mota.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá. Programa de pós-graduação em história. Maringá: UEM, 2017.

Referências: f. 117 – 133.

1. Investigação histórica. 2. Peabiru – História – Desbravamento. 3. Peabiru – Historiografia. I. Mota, Lúcio Tadeu. II. Universidade Estadual de Maringá. III. Título.

CDD: 907.2

---

Índice para Catálogo Sistemático

1. História e memória: 907
2. Investigação Histórica: 907.2
3. Historiografia: 907.2

# **Os Caminhos de Peabiru: História e Memória**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

## **COMISSÃO JULGADORA**

**Professor Doutor Lucio Tadeu Mota.**  
Universidade Estadual de Maringá

**Professora Doutora Solange Ramos de Andrade**  
Universidade Estadual de Maringá

**Professora Doutora Cláudia Eliane Parreiras Marques**  
Universidade Estadual de Londrina

*A Nhanderu, Jeová, Buda, Alá, Maomé, aos amigos*  
*A meus filhos Bruno Teodoro Rocha, Erica Teodoro*  
*Rocha e Vitória Teodoro Rocha*  
*A meus irmãos Sérgio Aparecido Rocha, Celso Pereira*  
*Rocha e Alvino Pereira Rocha (in memoriam)*  
*A meus pais Elvino Pereira Rocha e Nelci Lopes Paiva*  
*(in memoriam)*

## AGRADECIMENTOS

*À NATUREZA, PRIMEIRA DAS COISAS, POR HORA.*

*Ao acolhimento, cordialidade e gentileza nas horas tribuladas pela amiga Giselle Moraes.*

*Aos habitantes do bar do Baiano dos Macacos em Peabiru-PR sempre perguntando como iam os estudos*

*Aos parceiros que por motivos Geográficos, Conceituais e Éticos sempre conduziu-nos aos encontros banhados de Serendipidade no Bar da Dona Olga: Patrick Trento, Danilo Champan, Débora Pinguelo Morgado, Aline de Oliveira, Bruna Morante, Richard Freitas, Kevin Conceição e Jefferson Ribeiro*

*As meninas do grupo Alfa Alessandra Melo e Lili Splendor e Andreia Cunha*

*Aos amigos da UEM em Ivaiporã-PR, Caio Cobiachi, Angélica Ramos, Talyta Rafaella, Rodrigo Silva e Stefani Onesko*

*A professora Sinclair Pozza Casemiro, a qual abriu meus “caminhos”*

*A Arqueóloga e amiga Cláudia Ines Parellada, ao amigo de caminhos Hardy Guedes Alcoforado Filho;*

*Em especial ao Professor Lucio Tadeu Mota, o qual estudava seus escritos na academia e tempos depois era meu Orientador. Uma honra.*

## Epígrafe

“NHANDERUVIXA TENONDE GUA’I TOVE KATU  
TA’IMBARETE TA’IPYA GUAXU  
NHANDERE’RAA TAPE MIRI RUPI”

---

“GRANDE E PRIMEIRO MESTRE  
SEJA FORTE E TENHA CORAGEM  
PARA NOS LEVAR PELO CAMINHO SAGRADO”

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa interdisciplinar é investigar na bibliografia pertinente, nos depoimentos, nos dados na Arqueologia, na bibliografia da Geografia e da História a existência dos Caminhos de Peabiru inserido em sua fronteira entre realidade histórica e a reinvenção do tema, bem como elencar as transversalidades que afeta o tema, tais como este as análises movidas pela paixão ao tema que levam a um panorama ficcional, atrelado ou não aos fins de exploração turística e econômica. Busca-se também analisar as ressignificações do tema na contemporaneidade, considerando as marcas materiais (artefatos líticos, cerâmicas), marcas imateriais (voz dos Guarani, tradições, heranças) e as digressões oriundas do trato passional que limitam a compreensão do assunto, afastando a cientificidade, muito embora envolva em si uma religiosidade significativa. Também traça uma linha de pensamento atrelando dados concretos com dados subjetivos, se estabelecendo em mais uma fronteira entre as provas tangíveis da existência do caminho e as explanações sem bases científicas, muito embora as fontes concretas sejam escassas. A perspectiva desta pesquisa passa por uma análise de entrevistas como fontes orais e bibliografia pertinente que esboçam elementos sobre os estudos anteriores dos caminhos, bem como projeta estudos futuros. A fundamentação teórica se dá pela discussão do espaço na geografia, da construção histórica, etnológica e arqueológica. Concluiu-se que os Caminhos de Peabiru existiram e que suas marcas estão demonstradas, muito embora muito de seu traçado completo nunca seja reconhecido pelo apagamento advindo da ação agrícola e crescimento urbano. A discussão do tema é marginalizada ou banalizada pela indefinição científica da autoria dos caminhos, pelo preconceito social frente ao indígena, ao laconismo e silenciamento deste indígena sobre os caminhos e pela dicotomia equivocada entre ramal principal e ramais secundários. Observou-se que diversas questões se apresentam como desafios acerca do tema, entre eles o estudo das possibilidades de tornar os caminhos patrimônio cultural imaterial e material, desenvolver o turismo sem afetar a sacralidade indígena conciliando interesses de indígenas e não-indígenas.

**Palavras-chave:** Caminhos de Peabiru; Etnologia; Arqueologia; Geografia; História Indígena; Fronteiras.



## ABSTRACT

The objective of this interdisciplinary research is to investigate the existence of the Peabiru Ways inserted in its frontier between historical reality and the reinvention of the theme, as well as to list the cross-sectional areas of the relevant bibliography, testimonies, data in Archeology, in the bibliography of Geography and History Which affects the theme, such as this the analyzes driven by the passion to the theme that lead to a fictional panorama, linked or not for the purposes of tourism and economic exploration. It also seeks to analyze the re-significations of the theme in contemporary times, considering the material marks (lithic artifacts, ceramics), immaterial marks (Guarani voice, traditions, inheritance) and the digressions from the passionate treatment that limit the understanding of the subject, Scientificity, even though it involves in itself a significant religiosity. It also traces a line of thought by linking concrete data with subjective data, settling into yet another boundary between tangible proofs of the existence of the path and explanations without scientific basis, although concrete sources are scarce. The perspective of this research is an analysis of interviews as oral sources and pertinent bibliography that sketches elements about the previous studies of the ways, as well as projects future studies. The theoretical basis is given by the discussion of space in geography, of historical, ethnological and archaeological construction. It was concluded that the Peabiru Roads existed and that their marks are demonstrated, although much of its complete layout is never recognized by the erasure of agricultural action and urban growth. The discussion of the subject is marginalized or trivialized by the scientific indefinición of the authorship of the roads, by the social prejudice against the indigenous, to the laconism and silencing of this native on the paths and by the mistaken dichotomy between main branch and secondary branches. It was observed that several issues present themselves as challenges on the subject, among them the study of the possibilities of turning intangible and material cultural patrimony, developing tourism without affecting indigenous sacredness, reconciling indigenous and non-indigenous interests.

**Keywords:** Peabiru ways; Archeology; Geography; Indigenous history; Borders

## **LISTA DE MAPAS**

**Mapa 01:** Sítios Arqueológicos registrados na Mesorregião Centro Ocidental do Paraná entrecortado por dois trechos dos Caminhos de Peabiru.....39

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01:	Provável rota dos Caminhos de Peabiru.....	20
Figura 02:	Diagrama dos caçadores coletores pré-cerâmicos em Campo Mourão.....	32
Figura 03:	Diagrama dos caçadores coletores pré-cerâmicos em Campo Mourão.....	36
Figura 04:	Distribuição Hidrográfica da Região de Campo Mourão.....	49
Figura 05:	Emblema do Projeto do NECAPECAM.....	60
Figura 06:	Cartaz do I Encontro Paranaense sobre os Caminhos de Peabiru (I EPCP).....	69
Figura 07:	Arte cerâmica Macro-Jê.....	81
Figura 08:	A passagem do caminho na mesorregião centro ocidental do Paraná (região).....	91
Figura 09:	Classificação Atual do Patrimônio Cultural.....	97

## LISTA DE FOTOS

- Foto 1: Peça lítica utilizada para afiar e raspar encontrada as margens do Rio Claro em Peabiru PR.....33
- Foto 2: Possível peça lítica utilizada para afiar e raspar encontrada as margens do Rio Mourão em Peabiru –PR.....34
- Foto 3: Ponta de projétil, encontrada as margens do Rio da Areia em Peabiru – PR.....35
- Foto 4: Imagem a localização de possível petroglifo em afluente da margem esquerda do Rio Mourão no município de Peabiru-PR. ....62
- Foto 5: Imagem fechada do possível petroglifo em afluente da margem esquerda do Rio Mourão no município de Peabiru-PR.....62
- Foto 6: Peregrinos caminhando em Rotas Simbólicas dos Caminhos de Peabiru em eventos promovidos pelo NECAPECAM.....64
- Foto 7: Atleta Thais Alves acende a pira olímpica na qual de forma ampla aborda as tradições indígenas na abertura 59º Jogos Abertos do Paraná em Peabiru-PR.....70
- Foto 8: Gravação do Programa “Meu Paraná” da Rede Paranaense de Televisão –RPC em outubro de 2016 sobre os Caminhos de Peabiru em Peabiru-PR.....71
- Foto 9: Vasilha cerâmica Guarani, com acabamento de superfície pintada, em acervo no Museu Histórico de Santo Inácio –PR.....81

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01:	Peregrinações do NECAPECAM-2004-2011.....	65
Quadro 02:	Dispositivos legais acerca dos Caminhos de Peabiru.....	66

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>COMCAM:</b>	Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão
<b>NECAPECAM:</b>	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Caminhos de Peabiru na Região de Campo Mourão-PR.
<b>NEHPIOCAM:</b>	Núcleo de Estudos Históricos dos Pioneiros da Região de Campo Mourão-PR
<b>EPCP:</b>	Encontro Paranaense sobre os Caminhos de Peabiru

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
<b>1 OS CAMINHOS DE PEABIRU: APRESENTAÇÃO GERAL.....</b>	<b>19</b>
1.1 Os Caminhos de Peabiru na Visão dos Guarani.....	25
1.2 Dados Arqueológicos dos Caminhos de Peabiru na região de Campo Mourão.....	31
1.3 Os Caminhos de Peabiru na Historiografia do Paraná.....	41
1.4 Os Caminhos de Peabiru na Voz dos Geógrafos.....	44
<b>2 OS CAMINHOS DE PEABIRU: RENASCIMENTO DE UM TEMA.....</b>	<b>56</b>
2.1 O NECAPECAM - Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre os Caminhos de Peabiru na COMCAM (Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão): Estudos e Peregrinações.....	59
2.2 Implicações do Tombamento e Exploração dos Caminho de Peabiru como Patrimônio Turístico, Cultural e Histórico.....	72
<b>3 ENTRE A INVENÇÃO E A HISTÓRIA: OS CAMINHOS DE PEABIRU E SUAS DÚVIDAS NA MODERNIDADE.....</b>	<b>77</b>
3.1 A Indefinição da Autoria dos Caminhos.....	78
3.2 Os Vestígios Apagados pela Agricultura e Urbanização.....	82
3.3 O Laconismo e Silêncio Indígena Acerca dos Caminhos de Peabiru.....	85
3.4 O Preconceito ao Indígena: A Demanda Invisível.....	87
3.5 A Dicotomia Entre Caminho Principal e Caminhos Secundários.....	89
3.6 A Invenção do Tema.....	92
3.7 Caminhos de Peabiru na Pós-Modernidade: Legados Materiais e Imateriais.....	96
CONCLUSÃO.....	106
FONTES ORAIS E REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	109
ANEXOS .....	118

## INTRODUÇÃO

As rugosidades<sup>1</sup> deixadas na paisagem são resquícios arqueológicos de tempos pretéritos os quais podem ser descobertos, desnudados, estudados, analisados como legados materiais de um povo. Também as averiguações das heranças imateriais de tempos passados calcadas nos nomes dos lugares, das plantas, dos animais e dos rios possibilitam estudos para entender como foram as vivências destes povos até então.

Por conseguinte, a partir da junção desses estudos acerca das materialidades e imaterialidades pode se então formar um contexto fundamentado em argumentos de base científica, no qual se descortinam peças que outrora se vislumbravam desconexas, agora não mais.

Assim para estudar os Caminhos de Peabiru, todos estes legados são levados em conta, com o fim de separar a possível realidade das possíveis invenções e reinvenções, uma vez que o tema por vezes vai além do cunho científico e se envolve em meio as paixões de pesquisadores e aventureiros.

Uma vez que o meio natural de cerca de cem anos atrás fora devastado, neste sentido, pode se eleger os rios do Paraná como meios os quais nos dispõem em suas cercanias os mais reveladores vestígios da presença das sociedades históricas e pré-históricas. Observa a importância da presença dos indígenas, em seus caminhos, no legado dos sítios arqueológicos a margem desses rios, partindo da premissa básica que a água sempre fora atrativo (indispensável) a subsistência. Dos rios desdobram-se as paisagem de entorno e as mais distantes até se fecharem as peças. Eis o ambiente de análise e trabalho para pesquisa. Vale ressaltar que averiguando as implicações na paisagem das populações pré-históricas e históricas este empenho norteia-se pela acepção de um estudo histórico-geográfico que envolve as bacias atuais dos rios Ivaí e Piquiri com desdobramentos possíveis as bacias dos rios Paraná, Piquiri, Ivaí, Paranapanema, Tibagi e seus afluentes.

Delimita-se a área, o ambiente de estudo o entorno dos rios situados na rota do antigo caminho de Peabiru na região de Campo Mourão, estado do Paraná, a mesorregião

---

<sup>1</sup> Rugosidades no espaço geográfico é um conceito desenvolvido pelo Geógrafo brasileiro Milton Santos, o qual sublinha que no decorrer da História as ações da humanidade e das sociedades imprimem, calcam suas construções no espaço geográfico, perpassando os tempos como registro dessas mesmas ações das quais percebem-se os traços de seus costumes, tecnologias e culturas. São as ruínas de cidades antigas, monumentos, construções, etc.



centro-ocidental do Paraná<sup>2</sup>, tendo como base também as peregrinações em rotas simbólicas pelo Caminho de Peabiru realizadas na região no início dos anos 2000. Todavia, tais rotas mesmos simbólicas foram traçadas sobre estradas e áreas nas quais justamente indícios arqueológicos e legados imateriais comprovam a presença humana milhares de anos antes.

Deve-se sublinhar que os Rios desta região serviram também de guias e fator de sobrevivência primeiramente para os indígenas presentes na área e depois aos conquistadores espanhóis, portugueses e as ordens missionárias.

Milton Santos (1978) em sua obra “Por uma Geografia Nova” escreveu que o homem deve discutir seu espaço social, ver a produção deste espaço como objeto, pois ele é social, histórico, morada do homem, é uma realidade e uma categoria de compreensão da realidade. O homem e a mulher deve compreender o espaço que habita. Compreender o seu espaço, seu lugar, conhecer sua identidade primeira, sua História Local, conhecer a si mesmo e suas raízes é uma tarefa contínua e necessária.

Assim, tendo em vista que a história da ocupação humana da região perpassa a imigração europeia, africana e asiática, e tem seu nascedouro, sua raiz principal na população indígena que por aqui vivia antes de todos, estudar e reconhecer seus vestígios é reencontrar a gênese de nossa sociedade, seja étnica ou culturalmente falando. Estudá-la é levar-nos a um reencontro de nós. E poder delimitar a fronteira entre a realidade e a ficção que permeiam os Caminhos de Peabiru. Eis o desafio

Neste âmbito, o indígena ao se estabelecer neste meio, deixou sua memória registrada clara ou implicitamente na intervenção na natureza. Como ressaltado no início, isto é o que Santos (1978) determina como “rugosidades”: as marcas da história deixadas pelo homem. São estradas, casas, ruínas, pontes, monumentos, artefatos, lugares, montanhas, plantas, os nomes de rios. Estas rugosidades duram mais que o processo que as criaram. São assim heranças do passado que influem no presente. É o estudo dos efeitos recíprocos entre o homem e seu ambiente.

O objetivo deste estudo assim é desenvolver uma pesquisa histórica, acerca dos caminhos de Peabiru, visando delimitar a fronteira entre a paixão pelo tema e a realidade, bem como as suas ressignificações nos anos 2000 e entender o motivo pelo qual este tema

---

<sup>2</sup> A Mesorregião Centro Ocidental Paranaense é uma divisão instituída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) composta por 26 municípios. A seguir as cidades: Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre d'Oeste, Roncador, Terra Boa e Ubiratã (MARTINS, 2016)

ainda na contemporaneidade é permeado por dúvidas, considerando tantos as marcas materiais como vestígios de assentamentos, de antigos caminhos, locais de enterramentos e praças cerimoniais, artefatos líticos e cerâmicos, como marcas imateriais preservadas nas tradições dos Guarani, que continuam a viver na região.

Tem como delimitação de local a mesorregião Centro-Ocidental Paranaense situada no Terceiro Planalto Paranaense sobre o chamado Bloco Planáltico de campo mourão, entre a região norte (Rio Ivaí) o extremo-oeste paranaense (rios Paraná e Piquirí), formada pela junção de 25 municípios que foram originados do antigo território do município de Campo Mourão. (CUNHA; YOKOO e YOKOO, 2007, p. 12-13)

A condução desta pesquisa passa pela análise da bibliografia que tratou do assunto nas suas diversas abordagens, desde a arqueologia, estudos geográficos, históricos, até nas memórias da população regional que apresentam o assunto em suas narrativas.

No campo das fontes orais, como sinalizador teórico dos caminhos, Verena Alberti é a norteadora destes. Desta feita, de forma geral, Alberti (2012) sublinha que não existe outra forma de nos aproximarmos do passado a não ser pelas fontes, pois o conhecimento histórico é condicionado pelas fontes que temos ao dispor e pelas perguntas que fazemos a elas. Tendo em vista que a fonte oral é fonte riquíssima de estudo, cabe ressaltar que 'narrativas orais são narrativas de memórias' (SILVEIRA, 2007, p. 42) e assim sendo narrativas, no lugar de “versão” para se referir à entrevista, deve ser utilizados os termos “entrevista”, “narrativa” ou “relato”, para evitar que, por “versão”, se entenda uma notícia ou história infundada. (ALBERTI, 2012),

Desta feita esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro apresenta os Caminhos de Peabiru para melhor entendimento de sua condição histórica desdobrando-se no tema no escutar das vozes dos Guarani permeado por depoimentos destes próprios. Neste mesmo capítulo se faz um levantamento arqueológico dos Caminhos de Peabiru na região de Campo Mourão, estado do Paraná, observando o legado material das sociedades pretéritas na região. Ainda no segundo capítulo constrói-se um levantamento na historiografia do Paraná e nos estudos geográficos feito até então acerca do tema.

Dentro da Geografia se tece um vislumbre físico da mesorregião centro ocidental do Paraná descrevendo as paisagens que serviram e servem de cenário aos Caminhos de Peabiru bem como ele é exposto na contemporaneidade como tema nas vozes de alguns Geógrafos.

Já o segundo capítulo versa sobre a ressignificação do tema nos anos 2000, dentro do recorte temporal de 1971 a 2016, muito embora os dados geográficos remontem da formação geológica da região de milhares de anos em seu solo, flora e fauna, muito embora também os dados arqueológicos tratem de 12 mil anos antes do presente até então e os dados históricos retratem os Caminhos de Peabiru desde o século XV, era dos descobrimentos das ditas novas terras. Também, versa-se neste capítulo sobre a ação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Caminhos de Peabiru na Região de Campo Mourão- NECAPECAM, grupo formado nos anos 2000 com o objetivo de retirar da amnésia histórica e cultural o tema na região. Deste grupo, inspirado nos trabalhos oriundos do ensejo do então Prefeito de Campo Mourão Rubens Bueno no anos de 1990 (o qual incumbiu Rosana Bond do trabalho) foram realizadas peregrinações em possíveis trechos dos caminhos na região, bem como coleta de depoimentos (história oral) e utensílios de usos diário das sociedades pretéritas, tais como machados, almofariz, pontas de projéteis e demais artefatos líticos. Deste trabalho do então Prefeito Rubens Bueno e do NECAPECAM, é que surgiu o propósito de tombamento dos Caminhos de Peabiru na região como patrimônio turístico, histórico e cultural em um projeto de lei protocolado na Assembleia Legislativa do estado do Paraná pelo então Deputado Estadual Douglas Fabrício, projeto este que não prosperou por questões abordadas no texto.

Chegando ao terceiro capítulo são tecidas argumentações oriundas das análises dos dois primeiros capítulos dando ênfase a veracidade de fato frente às variantes da possível invenção do tema, elencando fatores que atestam e colocam em dúvida a existência dos Caminhos de Peabiru, tais como a indefinição da autoria dos Caminhos de Peabiru, os vestígios materiais apagados pelo advento da agricultura e urbanização recente, o laconismo e silêncio indígena acerca do tema, o preconceito ao indígena e por fim pela dicotomia entre caminho principal e caminhos secundários. Neste capítulo final fecha-se a análise passeando pelos conceitos de diversos autores, entre os quais Chartier (2002) em seu âmbito das significações/ ressignificações, Eric Hobsbawm (1984) inserido na premissa da invenção das tradições para então caminhar pelos legados materiais e imateriais deixados para a pós-modernidade.

Desta feita, a fundamentação teórica se dá pela discussão sobre a metodologia da etno-história indígena apresentada por Mota (2014), pelas reflexões sobre o espaço na Geografia, dentre os quais Maack, (2002), Azevedo, (1971); Leinz e Amaral, (2001) Massoquim (2008); Onofre, (2005); Colavite (2006) e Cunha, Yokoo e Yokoo (2007),

passando pelas informações arqueológicas de diversos autores que trataram da ocupação pré-histórica da região, até as informações etnográficas sobre os Guarani.

## CAPÍTULO 1

### OS CAMINHOS DE PEABIRU: APRESENTAÇÃO GERAL

No ano de 1639, o Padre Jesuíta Antônio Ruiz de Montoya na obra “**História da Conquista do Paraguai: Rio da Prata e Tucumam**” faz menção a um caminho com oito palmos de largura que corria pelas terras do Brasil. Não o denomina como “Caminho de Peabiru”. O nome Peabiru provavelmente é um nome não indígena cuja terminologia aportuguesada é oriunda do falar dos índios Guarani do possível termo *Peabeyú*, que na língua Guarani tem o significado de “Caminho Antigo de ida e volta” ou “Caminho Gramado Amassado”.

Possivelmente os Caminhos de Peabiru configuravam-se como uma trilha transcontinental que ligavam o Oceano Pacífico ao Oceano Atlântico em uma rota principal entremeados por inúmeros ramais caracterizados por certa profundidade e seu revestimento superficial por gramíneas.

Uma trilha destes caminhos cortava a América do Sul Brasil perfazendo cerca de 3.000 quilômetros de trilha. Compunha-se provavelmente este ramal pela recepção de ramificações secundárias que conduziam até o caminho principal entrecortado por picadas e caminhos os quais conduziam ao ramal principal e aos caminhos secundários ligando diversos povoados indígenas. Segundo Barros e Colavite:

Algumas características o diferenciavam de outros caminhos, ao longo de seu percurso apresentava aproximadamente 08 (oito) palmos de largura, o equivalente a 1,40 metros (um metro e quarenta centímetros) e 0,40 metros (quarenta centímetros) de profundidade, sendo todo o percurso coberto por uma espécie de gramínea que não permitia que arbustos, ervas daninhas e árvores crescessem em seu curso evitando também a erosão, já que era intensamente utilizado. (BARROS E COLAVITE, 2009, p. 87).

Como assinalam Barros e Colavite (2008, p. 88) este ramal principal tinham duas ramificações na qual “uma que vinha do litoral de Santa Catarina e outra do litoral de São Paulo, encontrando se no primeiro planalto Paranaense por onde seguiam, em sentido oeste, passando pelo Mato Grosso do Sul, Paraguai, Bolívia e Peru.”



**Figura 01:** Provável rota dos Caminhos de Peabiru  
**Fonte:** Maurer, 2010

Para se locomoverem, os indígenas percorriam estas terras por caminhos, os quais seriam a “via de acesso ao interior do continente [...], rota pré-colombiana, que cortava o território paranaense [...] estendendo ao rio Paraná, atravessando os rios Tibagi, Ivaí e Piquiri, prosseguindo até o Peru e a costa do pacífico” (AGUILAR, 2002, p. 87). De acordo com Sinclair Pozza Casemiro, da memória de moradores antigos da região de Campo Mourão sobre os caminhos de Peabiru, emerge a lembrança de que

[...] ali era um trio estreito, de uns oito a dez palmos de largura, fundo, por onde os índios e jesuítas passavam, a caminho para Fênix, Pitanga e arredores. Era um trio pelo qual se penetrava na densa floresta, habitada por toda espécie de animais e por onde os indígenas transitavam, entrecortando as árvores, os morros. Muita cerâmica e objetos líticos foram e ainda são encontrados, porém agora é que se vem despertando consciência da população quanto a sua preservação e documentação. (CASEMIRO, 2006, p. 59).

Segundo Bond (2004) este provável caminho levava-os indígenas Guarani a “Terra Sem Mal” ou ao “Yvy Marã e’y”, permeando toda a sua vida material e espiritual. No Paraguai o caminho aparece com outros nomes, como: Peavijú, Peavirú e Tape Avirú, significando, “Caminho Batido”, “Caminho Pisado” e “Caminho Amassado”.

Esta rede de diversos caminhos, serviram de meio de inserção de colonizadores europeus, jesuítas e bandeirantes pelas terras do Paraná. Dentre estes está a passagem do espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca.

Entretanto, antes de tudo, é pergunta por vezes recorrente: quem foi Cabeza de Vaca?. Tal pergunta percorre os âmbitos escolares, bem como da população fora do cotidiano escolar que conduz a uma interessante reflexão: Cabeza de Vaca é um ilustre desconhecido!

Nascido em Jerez de la Fronteira em 1492 e falecido em Sevilla, em 1558, Dom Alvar Nunez Cabeza de Vaca era de família nobre e com o espírito aventureiro o que o levou a percorrer vários territórios nos Estados Unidos e México e sua primeira viagem ao continente americano, e depois, como governador do Paraguai percorreu os territórios do Paraná rumo ao Paraguai.

Depois de sua passagem pela America do Norte aportou em Santa Catarina, já nomeado governador do Paraguai, e guiado pelos índios Guarani adentrou o Paraná. Foi ele quem “descobriu” as Cataratas do Iguaçu, antes de entrar em terras paraguaias. Depois de tantas aventuras voltou a Espanha tornando-se monge até seu falecimento em 1558.

A carta "Comentários", onde descreve sua passagem pelo Paraná e descreve seu governo no Paraguai, é um auto de defesa de Cabeza de Vaca, escrito por um escriba. Tivesse permitido a escravidão, os abusos contra os indígenas, certamente não seria condenado, pois estaria seguindo as mentalidades de dominação e escravidão da época. Nesse sentido, em um texto de autodefesa, Cabeza de Vaca tenta mostrar as maldades de Domingo Martinez de Irala e seus asseclas e ao povo indígena na região de Assuncion.

A carta mostra matizes da vida colonial nos tempos de 1500. Chamou a atenção de Cabeza de Vaca a unidade da língua, principalmente dos Tupi-Guarani. Narrador com habilidade, a descrição é formada por saltos no tempo, não segue uma “cronologia rígida”. Mostra também a paisagem do Paraná: subtropical densa e úmida, com campos, rios, araucárias, cedros, ipês, perobas e erva mate nativa (SIMÕES, 1999, p. 12).

Em certas partes a carta relata que os europeus entendem os indígenas, mas o entendimento não seria tão simples assim. Ora, o entendimento era unilateral, uma vez que o colonizador supunha entender o que o indígena queria e assim impunha sua vontade.

Observam-se nas entrelinhas que a terra também já tinha dono, os indígenas (índios carijós, hoje conhecidos como Guarani).

Embora os tratem bem, Cabeza de Vaca ainda assim descrevem os indígenas como servos, vassallos, como criaturas a serem cristianizadas, similar a ação que Caminha descreve na carta de 1500.

Descreve a carta as paisagens do Paraná, as diversas trilhas indígenas que iam da Serra do Mar até chegar a região de Ponta Grossa, continuando a oeste até o rio Paraná.

Ao longo de sua jornada distribui presentes, que seriam pagamentos. Para não dizer que pagaram e exporem sua dependência aos índios, escreveu-se que presentes, foram dados.

Deste trecho carta

[...] a tribo dos Guaranis: são lavradores que semeiam milho e a mandioca duas vezes por ano, criam galinhas e patos da mesma maneira que nós na Espanha, possuem muitos papagaios, ocupam uma grande extensão de terra e falam uma só língua. Mas também comem carne humana e tanto pode ser dos índios seus inimigos [...]. è gente muito amiga, mas também muito guerreira e vingativa.(VACA, 1995, p. 36)

Observa-se que na criação de animais o parâmetro de criação certa é fixada como a forma dos europeus. Os índios apenas "copiaram", mesmo tendo ciência que provavelmente nunca houvera contato de forma tão direta assim antes. Ao comer carne humana, os índios absorviam a alma guerreira do inimigo. Sem a percepção de alteridade, o relato expõe ao mundo que tal ato era uma ação bárbara, selvagem, sem fim nenhum.

O cavalo era animal exótico a paisagem dos indígenas, dono de todas as visões. Obviamente, os Guarani, sempre prudentes, não chegariam perto destes animais.

No trecho “era impressionante ver o modo que aqueles índios tinham medo dos cavalos [...]” que eram “personagens estranhos por aquelas terras” (VACA, 1995, p. 35) uma nesga de alteridade, pois fica evidente em certa parte da carta que o europeu se coloca no lugar do índio, declarando que eles, espanhóis eram os estranhos. Fica clara aí a confissão de invasão.

Nota-se também o espanto dos espanhóis frente a beleza da paisagem. Depois do assombro do belo, viria a ideia de desmatamento pela civilização para plantar ao modo europeu naquelas terras férteis.

Há de ressaltar, como no território espanhol, que os indígenas por vezes dissimulavam comportamentos e intenções, talvez aí se insira a concepção de inocência e pureza edênica deles.

Na chegada ao Rio Iguçu, Cabeza de Vaca é o primeiro branco a relatar a contemplação das Cataratas. A paisagem era algo corriqueiro aos nativos. Ao europeu, o assombro, embora este não assuma a contemplação, pela sua pretensa superioridade intrínseca de não se surpreender com o diferente de seu cotidiano: civilizado. (VACA, 1995, p. 35). No contato na foz do Iguçu, observam-se nos escritos, que ambos os lados estavam temerosos e confusos, embora só se descreva que os índios assim estivessem. Os índios estavam intrigados, mas prontos para o combate, se necessário. Os europeus, pois sinal, mais temerosos que os indígenas, pois embora a carta relate a posse daquela terra, eram eles, colonizadores, os invasores.

Desta feita em solo paranaense indo pelos ramais dos prováveis Caminhos de Peabiru Cabeza de Vaca em 1541 retrata seu contato com os rios, neste caso com o atual Rio Ivaí, o qual ele o transpôs na altura do Salto Ubá: “Aos sete dias do mês de dezembro chegaram um rio que os índios chamam de Taquari, [...] e em cuja ribeira está assentado um povoado de índios cujo principal se chama Abangobi.” (CABEZA DE VACA, 1995, p. 31).

Cabeza de Vaca chegou a comunidade indígena Guarani assim chamada de Tugui. Este povoado se situava nas nascentes do Rio Cantu, rio este que se situa nas terras do atual município de Nova Cantu, na região de Campo Mourão.

O trajeto de Cabeza de Vaca inicia-se de Santa Catarina inserindo-se nos Campos Gerais do Paraná e indo em direção ao centro do estado e depois ao Paraguai, sempre guiado pelos índios Guarani. Assim, a Província Guairá, também chamada Província Vera, região governada pelo Paraguai, de colonização espanhola, espaço de terra fértil e grande população indígena, era cortada por rios navegáveis importantes e por caminhos ancestrais. (AGUILAR, 2002, p. 129).

No tempo de ocupação do século XVI em diante, espanhóis portugueses, exploradores e bandeirantes utilizaram os rios como referenciais de entrada e fixação. Observa-se que os locais para criação das reduções no século XVII pela Companhia de



Jesus estavam ao entorno dos rios Piquirí, Ivaí, Iguaçu, Paraná, Paranapanema, Tibagi, Pirapó e Corumbataí. Vila Rica do Espírito Santo fincou-se na confluência dos rios Ivaí e Corumbataí, pois “os rios foram as principais vias de comunicação com os indígenas, e à margem dos grandes rios da província do Guayrá, fundaram-se entre os anos de 1610 e 1628, treze reduções, conforme testemunhou o padre Ruiz de Montoya .” (AGUILAR, 2002, p. 217).

Porém, a locomoção terrestre também existira por prováveis trilhas dentro da floresta utilizadas pelos indígenas. Talvez estas trilhas é que ficaram posteriormente denominadas como os Caminhos de Peabiru, as quais são confrontadas modernamente com a ausência dos vestígios desses mesmos caminhos. Nesse ponto cabe asseverar que:

Embora este caminho tenha sido utilizado por aventureiros europeus, colonizadores, padres, caçadores de índios, exploradores da riqueza natural do estado do Paraná, dentre outros, pouco material é encontrado sobre o assunto e sua localização exata também é fator impreciso. (BARROS E COLAVITE, 2009, p. 87).

Percebe-se que a expansão agrícola praticamente apagaram os vestígios destas trilhas e vias dentro da floresta, restando como laboratório vivo às margens dos rios, cuja lei resguarda por meio da preservação da mata ciliar este ambiente para a posteridade. Além do mais o processo de urbanização, construção de estradas (muitas delas possivelmente sobre antigas trilhas antigas) fez desaparecer os traçados dos prováveis Caminhos de Peabiru.

Este processo de colonização no Paraná teve grande força a partir de 1940 quando descendentes de imigrantes e italianos avançaram pelo oeste paranaense ao mesmo tempo em que, entre outros povos, paulistas, mineiros, nordestinos ocupavam o centro do Paraná. Percebeu-se o movimento de ocupação do território noroeste do Estado partindo também de Guarapuava e chegando a região de Campo Mourão em 1903. (AGUILLAR, 2002,p. 153).

Entretanto, esta colonização não se deu em um vazio demográfico, pois antes das primeiras décadas do século XX aqui já habitavam os indígenas principalmente os Guarani, Kaingangue e Xetá. O conceito do “vazio absoluto, um ilimitado deserto” serviu ideologicamente para legitimar a tomada das terras destes povos aqui estabelecidos. (MOTA, 1994, p. 32).

Desta feita a existência dos prováveis caminhos de Peabiru oscilam entre os achados líticos e cerâmicos e legados imateriais tais como os nomes de rios, lugares e plantas e entre algumas paixões cuja lenda e ficção geralmente emerge e envolve o tema.

Os achados materiais atestam que os indígenas estiveram habitando a região do Paraná por milhares de anos, porém afirma que estes caminham por um caminho chamado de Peabiru, ainda é impreciso e necessita de muitos estudos, etnológicos, arqueológicos, geográficos e históricos.

### **1.1 Os caminhos de Peabiru na visão do Guarani**

Na religiosidade dos índios Guarani, numa linguagem indivisa, homem e natureza são constituintes do mesmo ser, são unos, são um só” (SCHALLENBERGER, 2006, p. 26)

Tendo em vista que a ocupação não índia do território o qual conhecemos como brasileiro, mesmo diante de toda sua violenta, brutal e severa forma de aculturação e dominação, não conseguiu suplantar, absorver ou conquistar a cultura indígena, autóctone, e faz-se necessário admitir a distinta visão de mundo, as concepções de tempo e espaço – a sua territorialidade - que ela carrega e que lhe são caras. Importa compreender os processos de resistência, (re)territorialização dessa população, buscando subsistência e afirmação de sua cultura tradicional.

Desta forma, no sentido de que os grupos indígenas viverem toda a sua história de vida observando a paisagem no seu meio que num primeiro momento eram as florestas com todos os outros atributos de clima, solo, relevo, hidrografia, juntamente com a materialização cultural e da percepção, vividos pelo grupo, associada ao relacionamento em comunidade, influenciado pelos aspectos de sua cultura. Esta Paisagem é valorizada por eles, principalmente porque seus processos de percepção e cognição foram estabelecidos no contato direto com a Natureza, definidos pelos valores simbólicos da Cultura, resultando na visão de mundo da comunidade, a qual influi na determinação das condutas. A forma como se delineava a paisagens era tudo o que o indígena mais amava, as matas, os caminhos os astros tudo era considerado sagrado, a paisagem tanto objetiva,

quanto subjetiva, ao longo do tempo foi dizendo tudo. Muito desse apego foi-lhes tirado pelo não índio.

Com essa perspectiva é que os Guarani aguardavam uma reunião com os membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Os Caminhos de Peabiru na região de Campo Mourão -NECAPECAM. Eles estavam ali para opinar sobre a continuidade em se fazer a peregrinação, as caminhadas por rotas simbólicas dos caminhos na região, no ano de 2011. Os membros do Núcleo estavam ao centro do *tekoha* dos índios na localidade Barreiro das Frutas em Campo Mourão-PR.

Ao centro da recém-criada Terra Indígena conversava-se com Emiliano Mbei'bei o líder das famílias ali residindo. O *Iguatsu*, a casa de rezas deixava preocupado o indígena pois estava inacabada: faltava cobertura. Um incauto empresário ofereceu-lhe telhas de amianto, prontamente recusadas. A Casa de Rezas deveria ser coberta com um tipo de planta chamada sapé e somente por ela. Mas a área não oferecia esta planta em abundância e denotava que era algo que estava sendo feito errado por ali que não permitia a finalização da casa. Emiliano disse: “Se o homem da cidade vai aquele rio lá embaixo o que ele vê? “. A pergunta retórica na resposta em complemento:

O homem vê ponte, vê represa, vê energia elétrica. Já o indígena se for no rio lá embaixo e ver aquele rio ele vai pensar primeiro em água, peixe, em plantas. Falta aos homens sentir tudo que está a sua volta. Vivem correndo, pensando no que vai vir e esquecem de sentir o agora, sentir as pedras, sentir a estrada, sentir tudo que está em volta. (MBEI'BEI, 2011).

Houve certa surpresa com a conversa pois na voz dos indígenas, em especial aos Guarani observa-se a manutenção de um tradicional silêncio sobre seus assuntos religiosos e sagrados. Sentem profundo respeito e emoção ao mencionar sobre o Peabiru, muito embora não chamem os caminhos por tal nome. Por isso, procuram falar dos Caminhos de Peabiru apenas dentro da Casa de Reza ou quando sentem que a sua fala vai contribuir para o bem de seu povo e proteção do próprio Peabiru.

Este depoimento, na Casa de Reza, da Xamoí Vó Almerinda na Terra Indígena Laranjinha no interior do Paraná no município de Santa Amélia 63 km ao sul de Cornélio Procopio, foi feito por solicitação da pesquisadora Sinclair Pozza Casemiro. Eis sua fala quando perguntada sobre o caminho de Peabiru:

É o caminho da terra, né? Veio que veio, veio lá do céu e encosto no lugar onde eles fizeram, e começo a tremê, aquele caminho tremia, tremia e tremia. Mais no meio daquela tribo que tava rezando tinha uma muié i um hômi qui era abusante, num crê muito, né? Aí eles rezando, rezando, mas por causa daqueles dois abusante, o caminho subiu trá veiz, sumiu no céu. Sabe qui eles fizeram? Daí as muié tava dançando lá com taquá, Nhanderu com mbaraká, aí viro contra um o outro, quebrava mbaraká na cabeça do outro, as moça brigando entre as moça, rapaziada brigando entre a rapaziada, sentia que o caminho sumia outra vez, sumiu no céu outra vez. Se não eles ia embora. Por causa daqueles dois abusante, num desceu no chão pra levá eles...ah...tem muita história, muita história, muito triste (*a anciã chora*). Quando eles tão pedindo a Nhanderu pra abrir o caminho assim, eles jejua, né? Comida assim num come. O que eles come é canjica, mel da mata com água muito fria ainda. Assim que eles comia. É, lá é terra...como é que se fala...lá, Yvy Mburana, terra que encanto pra índio ficá, diz que existe mesmo isso aí. Mais os índio tá lá, né? (ALMERINDA, 2013).

Em um primeiro momento não se ouve o nome “Peabiru” na fala. Fica a dúvida se se fala dos caminhos de Peabiru, um outro caminho, ao mesmo tempo em que a indígena anciã responde a uma pergunta na qual “Caminho de Peabiru” é o enunciado. Isso dá entender de que ela sabe do que se trata e assim responde dentro de sua interpretação indígena.

Logo, observa-se no relato a misticidade intrínseca permeando os fatos, toda importância religiosa e espiritual a indígena quando diz que o caminho vem do céu e desce a terra estimulada pela reza e oração dos homens. O caminho é espiritual e se materializa na terra como o trajeto pisado pelos caminhantes. Mas frente aos “abusantes” que de alguma forma profanam e ficam desmerecidos de atingir o além, tal caminho se fecha, como se fechasse toda oportunidade do homem em atingir esta dimensão espiritual.

Observa-se também que as rezas não são ouvidas justamente pelo homem ter uma fé hesitante, pois quando se fala “[...] no meio daquela tribo que tava rezando tinha uma muié i um hômi qui era abusante, num crê muito, né?” demonstra-se a falta desta crença ou em seguida na interpretação de que “[...] aí viro contra um o outro, quebrava mbaraká na cabeça do outro, as moça brigando entre as moça, rapaziada brigando entre a rapaziada”, pode se entender como a dissensão entre os próprios indígenas, bem como a uma alusão a invasão do não indígena face a colonização moderna de suas terras que provocaram guerras, massacres, contendas com muitas mortes e diante disso o caminho em sua ligação ao espiritual fechou-se completamente. Tais discórdias retraíram a descida do caminho celestial ao homem terreno.

Ao chorar, a anciã demonstra uma profunda dor, possivelmente das discórdias observadas por ela em vida, o que corrobora a ideia de que se trata justamente da invasão do não indígena a suas terras e ao extermínio dos indígenas de forma significativa. O repetir da sentença “tem muita história, muita história” acompanhada pelo complemento “muito triste” demonstra que ela viu muita coisa ruim o que levou a um retraimento, a um silêncio doloroso, que todavia guarda pra si devido a dor que carregam tais lembranças.

Desta feita, a última parte do depoimento carrega em si dúvidas quanto sua interpretação pois:

Quando eles tão pedindo a Nhandejara pra abrir o caminho assim, eles jejua, né? Comida assim num come. O que eles come é canjica, mel da mata com água muito fria ainda. Assim que eles comia. É, lá é terra como é que se fala...lá, Yvy Mburana, terra que encanto pra índio ficá, diz que existe mesmo isso aí. Mais os índio tá lá, né? (ALMERINDA, 2013).

Pede-se a divindade que o caminho seja reconectado, religado da terra ao céu, o qual fora profanado pelos “abusantes”, que pode prefigurar o não merecimento destes a atingir a “Terra Sem Mal”. Para isso a preparação, o jejum, a abstenção de alguns alimentos demonstram não só toda a religiosidade do caminho, mas a necessidade de corrigir um erro que se comete na vida terrena por tais homens.

Entretanto afirma-se que a terra tem todo um encanto, todavia permeia a dúvida se a indígena Guarani demonstra uma interrogação quanto a possibilidade do indígena atingir esta terra divina ou se a interrogação remete a uma figura de linguagem retórica, ou seja, serve pra afirmar, realçar que o indígena ainda pode chegar ao “Ivi Mara’ey” “a Terra Sem mal”, pois mesmo diante de tantos acontecimentos ruins ele ainda permanece pronto para ser reaberto.

Também se observa nas entrelinhas do discurso que na cosmovisão indígena o homem é uno à natureza e, ao destruí-la, destrói-se a si mesmo, sua própria natureza humana; que a terra é a mãe e em seus seios ela guarda a água e o alimento.

Desta forma Casemiro (2006) analisa a fala da indígena chamando atenção para o modo de ser Guarani, o “ñanderokó”, e só quem está em conformidade com este modo de viver poderá ouvir as palavras sagradas de “ñanderu”, “ñe’eng porá”.

Quanto ao silêncio ao dizer e desdizer indígena sublinha-se as palavras da escritora Rosana Bond durante o lançamento de um dos seus livros na cidade de Peabiru, estado do Paraná no ano de 2011. A pesquisadora relatou que demorou cerca de sete anos em Santa Catarina para obter a confiança dos indígenas para então eles começarem a falar alguma coisa sobre os caminhos e suas tradições mais arraigadas.

Ao mesmo tempo tal silêncio remete-se a engenhosidade indígena frente aos espanhóis no período de colonização europeia quinhentista os quais por exemplo fingiam adeptos a religião, aos costumes dos visitantes mas protegiam-se pela prudência e ardil: mantinha viva suas tradições por esconde-las na simulação dos vencidos.

Bruit (1995) assinalou que os índios esconderam suas antigas crenças e tradições, não permitindo que estas diluíssem a absorção total pela cultura hispânica. Uma resistência quase invisível no cotidiano atrelado a miscigenação a qual por fim resguardou o feitio de um apagamento cultural fomentando as bases de uma sociedade assim denominada de hispano-indígena.

Em convergência a Peter Burke (2007) pode-se dizer que houve uma “tradução cultural” por parte desses indígenas em um primeiro grande momento para ao longo dos séculos persistir ressignificada pelo conluio as práticas europeias dos costumes. A hibridização entre a cultura indígena e europeia só foi possível pelo ardil indígena contra a sobreposição cultural na qual as fronteiras culturais indígenas foram violadas e invadidas, mas sempre deixando marcas para um reavivamento *a posteriori*.

Nas entrelinhas desses silêncios dos indígenas Guarani colhem-se os pormenores que Nhanderu-Ete deixou um espaço na terra para viverem o Ywy Marã' é'Y (Terra Sem Mal, pelos Caminhos de Peabiru), cuja dimensão não se restringe a um país, mas a diversos deles. Todo o território cosmogênico representado pelo seu maior “Apyka” (portal celestial) está em espaço hoje paraguaio, mas esses portais se encontram em diversos países, como Argentina, Brasil, Argentina, Bolívia.

Há de dizer também que as fronteiras demarcadas pelas nações modernas fragmentaram e dividiram os Guarani geopoliticamente em etnias, aldeias, comunidades, o que deixou frágil o seu modo de viver cultural interno e externo próprio de ser do Guarani (Nhanderekó) em seus valores espirituais, culturais e linguísticos, mas o sagrado do Peabiru continua presente - não é história de seu passado, é crença viva e que sustenta sua cultura ainda na contemporaneidade. Assim a divisão territorial de outrora.

Tinha divisões conforme o uso tradicional da cada povo. Os limites eram conhecidos e respeitados através da presença de sinais de uso do dia-a-dia, como lugares de atividades, como caça, pesca, coletas, rastros humanos, armadilhas, rios, relevos, etc. (WHERÁ, K. et al, 2008)

Esta territorialidade indígena foi apagada pelo não indígena face a colonização moderna. Nesta questão territorial há de observar que as fronteiras físicas por hora

assimiladas e pregadas pelos colonizadores europeus e propagada até a contemporaneidade não são as mesmas dos indígenas.

Porém, além da questão territorial o depoimento de Curt Nimuendaju<sup>3</sup> demonstra a subjetividade de se alcançar o território indígena da Terra Sem Mal para os Guarani no vagar se esta terra é um lugar utópico ou um lugar real, inserido num contexto de cultura contemporânea capitalista, pois como ele assinala no mito da Terra sem Mal:

Ñanderuvusu (Nosso Grande Pai) veio a terra e faliu a Guyrapoty (nome do xamã incumbido de liderar a partida): “Procurem dançar!, a terra quer piorar” Eles dançaram durante três anos quando ouviram o trovão da destruição. A terra desabava pelo oeste. E Guyrapoty disse aos seus filhos. “Vamos! O trovão da destruição causa temor”. E eles caminharam, caminharam para o leste, para beira mar. E eles caminharam. (VIVEIROS DE CASTRO, 1987, p.32).

Se a terra há de piorar o imperativo é que caminhem, para a procura de um lugar melhor e até para purificação que os impedem de alcançar a Terra Sem Mal.

Em consonância a isto reverbera o ver de Casemiro (2006) a qual enleva a pergunta que fica nesta subjetividade intrínseca da Terra sem mal e por extensão dos caminhos de Peabiru: os Guarani sofrem na terra ou nesta terra?

Uma vez sofrendo na terra, procuram outras terras. Sofrendo na terra espiritual o que procurar? Percebe-se que uma vez sofrendo esta terra espiritual o indígena sofre por não estar sendo fiel a cultura indígena na terra material.

Por outro lado, a invasão do não indígena a religiosidade indígena profana uma sacralidade consuetudinária, oral, secular, no sentido que em 2011, na reunião que de fato definia o fim do NECAPECAM, o indígena Juarez, de cócoras no chão batido da casa onde ocorria a reunião com indígenas e não indígenas, o conceito emergiu claramente sobre o que são os caminhos de Peabiru para eles:

Só faço uma pergunta: se fossemos nós índios Guarani entrando no meio da missa de vocês e entrasse lá tomando cerveja, dançando, fazendo barulho, brincando com seus crucifixos vocês iam gostar? Não. Nós também não gostamos do que vimos, a caminhada pra nós é sagrada não é pra ficar fazendo festa como vocês estão fazendo. (JUAREZ, 2011).

---

<sup>3</sup> Curt Nimuendajú nasceu alemão em 1883 e morreu como brasileiro em 1945 em uma aldeia tikuna no Alto Solimões. Naturalizara-se brasileiro em 1922 com nome Nimuendaju recebido dos Nandeva-Guarani em 1906, cujo significado é "fazer moradia" (VIVEIROS DE CASTRO, 1987: 32).

Justamente aquela reunião fora marcada para ouvir a opinião indígena sobre refazer caminhadas dos não indígenas sob a égide dos caminhos de Peabiru. A continuidade da peregrinação foi prontamente rechaçada pelos Guarani da Aldeia Barreiro das Frutas em Campo Mourão-PR.

Na voz indígena, provavelmente marcou-se o fim ali de uma “profanidade” e o início de um novo tempo de entendimento a cultura Guarani e dos caminhos de Peabiru na região, que até hoje ecoa quando tenta-se tratar do assunto, perfazendo o aforismo de que na cultura Guarani a palavra tem o significado de alma. Ela é verdadeira e sincera (CASEMIRO, 2006, p.46), e por isso, na voz do Guarani o Peabiru é palavra a ser mantida em silêncio.

## **1.2 Os dados arqueológicos dos Caminhos de Peabiru na região de Campo Mourão**

“O bom viver e o enfrentamento das adversidades da morada terrena requerem, pela crença Guarani, coração forte e exercícios virtuosos. O homem virtuoso (vegetariano) é privado da prova da morte. Na natureza os homens encontram os dons para o bom viver” (SCHALLENBERGER, 2006, p. 27)

Sublinha Mota (2012) que as pesquisas arqueológicas acerca da ocupação dos períodos pretéritos do território paranaense no interflúvio do Rio Piquirí e Ivaí são recentes iniciadas a partir da década de 1950, pois em 1958 um grupo de arqueólogos do departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná receberam a informação de achados arqueológicos localizados às margens do Rio Ivaí, no oeste do Paraná (Cidade Gaúcha, hoje Guaporema).

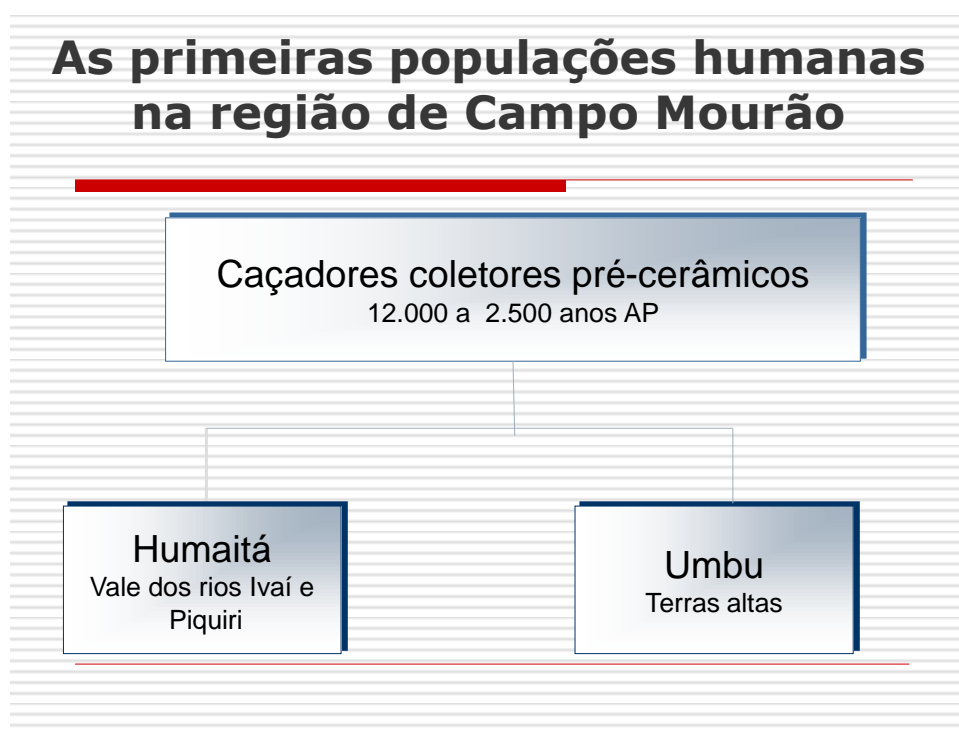
Estes estudos corroboraram para que no geral fossem verificados três estágios de ocupações do território hoje denominado Paraná: 1- As ocupações das sociedades paleoindígenas caçadoras e coletores; 2- as ocupações dos povos indígenas agricultores e ceramistas; e, 3- a colonização europeia com espanhóis, portugueses e jesuítas a qual se estende a colonização dita mais moderna com a urbanização deste território a partir do século XIX e mais intensamente no século XX.

É neste sentido de ocupação assevera-se a presença humana nesta região desde 8 mil anos antes do presente pois:



Essa região do médio rio Ivaí / Piquiri apresenta várias informações tanto arqueológicas quanto histórica, sobre a ocupação humana pretérita. Áreas próximas, como as bacias dos rios Paraná, Paranapanema, Tibagi, Pirapó, também apresentam, as mesmas características, com trechos de alta densidade de sítios arqueológicos pré históricos e históricos. Pode-se afirmar que os territórios hoje denominados Paraná vêm sendo continuamente habitados por diferentes populações humanas desde cerca de 9000 AP, de acordo com os vestígios materiais mais antigos encontrados pelos arqueólogos. Entretanto, se considerarmos a cronologia dos territórios vizinhos que foram ocupados em épocas anteriores, é provável que obtenhamos datas que poderão atestar a presença humana em períodos mais recuados , alcançando até 11 ou 12000 mil anos AP. (MOTA, 2012, p. 106-107)

Nesta primeira ocupação do território estiveram presentes no território paranaense populações que historicamente não foram conhecidas pois com o advento da chegada europeia elas já não habitavam estas terras. Tais épocas são nomecladas pelos arqueólogos de Tradição Humaitá e Umbu, como se observa na figura abaixo:



**Figura 02:** Diagrama dos caçadores coletores pré-cerâmicos em Campo Mourão  
**Fonte:** MOTA, 2012, p. 109

Deste tempo os vestígios arqueológicos são característicos pois

Os vestígios por ele deixados e que resistiram às intempéries até hoje são os instrumentos feitos de pedra lascada. Entre as ferramentas de pedra, podemos mencionar os grandes instrumentos lascados bifacialmente, lascas usadas para raspar, rasgar, cortar, tornear, bem como ferramentas para polir, furar, amolar, macerar, moer, pilar e ralar. (MOTA. 2012, p. 108).

Observa-se que são instrumentos rústicos elaborados com as possibilidades que a natureza oferece. A resistência para os tempos contemporâneos de tais materiais se dá justamente por serem feitos em matérias líticas e propositalmente pelo possível instinto natural materiais líticos escolhidos justamente por sua dureza entre os demais e por extensão pelas possibilidades cortantes e de torneamento ou suscetíveis aos atos de polir e lascar. Abaixo as fotos 1, 2 e 3 formam peças encontradas as margens de rios da região de estudo demonstrando a possível presença de sociedades pretéritas na região:



**Foto 1:** Possível peça lítica utilizada para afiar e raspar encontrada as margens do Rio Claro em Peabiru – PR.

**Fonte:** Museu Municipal Caminhos de Peabiru



**Foto 2:** Peça lítica utilizada para afiar e raspar encontrada as margens do Rio Mourão em Peabiru – PR.

**Fonte:** Do autor



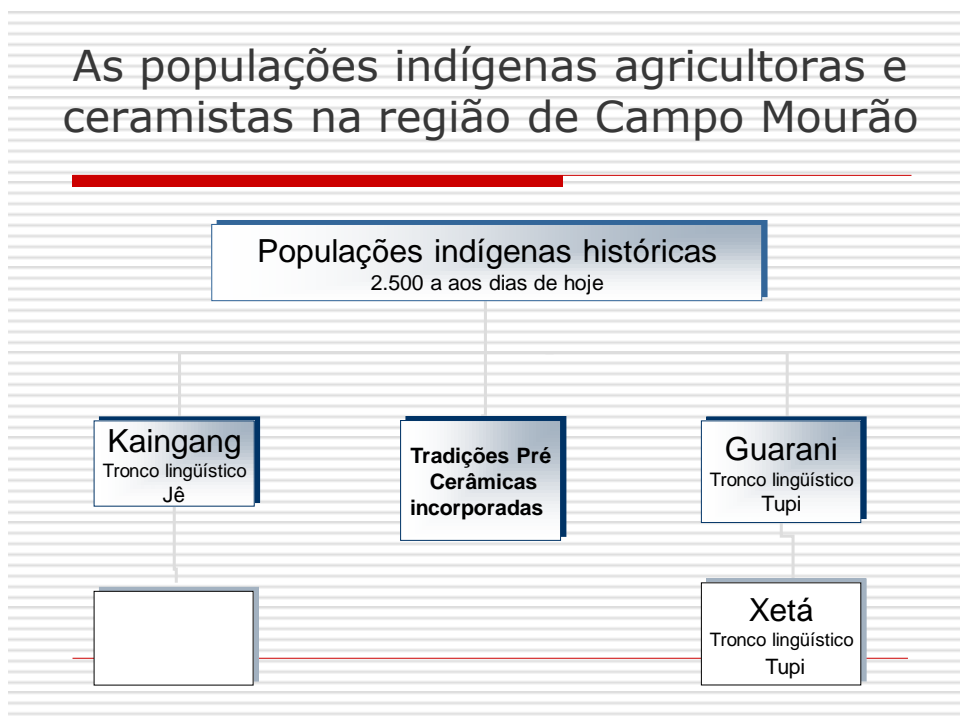
**Foto 3:** Ponta de projétil, encontrada as margens do Rio da Areia em Peabiru – PR,  
**Fonte:** Do autor.

O segundo horizonte de ocupação do território paranaense tem como sujeitos as populações históricas Guarani e Kaingang<sup>4</sup> pois ao entorno de 2500 A. P, agrupamentos com maior número de pessoas vieram a ocupar a área hoje conhecida como as bacias dos rios Paraná, Iguaçu, Piquiri, Ivaí Paranapanema, Pirapó, Tibagi e seus afluentes. Estes eram povos falantes da língua Guarani (p. 112).

---

<sup>4</sup> Os Xetá também já estavam presentes na região do Ivaí segundo Mota (2012), com registros da presença destes no médio do rio Ivaí desde o século XIX. Assim como ressaltou Claudia Inês Parelada (2016) em depoimento de que prega-se as vezes que o contato inicial dos colonizadores com os Xetas é disseminado como se fosse na década de 1950, mas devido a verificação de utensílios e técnicas de tear encontradas entre estes povos é possível que os Jesuítas já tiveram contatos com eles a tempo atrás.

## As populações indígenas agricultoras e ceramistas na região de Campo Mourão



**Figura 03:** Diagrama das populações indígenas históricas agricultoras e ceramistas em Campo Mourão

**Fonte:** MOTA, 2012, p. 114

Mota (2012) escreve que nas margens do Rio Ivaí o material lítico coletado nas camadas superiores da jazida (2 a 3 mil anos antes do presente) dão a perceber que houve acampamentos novos após as épocas primeiras uma vez que num mesmo lugar verificaram-se “acampamentos em épocas distantes de quatro a cinco milênios uma da outra, distancias temporais em que são verificadas grandes transformações no clima e na vegetação.” (p. 108).

Há de se ressaltar que Mota (2012) destaca que “também nessa época registra-se a chegada na região de outras populações ceramistas, diferentes da Tradição Tupiguarani, que a arqueologia denominou de Tradição Itararé, taquara, Casa de Pedra (p. 113).”

Mota (2012) ainda sublinha que é provável que os Xokleng e os Kaingang tenham chegado primeiro ao Paraná, uma vez que quase todos sítios arqueológicos Guaranis estão bem pertos ou sobre sítios Kaingang e Xokleng. Os Guarani empurraram as duas etnias para a região dos entre rios no centro sul e em direção a Serra Geral perto do litoral.

A terceira leva de ocupação toca os dias presentes, desde a incursão dos europeus até a urbanização da segunda metade do século XX verificada na região de estudo do Paraná. Esta área se insere na região que diziam os Guarani serem as terras do “cacique

Kuaracyibera, os Kaingang, os chamavam de Pahy-ke-rê, e os modernos colonizadores do século XX a titularam de Campo Mourão.” (MOTA, 2012, p. 105).

Na ocupação dita “branca” estes “colonizadores” reuniam os índios dos Campos de Mourão e do Pahy-ke-rê<sup>5</sup> aldeavam os grupos dispersos, catequizava-os com ajuda da igreja e civilizava os por meio do trabalho para se apropriar dos territórios (MOTA, 2012). Mas há de se observar que os índios também tinham suas estratégias, seja de resistência ou estabelecimento de território:

Essa era estratégia dos brancos; os índios tinham outra. Eles, que no primeiro momento reagiram à conquista atacando as fazendas que se implantavam em seus territórios, no segundo momento aproximaram-se dos aldeamentos religiosos e procuraram tirar o máximo de proveito desses estabelecimentos. Agora no final da década de 1870, estavam abrindo uma nova fase em contraposição à guerra de conquista que os brancos lhe moviam; iniciaram as demandas pelas demarcações de territórios já ocupados por seus grupos. Nesse sentido, eles forçavam o poder provincial a demarcar novas áreas que iam muito além das definidas nos aldeamentos religiosos. (MOTA, 2012, p. 129).

São estes movimentos que marcam a ocupação do território em questão, deixando as marcas para o futuro. Entretanto as marcas mais evidentes que permaneceram são da colonização branca uma vez que com o advento da expansão agrícola muitos sítios arqueológicos foram “apagados”, entre eles possíveis ramais dos Caminhos de Peabiru.

Há de se ressaltar que a região já era palco de incursões desde o século XVI e o real povoamento da região de Campo Mourão iniciou-se no século XIX, em 1880, por fazendeiros da região de Guarapuava com o fim de criar gado bovino para “povoar” este território. Entretanto,

[...] o grande impulso da ocupação de colonos na região ocorre entre as décadas de 1930 a 1940, com a abertura da estrada de Maringá até a divisa do rio Ivaí, o que contribui para o adensamento populacional, efetivando a ocupação de Campo Mourão, por imigrantes vindos em sua maioria da região Norte do Paraná, Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. (ONOFRE, OLIVEIRA, SUZUKI, 2009, p. 13-14)

---

<sup>5</sup> “Sabemos que Pahi ou **Pahy** significa homem, cacique, chefe da tribo, etc, sempre alguém com ascendência no grupo, a palavra **ke** também significa fazer, e **rê** igual a campo. Assim poderemos por ora - até que pesquisas lingüísticas mais aprimoradas nos dê o verdadeiro significado - inferir que **Pahy-ke-rê** poderia ser: campos do chefe ou campos do cacique”. (MOTA, 2012, p. 122).

Tal ocupação de colonos nas décadas de 1930 e 1940 empurram cada vez mais os povos indígenas para áreas remotas, quando não extermínios na luta são verificados e com eles os possíveis legados arqueológicos se esfacelam. Em seguida, a luta primeira contra indígenas é substituída pela luta entre grileiros e posseiros, ou por vezes lutas estas verificadas de forma concomitante com indígenas e posseiros.

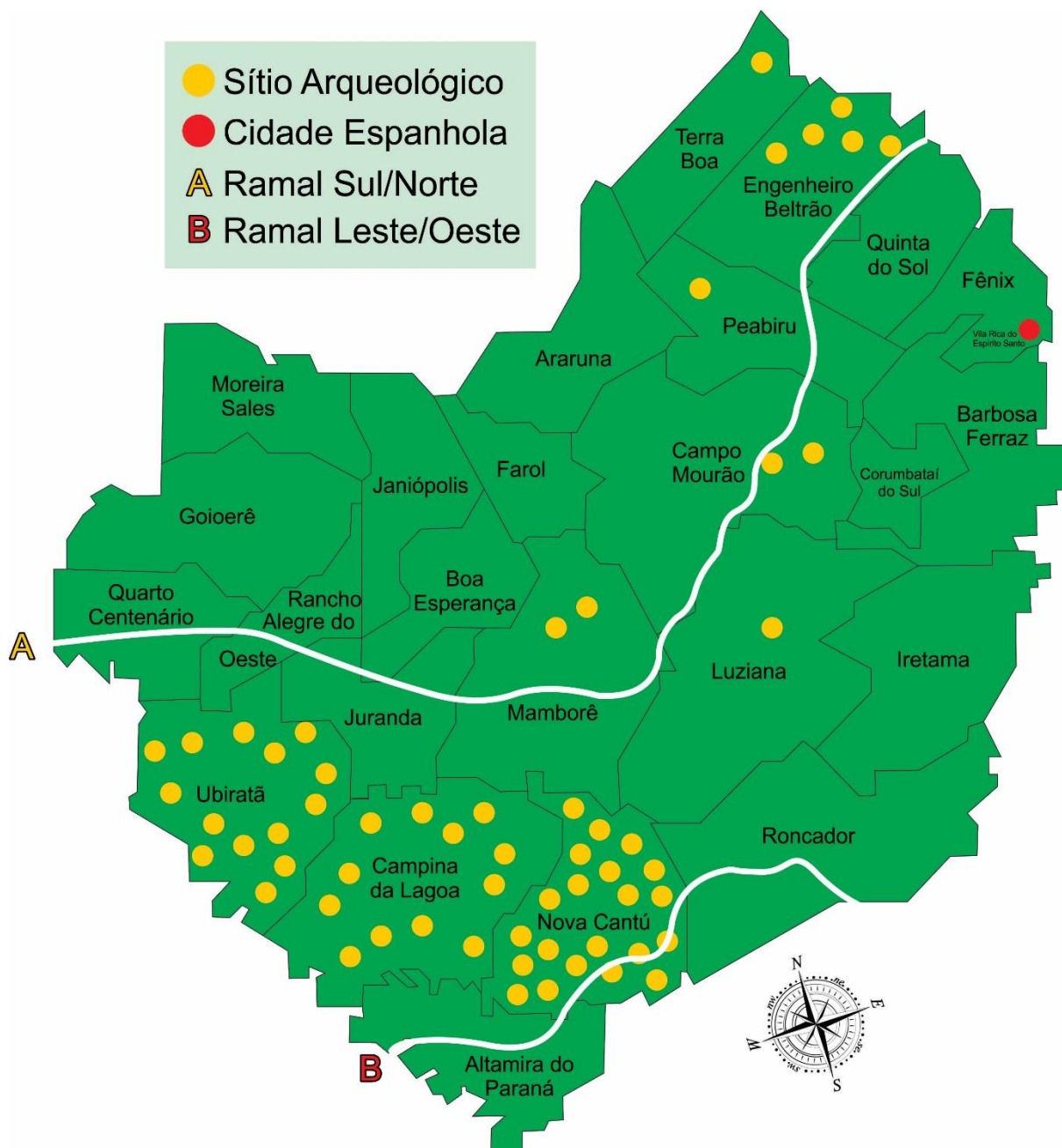
Deste panorama a existência dos vestígios arqueológicos das sociedades históricas e pré-históricas na região de Campo Mourão, estado do Paraná no entorno dos prováveis Caminhos de Peabiru foram sucumbindo as adversidades. Porém, as que permaneceram e forma encontradas oferecem subsídios para estudo desta ocupação humana e desenvolvimentos correlatos por meio de diferentes aspectos, em particular aprofundando-se na paisagem dos seus rios desde tempos pré-históricos.

Há de se observar que as margens dos rios devido as leis ambientais de mata ciliar sofreram menos com a ação da expansão agrícola uma vez que a flora devia ser preservada e com isso o solo no qual abriga possíveis sítios arqueológicos também são relativamente preservados.

Dessa forma, os rios são subsídios importantes pela vertente pré-histórica e histórica pois auxiliam modernamente a busca do sentido da aventura humana, do homem nesse espaço geográfico da região de Campo Mourão.

Dentre estes vestígios arqueológicos deixados, segundo o IPHAN dezenas de sítios arqueológicos foram registrados na Região de Campo Mourão, os quais que comprovam a ocupação humana na região anterior a chegada dos europeus no século XVI.

Percebe-se entretanto frente ao mapa exposto abaixo que provavelmente há diversos outros sítios a serem registrados haja vista as condições de permanência e trânsito dos povos históricos e pré-históricos na área. Sabe-se que a área do médio rio Ivaí e médio rio Piquiri, situada no outrora território do Guayrá, abriga informações históricas e arqueológicas sobre a ocupação indígena, configurando-se regiões de alta densidade de sítios arqueológicos pré-históricos e históricos (MOTA, 2012, p 106).



**Mapa 01:** Sítios Arqueológicos registrados na Mesorregião Centro Ocidental do Paraná entrecortado por dois trechos dos Caminhos de Peabiru  
**FONTE:** ROCHA, 2017.

Sublinha Colavite (2006) que na região da COMCAM foram encontrados muitos materiais líticos como ponta de flecha, pilão, machadinha e cerâmica, entre outros. Neste sentido pode-se observar a forma de como o espaço foi ocupado pelas rugosidades deixadas pelas sociedades pré históricas e históricas.



São estas “rugosidades” da presença humana na área, que demonstram a potencialidade arqueológica da região a qual ainda é tema a ser desnudado, explorado, estudado. Muitas vezes, mesmo sufocada por uma historiografia oficial que enquadra a história indígena num âmbito de “amnésia histórica e social”, mesmo encoberta pelo processo de modernização agrícola, a abonança desta história por vezes emerge naturalmente, tamanha sua riqueza.

Tão isto é veraz que Colavite (2006, p. 118) assinala que muitos moradores da região relatam terem encontrado e guardado “alguns objetos em pedra”, ou seja, materiais líticos, pois “são muitos os que coletam estes materiais motivados pela curiosidade ou então porque, se mantidos, são provavelmente danificados pelos equipamentos agrícolas”. Tal assertiva também emerge no relato oral de uma moradora da cidade de Peabiru-PR, a qual cresceu e fora criada às margens de um rio no Vale do Rio do Campo:

No Córrego do Lambari, em Peabiru, ao lado da rodovia que liga Peabiru a Maringá, atrás da Balança, do Posto da Polícia Rodoviária, onde começa o vale do Rio do Campo, hoje é propriedade de uma família de japoneses, a Família Shiba. Logo no pé da colina, perto do Córrego do Lambari, quando pequena eu encontrava muitas peças de cerâmicas. Nós brincávamos com elas. Pedras quadradas, pedras escavadas, espécie de pratos e cumbucas. O local era chamado de “Varginha” pois meus pais e avós plantavam feijão em meio as pedras e restos de cerâmicas. Meus avós diziam que ali, antigamente, perto da água era passagem e descanso dos índios.<sup>6</sup> (BROTO, 2015).

Esta riqueza oral cria pontos de condensação entre falas na qual emerge a riqueza arqueológica da área bem como a cristalização de uma memória permanente, ou seja, de que os indígenas passavam por ali, descansavam, tinham acampamentos. O fato em si está atestado, e torna parte da vida cotidiano dos adultos e da vida lúdica das crianças, no sentido de verem, brincarem com artefatos líticos e cerâmicos de outrora. A naturalidade do contato com os fatos e materiais arqueológicos torna tais rugosidades parte intrínseca e natural da paisagem, idiosincrasia diversa do estudioso, do historiador, geógrafo ou arqueólogo que se depara com tais artefatos e histórias da região.

---

<sup>6</sup> Depoimento concedido ao autor deste projeto, pela Sra. Odete Broto, 57 anos, moradora da cidade de Peabiru, Estado do Paraná.

### 1.3 Os Caminhos de Peabiru na Historiografia do Paraná

O espaço da sociedade industrial caminha em outra direção: é o espaço onde se retalha a terra, etiquetando-a com valores, transformando-a em mercadoria pelo potencial produtivo que carrega. É o espaço onde árvores e animais também têm o seu preço, também são mercadorias. Por isso mesmo ele é diferente do espaço das comunidades Kaingang, Guarani, Xoclog e Xetá que aí viviam, e cujas terras foram divididas, cercadas e vendidas. (MOTA, 1994, p. 15)

A Província del Guairá, também chamada Província Vera, região governada desde o Paraguai pelos conquistadores espanhóis, era um espaço de terra fértil que abrigava uma grande população indígena, e era cortada por rios navegáveis importantes e por inúmeros caminhos e trilhas ancestrais. (AGUILAR, 2002, p. 129).

Para se locomoverem, os indígenas percorriam estas terras por essas trilhas que foram nomeadas pela historiografia e pela geografia como o Caminho de Peabiru. Elas seriam a "via de acesso ao interior do continente [...], rota pré-colombiana, que cortava os territórios indígenas [...] estendendo ao rio Paraná, atravessando os rios Tibagi, Ivaí e Piquiri, prosseguindo até o Peru e a costa do pacífico (AGUILAR, 2002, p. 87)".

No tempo da conquista, espanhóis portugueses, jesuítas e bandeirantes utilizaram estes os rios como referenciais de introjeção e fixação. Observa-se que os locais para criação das reduções no século XVII pela Companhia de Jesus estavam ao entorno dos rios Piquiri, Ivaí, Iguaçu, Paraná, Paranapanema, Tibagi, Pirapó e Corumbataí. Vila Rica do Espírito Santo fincou-se na confluência dos rios Ivaí e Corumbataí, pois "os rios foram as principais vias de comunicação com os indígenas, e à margem dos grandes rios da província do Guayrá, fundaram-se entre os anos de 1610 e 1628, treze reduções, conforme testificou o padre Ruiz de Montoya ." (AGUILAR, 2002, p. 217). Mas também utilizavam das trilhas para transpor os interflúvios de um rio a outro.

Na região de Campo Mourão, a presença indígena era notória. Entre os atuais municípios de Jardim Alegre e Ivaiporã, quase na cabeceira do Rio Corumbataí, situava-se a Redução de Sete Arcanjos (1627). No atual município de Grandes Rios, na margem do rio Ivaí na foz do Rio das Antas, a redução de Santo Antonio (1627). No município de Jardim Alegre, no Rio Corumbataí, a Redução de Jesus Maria (1628). Em Pitanga, as margens do Piquiri a redução Nossa Senhora da Conceição (1627-1628). No atual município de Ubatã, a redução de Nuestra Senhora de Copacabana. Em Campina da

Lagoa, havia a Mina de Ferro do Tambo ás margens do rio Piquiri abaixo do rio Cantu. (AGUILAR, 2002, p. 255).

A exuberância da natureza do Paraná demonstra a riqueza humana dos homens e mulheres que habitavam uma região com bonança de rios, conforme assevera Lozano (1754-1755) na obra de Aguilar:

[...] y antes que lá conquistassem Españoles, y Portugueses, eran innumerables los índios, que lá poblaban, y vivian, ó em los bosques, ó em las ribeiras de los rios, que son muchos, y muy caudalosos, los que corren por ella, [...] de todos es el famoso Paraná, que atraviesa por lá mayor parte el Guayrá, y él se reconocem tributários el de lá Tibaxiva, Pirapó, Parapanema, Ycalu, Huybay[...] (AGUILAR, 2002, p. 131).

Ao entorno dos Rios da Província do Guayrá não foi diferente. Desde os tempos dos povos caçadores- coletores (8.000 a 2.500 AP), ao tempo da ocupação dos grupos ceramistas Guarani (2.500 AP) e em seguida a ocupação espanhola, portuguesa e jesuítica os rios foram pontos de referência e sobrevivência.

Tanto que indígenas dos grupos ceramistas Guarani (2.500 AP) vindo de Mato Grosso e Rondônia, passaram e por hora se estabeleceram nas bacias dos Rios Paraná, Piquiri, Ivaí, Parapanema, Tibagi. Sublinha-se que no Guairá a “fixação junto aos leitos dos grandes rios se dispôs numa extensa rede hidrográfica, que além de facilitar o acesso às regiões contíguas representou um meio e instrumento para o controle do território.” (SCHALLENBERGER, 2006, p, 109).

Assinala-se também que nesta região, no ano de 1561, “o capitão espanhol Riquelme, com seus soldados, penetraram em direção leste, nas matas entre os rios Piquiri e Ivaí, descobrindo um campo rodeado de araucárias, ou seja, o Campo Mourão.” (CARDOSO e WESTPHALEN, 1986, p. 28). Após os ataques bandeirantes e a destruição das Reduções, bem como o abandono das povoações espanholas, ficou o ocidente do Paraná em abandono por mais de um século. Sem índios e sem ouro prata, nada mais atrairia a atenção. (CARDOSO e WESTPHALEN, 1986, p. 34). Houve um hiato histórico. Um silêncio.

Entre 1768 e 1774 expedições militares de conquista são enviadas ao sertão, como a de Estevam Ribeiro Baião e Francisco Lopes em 1769 que saindo do rio Tibagi, seguiu pelos matos e chegou ao Rio Ivaí e navegou até as Sete Quedas. Na região de Campo Mourão, passou a expedição de Francisco Nunes Pereira que em 1769 por meio do mato,

chegou ao Ivaí, passou pelas ruínas de Vila Rica do Espírito Santo, desceu o Rio Paraná e chegou ao Piquiri. (CARDOSO e WESTPHALEN, 1986, p. 48)

Depois veio a “colonização” da região de Campo Mourão pouco antes dos anos de 1900. Com o estabelecimento das cidades e o intenso trabalho vindo agricultura, primeiramente permanente e depois temporária, as terras foram revolvidas, matas derrubadas, rios devassados. Muitas das riquezas arqueológicas da presença indígena foram destruídas, perdidas.

Embora não existam dados arqueológicos e históricos que confirmem, Bond (2004) escreve que os Caminhos de Peabiru já existiam antes da vinda de Cristóvão Colombo à América em 1492 e de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, em 1500 sublinhando que esta foi a rota mais importante “estrada” transcontinental de toda a América do sul antes da chegada dos homens brancos. Como ressaltado, são dados carentes de provas materiais e que os caminhos indígenas não podem ser fielmente assim denominados de Caminhos de Peabiru.

O caminho integrava o Brasil, o Paraguai, a Bolívia e o Peru, percorrendo mais de três mil quilômetros, indo do Oceano Atlântico ao Pacífico. No Paraná, formava uma rede de trilhas, motivo pelo qual alguns historiadores preferem escrever no plural: Caminhos de Peabiru. Um dos ramais passava pela região de Campo Mourão. O caminho tinha oito palmos de largura (mais ou menos 1,40 m) e uma profundidade de 0,40 cm, forrado com gramíneas, as quais amenizavam os efeitos da chuva e impedia a propagação de ervas daninhas. (BOND, 2004).

Já o pesquisador Luis Galdino, falando-se de um possível trecho do Caminho de Peabiru na região de Pitanga (PR), descreve o lugar como uma valeta "coberta com uma grama nativa vulgarmente conhecida na região como 'puxa-tripa'. Assim;

[...] em certos trechos, o Peabiru seria forrado por uma cobertura vegetal implantada, atividade essa que, em tese, fugiria das concepções e costumes dos índios que habitavam o território brasileiro à época do descobrimento. Sobre essa cobertura vegetal, os relatos falam de uma "erva miúda" que crescia até cerca de 0,70 m de altura e, mesmo que se queimassem os campos, ela sempre brotava novamente. (CARDOSO, 1918, p. 3)

A grama é citada pelo missionário jesuíta Nicolas del Techo, na obra **Historia de la Provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús**, o qual escreve que grama crescia o ano todo e “sin más que las yerbas crecen algo y difieren bastante de las que hay en el campo.” (TECHO, 1897). O Padre Pedro Lozano escreveu na obra **Historia de la Conquista del Paraguai** que “junto às cabeceiras do Rio Piquiri corre el camiño

nombrado por los guaraníes peabirú y por los españoles de Santo Tomé [...] en cuyo espacio se le nace una yerba muy menuda.” (LOZANO, 1874, p. 17).

Na sua obra **La Antigua Provincia de Guairá y la Villa Rica del Espíritu Santo**, de Ramon I. Cardoso escreveu que:

[..] los guaraníes abrían picada en el monte y después de limpiarla con cierta proligidad, la sembraban de trecho en trecho con semillas de dos o tres especies de gramináceas, una especialmente cuyos brotes se propagaban con suma facilidad, y plantas que nacían, pronto cubrían completamente el suelo y podían impedir el crecimiento de los árboles y de los yuyos, que sin eso hubieran ocultado la picada. (CARDOSO, 1918, p. 23)

Como atesta Jose Victor Mendes Cardoso (2005) as gramíneas formavam um "tapete verde" sobre a trilha não deixando outras espécies tomarem conta do caminho, em uma força alopática poderosa. O botânico assinala que a "yerba mui menuda" foram identificadas como *Homolepis glutinosa* (Sw.) que era pegajosa e colava a pele quando tocada, esticando o gramado por onde caísse, por isso “puxa-tripa” e a outra não tão pegajosa, a *Panicum pilosum* Sw. Porém, assevera-se que a gramíneas são dadas mais a campos abertos, deixando a incógnita se mesmo em matas fechadas estas gramíneas se propagavam.

## 1.4 Os Caminhos de Peabiru na voz dos Geógrafos

### 1.4.1 Vislumbre físico da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná: as paisagens dos Caminhos de Peabiru

O Paraná passou por diversos estágios geológicos, que vão desde a cobertura de seu território por mar, geleiras e deserto<sup>7</sup>. O terceiro planalto em especial sofreu intensas

---

<sup>7</sup> Nas eras Arqueozóica e Proterozoica formaram-se as rochas mais antigas assim denominadas de "escudos cristalinos", ( gnaisses e os granitos) sobrepostas por um vasto período de erosão e deposição de sedimentos. No Período Devoniano um mar interior continental transgrediu-se no sentido oeste-leste depositando no Paraná depósitos geológicos tais como o folhelho Ponta Grossa e o arenito Furnas. Já no Período Carbonífero da era Paleozoica a região sul do Brasil foi coberta por uma camada de gelo espessa. Os desertos vieram na era Mesozoica, nos períodos Jurássico e Cretáceo no qual o território paranaense foi sobreposto por extensos derrames de lavas, mesmo momento no qual tem se o desmembramento do continente de Gondwana com a formação do Oceano Atlântico e América do Sul desligando-se África. Já na era Cenozoica movimentos tectônicos movimentaram a estrutura geológica do Sul do Brasil no qual formou-se a Cordilheira dos Andes para então entrar num processo de denudação, que permanece até a contemporaneidade. (WONS ,1994, p. 34).

atividades vulcânicas no Mesozoico (cerca de 200 milhões de anos A.P), no qual esta área foi coberta por sucessivos derrames efusivos basálticos, ou seja, com cerca de 32 derrames de 50 metros cada um, formandos os *trapps* do sueco “escada”, pois as camadas de rochas hoje podem ser assim observadas, escalonadas em degraus.

Esses grandes derrames de lava basáltica gondwanico ocorreu do Pós-triássico até o neo-cretáceo, ascendendo por fendas tectônicas de tração e cobrindo uma extensa área do Brasil Argentina, Uruguai e Paraguai. (BASSI et al, 2012; LEINZ e AMARAL, 2002; MAACK, 2002). Vislumbra-se a porção média do planalto de *trapp*, entre os rios Ivaí e Piquirí, o bloco planáltico de Campo Mourão o qual é separado pelos vales do rio Turvo, Cachoeira e Marrecas da parte meridional do terceiro planalto ou planalto de Guarapuava que se estende entre os rios Piquiri e Iguaçu (MAACK, 2002, p. 111).<sup>8</sup>

Influenciado por um clima quaternário essas rochas solidificadas se intemperizaram e se desagregaram transformando-se em solos argilosos vermelhos com grande coesão. Formaram-se os Latossolos, os Neossolos e os Nitossolos de maneira geral, pois cada derrame estava propenso a formar uma litologia diferente. Alguns formaram a chamada terra roxa, outros, ainda mais próximo da região de Campo Mourão tornaram-se muito ácidos, requerendo corretivos na agricultura moderna.

Mas ressalta a porção oeste da região com solos arenosos do Arenito Caiuá. Por terem diaclases horizontais e maior retenção de água de percolação estes solos se formaram mais rápido, dando formas as diversas as fontes e ao tipo de vegetação.

Assim pode-se asseverar que a vegetação da região de Campo Mourão, objeto de estudo tem esta compleição devido ao clima úmido com chuvas bem distribuídas o que deu origem a matas onduladas, entrelaçadas por matas subtropicais de folhas caducas (Estacional semidecidual), Floresta Pluviais Tropicais, matas de galeria e tem como particularidade a presença de cerrado relicto, resquícios do quaternário antigo, onde havia alternância entre clima árido e semiárido.

No quaternário recente, com o fim da glaciação em áreas mais altas e com chuvas abundantes e alternância climática as matas partiram dos rios, vales e cobriram esses campos. A mancha do cerrado de 102 km quadrados, que marca a zona de transição da mata de araucária para mata pluvial de campo Mourão é resquício deste tempo. (MAACK, 2002, p. 220).

---

A mata mais densa assemelha-se a Mata Atlântica Brasileira, Floresta Ombrófila Mista, que apresenta a presença de Araucárias (*Araucaria angustifolia*) principalmente nas proximidades de rios. A margem dos rios “ as matas ciliares ou florestas-galerias, que aparecem com frequência em muitas áreas do Planalto Brasileiro, acompanhando de perto os cursos fluviais, cuja umidade as alimentam e mantem. (AZEVEDO, 1971, p. 32 ).

Desta feita, cronologicamente observando o terceiro planalto paranaense fora coberto pela vegetação primitiva de campos, isso no Quaternário (12 mil anos A.p) depois foi alimentado pelas mudanças climáticas como o fim da glaciação, atrelado a chuvas bem distribuídas durante o ano, clima mais ameno, ar úmido, que ensejam ser possivelmente as mesmas condições que trouxeram o elemento humano para o sul do Brasil.

Logo observa-se que a vegetação, as condições climáticas e tipo de solos deram origem a uma floresta exuberante rica em epífitas e palmáceas, como a *Euterpe edrulis* (palmito) predominante e *Arecastrum romanzoffianum* ( coco jerivá) em zonas mais frias que nasciam e cresciam baixo das *Araucaria angustifolia*, a Aspidospermas (perobas e guatambus), a meliácea *Cerdella Fissilis* (cedro) bem como *Cabrália goberrima* (canjerana), as lauráceas (ocoteas), as boragináceas ( guajuvira), as mirtáceas (guamiri e guabirobas), as gutíferas (guanandi) as falcourtiáceas (guassutunga) , as bignoniáceas (ipês), as altas sapotáceas de até 50 m de altura (massarandubas), as grandes árvores das encostas e vales de rios como as leguminosas jatá e jatobá, as anacardiáceas (aroeiras), *Holocalyx glaziovii* (alecrim), a *Machaerium sp.* (jacarandá), a tilácea (açoita cavalo) *Copaiba officinalis* (pau d’oleo), *Belfourodendron riedelianum* (pau marfim), as lauráceas (canelas) e *Galessia gorarema* (pau d’alho). Nas margens dos rios Ivaí e Piquiri encontrava-se laranjas silvestres (*Citrus sinensis*) e altas taquaraçus (*Bambusa guadua*).

Em tempos recentes pós-descobrimento, a intervenção humana conteve este avanço das matas sobre os cerrados, produzindo ainda mais drasticamente no século passado a reversão, a ocorrência do oposto ou seja, a regressão da mata densa e fechada, com as roças e queimadas fazendo surgir depois da mata de tiguera os campos sujos e por extensão as pteridófitas, samambaias e capoeiral nas áreas que se desmatavam em grande escala (MAACK, 2002, p. 222). Assim, “ o samambaial deve ser considerado como formação florística final , em virtude da desmatção e nunca como associação natural das estepes de gramíneas baixas ou campo limpos” (MAACK, 2002 , p. 222).

Quantos as gramíneas muito associada a origem etimológica do Peabiru, tal como “caminho gramado amassado” Maack (2002) cita na p. 237 de sua obra a existência de

espécies pertencentes aos gêneros *Paspalum*, *Danthonia*, *Eryochrysis cayennensis*, *Urticularia*, e as maiaceas principalmente em áreas pantanosas, ricas em húmus.

Quanto a fauna da área de interesse, ela alterou-se com o tempo como se observa a extinção da megafauna que deu lugar a pequenos répteis, anfíbios e muitos pássaros e pequenos e médios mamíferos tais como os das ordens Didelphimorphia (cuícas e gambás), Chiroptera (morcegos), Primates (macacos), Xenartha (tatus e tamanduás), Carnívora (cachorro do mato. Lobo, raposa, quati, lontra, gatos e onças), Peryssodactyla (anta) Artiodactyla (porcos do mato e veados) Logomorpha (coelhos) e Rodentia (serelepe, ratos, preás, capivaras, cutia, paca e ouriço) (MULLER, et al, 2012).

Todo este cenário, esta paisagem por onde os caminhos meandravam, com o advento da mecanização recente da agricultura e por fim frente a queimada de 1963 que atingiu o Paraná, grande parte de nossa vegetação natural foi devastada. Assim, neste sentido é que a vegetação devastada não permitiu observar com maior acuidade os vestígios das antigas trilhas indígenas pelo Paraná.

Neste ponto é que observa-se a importâncias dos rios para estudos sobre sociedades pretéritas. Os rios em suas margens com a previsão legal de preservação da mata ciliar ou ripária surgem como testemunhas, documentos vivos do possível registro das sociedades de outrora. Na região de estudo entre os rios Ivaí e Piquiri, inúmeros rios e córregos foram utilizados pelos paleoindígenas e indígenas, haja visto os resquícios arqueológicos.

Interessante que estes rios tem uma física toda particular na no terceiro planalto paranaense, onde se insere a área de estudo. Este planalto segundo Maack (2002) tem um declive o qual mostra um “abaulamento tectônico num arco aberto para leste, que contorna o complexo cristalino, cujo eixo ruma a W. E a partir das sete quedas na bacia do Paraná, cortando eixo principal da depressão num ângulo de 70°” (p. 424). Diante deste declive rumo a oeste, ou seja, em direção a calha do Rio Paraná, originalmente observa-se que:

Os rios principais, que correm em vales consequentes e antecedentes, penetram no terceiro planalto através de boqueirões epigenéticos. As linhas das serras assinaladas nos mapas antigos são em realidades divisores de água, que não se elevam sobre o nível geral do terceiro planalto. (MAACK, 2012, p. 424)

E a posteriori

Parte destes divisores de água entre os rios Ivaí, Piquiri e Iguaçu foram transformadas pela erosão em mesetas típicas, que, com a escarpa,



permitem reconhecer dois níveis antigos de denudação do cretáceo e neo terciário: o nível de aplainamento pós-godwanico do neo cretáceo e o nível pós-Bauru do neo-terciário (MAACK, 2012, p. 424)

Assim percebe-se que os rios Paranapanema, Tibagi, Ivaí e Iguaçu cortam a Serra da Boa Esperança, configuram-se como rios geologicamente “mais antigos do que as escarpas e os três planaltos” (MAACK, 2012, p. 305).

Neste âmbito Massoquim (2008) relata que a paisagem hidrográfica da mesorregião de estudo se constitui de uma rede bem distribuída entre os rios Piquirí e Ivaí que recebem como afluentes rios como o Muquilhão, da Barra, Formoso, Raposo Tavares, Corumbataí, Bugre, Mourão, dos Lontras, Rio Claro, Cantu, Azul, GoioBanguê/Tricolor, das Virgens, Ronquita, Comissário, Caracol e Água Branca.

Dentre os rios da região de estudo o Ivaí apresenta-se como um dos mais importantes. Um rio antecedente que outrora corria para o norte, com as alterações no relevo se caracteriza como um rio de regime endorréico, pois corre para dentro do continente e não para o mar (rios exorréicos) desaguardo no Rio Paraná. Com um percurso de 685 km tem sua nascente Formada no rio dos Patos próximo a cidade de Inácio Martins na serra da Boa Esperança. Composto por saltos e cachoeiras este rio recebe mais de 100 afluentes que na região de estudo denomina se sistema do rio Corumbataí com os rios Vorá, Muquilhão, Formosa e das Lontras, Rio Arurão, Córrego do Roncador, ribeirão da Ariranha e córrego do Leão. Já o sistema do rio Mourão, no km 357 conta com três grandes saltos, conjunto São João e Salto Natal aproveitados por hidrelétricas sendo composto pelo Rio do Campo, Rio Claro e Ribeirão Abelha.

Quanto ao Rio Piquirí este tem 329 km com suas nascentes na Serra São João, contando com muitos saltos. Na região de estudo recebe afluência dos rios do sistema Cantu, ou seja, os rios Goio-Bang / Tricolor, Rio Pinhãozinho, o Rio do Meio e o sistema do Rio Goioerê.

Há de se ressaltar que na região de estudo os fatores estruturais do solos direcionam por fraturas tectônicas os cursos dos rios lateralmente com sinuosidades morfológicas e a sub horizontalidade dos derrames que propiciam o aparecimento de encostas em degraus, fazendo aparecer corredeiras, saltos e cachoeiras nos leitos dos rios (MULLER *et al*, 2012).



Como citado anteriormente o tema Caminhos de Peabiru não é recorrente aos Geógrafos. Material exíguo e esparso encontrado que na maioria das vezes intersecta com a história e a arqueologia. Porém, entre poucos a qualidade destes é satisfatória para o empenho, como no trabalho de Reinhard Maack (2002) o qual elaborou um mapa em 1952, apresentando o Caminho do Peabiru tendo como base os manuscritos de um alemão, Ulrich Schimidel que percorreu o Paraná de oeste a leste em sentido inverso aos demais aventureiros.

O mapa de Schimidel abrange o território paranaense, parte de São Paulo, Santa Catarina, Paraguai, Argentina e Bolívia, sem limites políticos pré-estabelecidos e projeção cartográfica, como se observa a seguir com a inserção em vermelho dos caminhos pela geógrafa Ana Paula Colavite (2006).

Já neste mapa de Schimidel percebe-se a existência de um ramal principal em linha vermelha mais grossa e ramais secundários que se estabelecem nem Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Paraguai.

De forma geral, Maack (1981) assinala que o Caminho de Peabiru foi uma trilha que permitiu o entrada dos primeiros europeus as terras do Brasil po meio do Guairá, aventando a possibilidade de ter sido o ter sido o caminho de peabiru responsavel por um rico entrocamento viário localizado na região de Campo Mourão, uma vez que nesta área existia diversificada rede de ramais do peabiru, a qual foi muito usada diversas colonizações e conquistas.

Atrelando a area de interesse do estudo ainda o autor relata que o “Caminho de Peabiru, passou pela região e Campo Mourão, pois um ramal “cruzava o rio cantu, o curso superior do rio Piquirí e do rio do Cobre, para atingir, dirigindo-se para o sul o rio Iguazu na foz do rio Cotegipe” (MAACK, 1981, p. 25)”.

O ramal principal e os “ditos” ramais secundários sobre o mapa político do Paraná atual oferece uma visão mais clara do traçado deste caminho pelo Estado. O corte específico da mesorregião Centro ocidental especificando em linha em cor preta o ramal principal em sentido Paraguai-Oceano Atântico, de leste a Oeste e na linha em cor azul no sentido sul -norte o ramal secundario que se intersecta a cerca de 30 quilometros da cidade de Goio Ere.

O dito ramal secundário insere-se na região pela cidade de Quarto Centenário, passa por Rancho Alegre do Oeste, Boa Esperança e Juranda no sentido oeste-leste. No

município de Mambore perfaz uma guinada em sentido Norte, passando por Campo Mourão, Peabiru e Engenheiro Beltrão, sempre a margem esquerda do Rio Mourão ou da Varzea até atravessar o rio Ivai e seguir rumo a São Paulo.

Neste mapa do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná (1980), tracei uma linha laranja paralela ao pontilhado que se assemelha com rota de outros mapas no que tange a entrada do ramal secundário na cidade hoje de Quarto Centenário e vai em direção a Campo Mourão.

A linha bordo assinala semelhança a traçados recorrentes em mapas dos caminhos de Peabiru e passa bem ao sul de Campo Mourão. Após transpor Campo Mourão não há rota estabelecida pelo mapa, observando aí uma descontinuidade no sentido a calha do rio Paraná. As inserções das linhas por este autor forma norteadas pela semelhança e possivelmente podem estar assentadas sobre ramais de antigos caminhos.

Neste enleio cartográfico é interessante lembrar do trabalho da Geógrafa Ana Paula Colavite (2006) a qual escreve que o Caminho de Peabiru é assim descrito como uma rota milenar transcontinental criada na Pré-colombiana, cujo traçado cortava a América do Sul ligando o oceano Atlântico ao oceano Pacífico passando pelo Peru, Bolívia, Paraguai e no Brasil pelo Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso.

A Geógrafa elaborou um trabalho intitulado o "Geoprocessamento Aplicado a estudos do Caminho de Peabiru", no qual a pesquisadora atrelou, entre outras ações, o mapa de Maack sobre os Caminhos de Peabiru a uma base do mapa político do estado do Paraná de hoje e assim elaborou rotas sobrepostas a malha rodoviária de hoje. Da pesquisa a Geógrafa constatou-que

O traçado apresentado e as características do Caminho desafiam a engenharia moderna pois um único caminho conseguiu ligar, segundo os traçados atuais, quatro países em mais de 3.000 km de extensão, façanha não existente nos traçados modernos de caminhos e estradas além de interligar um oceano ao outro. A expansão sobre o território do Guairá se deu por meio do lendário Caminho de Peabiru, fator também que levou á sua destruição. Embora existam alguns vestígios de sua existência, são muitos esparsos e de difícil associação chegando a questão chave que é a maior dificuldade das pesquisas relativas ao Caminho, que está em delimitar seu correto traçado. (COLAVITE, 2006, p. 151)

Em um primeiro momento a pesquisadora surpreende-se com o intrincado de ramais que o caminho compunha, seu feitio, suas conexões, reconhece a importância deste para as incursões europeias pós-quincentistas, além de seu uso para a dominação dos próprios

povos do entorno, conclui a dificuldade de se traçar rotas antigas uma vez que a colonização de outrora e o avanço urbano, agrícola e industrial praticamente soterrou estes vestígios.

Ainda segundo Colavite (2006) hoje existem poucos destes vestígios da existência do caminho e muitas informações vem de relatos de antigos habitantes da região em uma herança oral e consuetudinária. E complementa que “por sua importância histórica e cultural, muitos caminhos podem ser tombados e preservados para a população atual e futura, e acabam sendo Utilizados como rotas turísticas.” (COLAVITE, 2006, p. 90).

Os Geógrafos Cunha, Yokoo e Yokoo (2007, p. 11) também escrevem sobre o caminho indígena. Os autores em conjunto assinalam que os exploradores ao inserirem ao centro e oeste do território paranaense “aproveitaram o chamado Caminho de Peabiru e os seus ramais secundários que partindo de São Vicente, no litoral de São Paulo, chegava aos campos do Mourão e prosseguia até o Peru, na costa do Oceano Pacífico. (CUNHA; YOKOO e YOKOO, 2007, p. 11). Ainda segundo estes autores

As penetrações no sertão aconteceram por meio do chamado Caminho de Peabiru e pela navegação através dos rios Ivaí e Piquirí. [...] Para esse movimento de penetração pelo interior do território paranaense, se aproveitou o caminho primitivo. Assim atesta a geo-historiografia da construção e passagem na região do denominado Caminho de Peabiru e de seus ramais. Este caminho foi sem dúvida uma construção pré-histórica levado avante por índios que primeiramente habitavam a região e que o utilizavam para transitar pela região (CUNHA; YOKOO e YOKOO, 2007, p. 18-19).

A geógrafa Gisele Onofre Ramos (2005) sob a égide da Geografia Cultural<sup>9</sup> atesta que o saber geográfico não deve analisar separadamente homem, natureza e suas relações sociais pois assim, à Geografia cabe estudar as marcas e a importância da Geografia Cultural nos estudos dos Caminhos de Peabiru pois oferece uma importante contribuição para a compreensão da organização espacial construída pelo homem durante o decorrer do tempo histórico ao atual” (p. 76) e afirma que “o estudo sobre o caminho de Peabiru, é um

---

9 A geografia cultural nasceu no fim do século XIX, no mesmo momento que a geografia humana. Para alguns geógrafos, ela aparecia como uma outra formulação da geografia humana. Para outros, ela se interessava pela cultura material dos grupos humanos: as suas ferramentas, as suas casas, a sua maneira de cultivar os campos ou de criar animais. O seu desenvolvimento permanecia lento até os anos setenta. Depois, o seu caráter mudou. Doravante, o interesse maior é pelas imagens mentais, as representações, o simbolismo, as identidades. Nos anos 1990, começamos a falar da virada cultural da disciplina. (CLAVAL, 2011)

pequeno avanço na busca da preservação cultura de um país, no qual a cultura é bastante miscigenada e os povos se confundem sem terem uma identidade”(p. 77)

O Geógrafo Dorfmund (s.a. p. 124) escreve que o “Caminho de Peabiru foi de grande utilidade nos primeiros tempos, pois rompia de planalto a planalto, escolhendo passagens nos rios, desviando perigos marcados pelas idas e vindas em cima dos trilhos dos animais selvagens” o que serviu para portugueses e espanhóis, jesuitas e bandeirantes nas incursões posteriores.

Neste âmbito a pesquisadora Sinclair Pozza Cassemiro faz um relato da Geografia dos Caminhos de Peabiru na região, pois

Um outro fato interessante é o relevo acidentado do Brasil e países vizinhos, que dificultava muito a caminhada. O terceiro planalto paranaense nos mostra um relato dos desafios, sendo ondulado a suavemente inclinado pra NE em direção a calha do Paraná. Os derrames de lavas superabalsática que atingiram toda a região sul brasileira “os trapp” paranaense que são em forma de degraus deixou difícil o acesso por onde o caminho percorria. No entanto o planalto de Campo Mourão é marcado por mesetas em forma de um morro, com aplainamento na superfície e planícies suavemente onduladas [...] (CASEMIRO, 2006, p. 22).

Do relato observa-se que a estrutura geológica vinda do derrames sucessivos de materia vulcanica, ao solidificarem, formaram degraus que dificultavam o trânsito por estas terras. Por outro lado, em algumas áreas e em específico a área de Campo Mourão, o relevo como morros e colinas de topo plano facilitaram não só o caminhar especificamente mas sim a fixação mesmo que temporária de moradas indígenas no topo destes, principalmente próximo a rios, e claro pela proteção estratégica.

Não encerrando o assunto, mas levantando inquirições, principalmente ao nome da cidade homônima ao caminho, o Geógrafo Arléto Rocha sublinha que:

[...] cabe aqui incitar o nobre leitor ao estudo pessoal da relação entre os dois Peabirus; O Caminho e a Cidade,[...] o desejo pela busca dos significados dos Caminhos, gerador de tantas controvérsias entre tantos pesquisadores: quem de fato criou o Caminho? Tupi Guarani? Macro Jê? Quais eram seus ramos? O “Iwy Marã’ey”, a “Terra Sem Mal” é uma terra concreta ou espiritual? A História mostra que para os espanhóis chegarem e criarem Vila Rica do Espírito Santo, na vizinha Fênix-PR, 60 Km de Peabiru, no século XVI, eles aproveitaram um caminho já aberto: o Caminho de Peabiru.” (BASSI et al, 2012, p. 5)

A Geografia dá subsídios para que a História e a Arqueologia trabalhem, porém os próprios vestígios geográficos foram muito modificados pelo antropismo, seja pela construção de usinas hidrelétricas, devastação da flora e fauna, construção de rodovias, aterros, cidades, pontes. Por isso a junção das ciências em caráter inter, multi e transdisciplinares são profícuas para o estudo dos caminhos indígenas e de outros assuntos cujo objeto de estudo não são aparentemente e facilmente observáveis.

A carência de informações científicas, distanciadas das paixões que por vezes forçosamente unem dados desconexos e prejudicam a pesquisa científica e diametralmente alimentam o caráter mítico dos caminhos são óbices à clareza de tudo. Tal fato desemboca na educação escolar, uma vez que os livros didáticos abordam o assunto Caminhos Indígenas ou caminhos de Peabiru com dados superficiais ou até mesmo maneira lúdica.

Para acentuar a questão, eis a amnésia social e histórica do tema indígena nos livros didáticos de forma geral. Historicamente três amnésias chamam a atenção: o homem do campo, por tempos associado ao “Jeca Tatu” e perpetuado nas Festas Juninas e Julinas; o Negro, cuja associação ao período da escravidão é tácito e por fim ao indígena, cujas páginas dos livros didáticos alimentam um estereótipo estático do indígena pois como escrevem Mota e Rodrigues (1999) “até os anos setenta, supunham-se que os índios não tinham futuro nem passado” (p. 41).

Ainda como citam Mota e Rodrigues (1999) em poucas páginas dos livros didáticos autores de um modo geral abordam a rica história indígena, mostrando apenas sambaquis como vestígios arqueológicos, classificando equivocadamente os indígenas pela linguística, com tratamento superficial do tema onde o branco é protagonista, o indígena mero coadjuvante.

Por hora com a urbanização explosiva recente extrairam o homem do campo deste ostracismo (justamente pela sua ausência no campo não por qualquer outra ação) e com as leis de inserção do tema Negro nos currículos a amnésia está sendo remediada. Porém ao indígena, não é assim e os mitos, sejam nos caminhos, sejam na índole do indígena se perpetuam.

Observa-se que a discussão apresentada pela geografia não se sustenta em dados concretos, não tem evidências, do que pode-se delimitar duas direções. A primeira pela ideia de que a urbanização, mecanização da agricultura, o antropismo apagaram todos os vestígios no meio que se inseria. A segunda de que os caminhos de Peabiru tal como pregado não existiu de fato. Entretanto com os vestígios arqueológicos já registrados, bem

como seus sítios, e longe de uma especulação movida pela paixão ao tema, fica mais evidente que de fato o caminho existira. Todavia, também não se pode conceber que ele fosse um caminho determinado como principal, secundário e terciário, mas sim um complexo de ramais utilizado pelos transeuntes.

Há de se perceber também que o nome Peabiru é um batismo do não indígena, e que supõe-se que o caminho em si não havia um nome específico.

Por outro lado, longe das evidências no espaço, há as evidências no tempo, principalmente pela falas dos indígenas mutio embora estes tenham como hábito um silêncio intrigante sobre o assunto.

O espaço como morada e registro do ser humano tem suas marcas, que podem ou não serem ressignificadas, mas também tem seus mitos que criam uma névoa densa sobre as pesquisas reais acerca da existência do caminho tal como pregado como Peabiru.



## CAPITULO II

### OS CAMINHOS DE PEABIRU NOS ANOS 2000: O RENASCIMENTO DO TEMA

Até 1970, o tema “Caminho de Peabiru” tal qual como abordado hoje permanecia adormecido como assunto, estudos e pautas na região de Campo Mourão.

Foi neste ano que na cidade de Campina da Lagoa-PR, (60 km de Campo Mourão-PR) o morador Pedro Altoé encontrou vestígios do que seriam os Caminhos e assim comunicou a Universidade Federal do Paraná, trazendo até a região o Pesquisador da instituição Igor Chymz.

Entretanto, de 1970 a 1995 o assunto ficou restrito ao âmbito acadêmico e científico. Para a comunidade em geral, o termo “Caminhos de Peabiru” soava como um ilustre desconhecido, não tendo bases cimentadas nas construções intelectuais e imaginárias cotidianas desta gente.

Mas assinala-se como marco inicial da focalização do tema a atenção dada em 1993 por Rubens Bueno então prefeito de Campo Mourão o qual focaliza um olhar singular sobre os caminhos na região. Atrelado a isso, observa-se que um pouco antes, no início da década de 1990 surgia um novo tipo de turista, que buscava caminhar por trilhas ecológicas, sagradas, histórica (NECAPECAM, 2004, p. 5).

O Prefeito Rubens Bueno de Campo Mourão solicita a assessora de imprensa Rosana Bond para investigar se os caminhos passavam pela região Campo Mourão. Porém, o trabalho se mostrou mais difícil que o inicialmente pensado pois

O desconhecimento chegava a tal ponto que a primeira consulta da jornalista, na Biblioteca Pública, em Curitiba, no próprio ano de 1995 foi totalmente desanimadora. “Peabiru?! De que se trata senhora?” – indagou, franzindo a testa, a jovem funcionária que lhe atendeu. E a seguir disparou à busca de socorro junto à uma bibliotecária mais idosa. (NECAPECAM, 2004, p.27).

Frente a escassez das fontes, a jornalista é enviada a campo, em pesquisas nos municípios de Peabiru, Maringá, Fênix e Pitanga e em seguida ao Paraguai, conseguindo juntar documentos importantes sempre sob a orientação dos antropólogos Meliá e Branislava Susnik.

Esboçando pela primeira vez um projeto fundamentado e organizado de estudo e olhares para o então Caminho de Peabiru, em 1995 a Prefeitura de Campo Mourão divulga o projeto de estudo na imprensa estadual e junto à comunidade acadêmica notória do Paraná como a Universidade Estadual de Londrina - UEL, a Universidade Estadual de Maringá - UEM, a Universidade Federal do Estado do Paraná - UFPR, Universidade do Oeste-UNIOESTE em Cascavel, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG e Universidade do Centro do Paraná-UNICENTRO em Guarapuava, além da Faculdade Estadual e Ciências e Letras -FECILCAM de Campo Mourão. Todos asseguram presença no projeto, mas por falta de dinheiro projeto não caminha. Todavia, em âmbito municipal os estudos continuam sob o trabalho da jornalista e servidora do município Rosana Bond. (NECAPECAM, 2004, p. 27).

Por meio deste ímpeto inicial delegado como ordem de serviço na Prefeitura Municipal de Campo Mourão, Rosana Bond toma gosto pela causa e se embrenha inteiramente no assunto, dedicando-se daí para frente, toda sua vida no estudo e na pesquisa dos Caminhos de Peabiru. Tal empenho leva a jornalista a publicar seu primeiro livro **O Caminho de Peabiru**, lançado em 1996 .

Neste mesmo ano, a Prefeitura Municipal de Campo Mourão aprova a publicação da edição infanto juvenil do livro **O Caminho de Peabiru** por meio da Fundação Municipal de Cultura - Fundacam, sendo este o primeiro livro específico sobre o tema publicado no Brasil, com distribuição gratuita.

Os resultados são tão animadores que Rosana Bond edita em Santa Catarina em 1998 **A Saga de Aleixo Garcia, o Descobridor do Império Inca**. Interessante que já a esta altura, o novo Prefeito de Campo Mourão, sucessor de Rubens Bueno, Tauillo Tezelli dá continuidade ao trabalho do antecessor promovendo e divulgando a obra a plenos pulmões.

Mediante esta publicação, neste mesmo ano a autora é convidada a falar sobre o Caminho de Peabiru no IV Encontro Estadual da associação nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, depois na Universidade Federal da Bahia - UFBA, na Fundação Universidade Blumenau - FURB e no Instituto Histórico e Geográfico de SP.

A receptividade pelo tema é notória tal que Rosana Bond, pelos trabalhos realizados como o tema Caminhos de Peabiru, em 1999 é convidada para integrar o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Na aurora dos anos 2000 os “Caminhos de Peabiru” como tema de estudo e pesquisa ganha notoriedade significativa. Alcança a imprensa de grande circulação. Os trabalhos em Campo Mourão servem de temas em jornais como Jornal de Brasília, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Gazeta Mercantil, Tribuna de Santos, “A Tarde” de Salvador, Tribuna da Bahia, Folha de Londrina, Folha do Paraná, Gazeta do Povo, O Estado do Paraná, O Diário de Maringá, Diário Catarinense, e a “A Notícia” de Joinville. (NECAPECAM, 2004, p. 28).

Entre 1999 e 2000 as pesquisas patrocinadas por Campo Mourão se tornam referência bibliográfica para obras nacionais como o *best-seller* de Eduardo Bueno **Capitães do Brasil**, e também para teses de pós-graduação, como a da antropóloga da UFSC Dorothea Post Darella<sup>10</sup>, na Pontifícia Universidade Católica -PUC de São Paulo.

O estudo do tema sai das fronteiras nacionais e se torna referência bibliográfica em Roma, com a tese de doutorado “Conquista Espiritual - A História da Evangelização na Província Guairá na obra de Antonio Ruiz de Montoya, S.I. (1585-1652)” escrita por Jurandir Coronado Aguilar<sup>11</sup> e defendida na Pontifícia Universidade Gregoriana. Desta feita a tese ganhou o Prêmio Bellarmino de 2001, um dos mais difíceis e cobiçados prêmios do Vaticano

Neste mesmo ano o livro sobre Aleixo Garcia é incluído no acervo da biblioteca da University of North Carolina, nos Estados Unidos, no setor denominado Latin American and Iberian Resources.

Frente a dimensão que os estudos tomavam foi realizado o I Encontro Nacional dos Estudiosos dos Caminhos de Peabiru, realizado nas instalações das Faculdades Centro do Paraná-Pitanga-PR, 22 e 23/11 de 2003 (NECAPECAM, 2004).

Ainda em 2003, os trabalhos originados em Campo Mourão se tornam referência para o documentário “A Rota das navegações- A História de Naufragados”, exibido com recorde de audiência na Rede de Televisão Brasil Sul<sup>12</sup> de Florianópolis.

---

<sup>10</sup> Doutorado em Ciências Sociais (Conceito CAPES 4). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil com a tese “Ore roipota yvy porã. Nós queremos terra boa. Territorialização Guarani no Litoral de Santa Catarina - Brasil, Ano de obtenção: 2004.

<sup>11</sup> AGUILAR, Jurandir Coronado. **Conquista Espiritual**. A história da evangelização na Província do Guairá na obra de Antonio Ruiz de Montoya, S. I. (1585-1652).

<sup>12</sup> Rede de televisão aberta, retransmissora da Rede Globo.

Já em 2004, a Editora Ática de São Paulo, maior editora do país de então autoriza a inclusão do episódio Peabiru na nova versão do livro **A Civilização Inca**. É a primeira vez que o tema é tratado numa obra didática infanto juvenil de abrangência nacional.

Neste mesmo ano ocorreu o lançamento do Pré-Projeto “Caminho de Peabiru - O Compostela da América do Sul” em Campo Mourão nos dias 19 e 20 de março de 2004 retratado na Revista Cadernos da Ilha de Florianópolis em maio de 2004.

A partir de então, percebe-se a notoriedade dos Caminhos de Peabiru como tema. Neste interim, Rosana já não concentra seus estudos em Campo Mourão, focando sua atividade em Florianópolis-SC. É necessário dar continuidade aos estudos, de forma organizada, institucionalizada e com o apoio de novos e diversos pesquisadores. Eis que nasce em Campo Mourão, estado do Paraná o Núcleo de Estudos e Pesquisas dos Caminhos de Peabiru na Região de Campo Mourão - NECAPECAM.

## **2.1 O Necapecam - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Caminho de Peabiru na Comcam (Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão): Estudos e Peregrinações**

Em 2002, inicia-se o trabalho de um grupo organizado de estudos sobre os Caminhos de Peabiru. Este grupo foi o embrião da criação em agosto de 2004 do NECAPECAM- Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Caminho de Peabiru na COMCAM (Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão), com sede na cidade de Campo Mourão, incluindo os 25 municípios da região e abrangendo população de quase 300 mil habitantes.

O processo de criação do NECAPECAM surgiu da ideia da Professora Sinclair Pozza Casemiro, a qual em entrevista concedida explicou a motivação pela criação da instituição:

As pessoas queriam estudar o tema dos caminhos de Peabiru, elas se interessavam, mas não pensavam regionalmente. E havia muita confusão porque cada um queria e fazia a coisa a seu modo. Não havia um foco ou um modo de trabalho que pudesse encaminhar as questões de forma disciplinada e sistemática. Ou seja, não havia método. O que significa dizer que não havia problematização, objetivos definidos, concepção teórica, hipóteses de pesquisa, estratégias de trabalho em campo e nas peregrinações, enfim, tudo o que um Método e uma Metodologia permitem, principalmente num trabalho complexo como o que se apresentava. Eu fazia Mestrado e via essa dificuldade com muita clareza à minha frente, sabendo que havia, sim, um modo de dar sentido e coerência àquele volume de intencionalidades, mas, só a partir, mesmo,

de um Método. Então, criei esse Método e essa Metodologia que apliquei num PROJETO, o qual registrei, inclusive, em cartório. Tal documento tenho em casa também. Fiquei com uma via porque foi de minha autoria. A partir daí, sim, tive a ideia de comunicar isso ao grupo e convidar os participantes a formar uma instituição que tivesse o nome de NECAPECAM- Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Caminhos de Peabiru na COMCAM. E a trabalhar, a partir de então, com todos os municípios da COMCAM de forma sistemática e científica. (CASEMIRO, 2016).

Bem mais que a criação da instituição, a ação demonstra a necessidade de organizar estudos que até então se pautavam na curiosidade, na paixão e na aventura. A cientificidade bem como o estabelecimento de metas, métodos e seus procedimentos pairavam sob um laconismo crônico, sem amarras a planejamentos, a técnicas, a um trabalho sistematizado. O estabelecimento de métodos e suas metodologias foram as raízes estimuladoras para criação da instituição. Inicialmente a entidade fora composta por estudiosos de diversas áreas, professores de vários níveis de ensino, grupos para-folclóricos, associações de arte, museus, academia de letras, fundações, entidades ecológicas como Instituto Ambiental do Paraná – IAP, empresas de serviço como Sistema Nacional do Comércio- SENAC e empresas escolas. Adiante, foi se aderindo ao projeto diversas prefeituras da região, bem como simpatizantes e nomes da política que no momento não estavam em cargos eletivos.



**Figura 05:** Emblema do Projeto do NECAPECAM  
**Fonte:** NECAPECAM, 201

Como objetivos norteantes, ainda segundo Sinclair Pozza Casemiro, o NECAPECAM foi criado visando ao conhecimento do tema na sua ressignificação e no resgate das culturas tradicionais que viveram na região e que estão ocultadas no discurso histórico de sua colonização.

Por conseguinte, em sua linha de pesquisa o núcleo

Deveria primar pela preservação da cultura Guarani, pelo fato de que os livros e a história registram que essa nação utilizou o Peabiru em busca da Terra Sem Mal. Também deveria voltar-se à valorização das demais comunidades tradicionais, lembrando que houve levantamentos arqueológicos de Igor Chmyz em Campina da Lagoa, na década de 1970 (NECAPECAM, 2010, p. 12).

Neste trabalho, a Revista Cadernos da Ilha (2010) relata que numerosos foram os resultados, entre estes a descoberta e localização de cinco prováveis trechos do ramal na região: Fênix, Barreiro das Frutas, Peabiru, Campina da Lagoa, Mamborê/Ubiratã (Estrada Paraguai<sup>13</sup>); também houve a descoberta de duas obras rupestres, ou seja, rochas arredondadas presas ao solo como “marcos”, com gravação em baixo relevo, decoração em espiral (Apicás), chamadas de “petrogrifos” como pode-se observar nas fotos 4 e 5 logo abaixo.

Encontraram-se vestígios de um aldeamento indígena, de um possível cemitério jesuítico-indígena e outros possíveis sítios arqueológicos não identificados.

Os objetos líticos encontrados foram diversos, bem como fragmentos de cerâmicas, que a priori seriam depositados em um museu dos caminhos a ser construído próximo ao Salto Boi Cotó na divisa entre os municípios de Peabiru-Campo Mourão - Corumbataí do Sul e Barbosa Ferraz.

---

<sup>13</sup> Estrada antiga e famosa na região, por onde entravam no fim do século XIX, pobres empregados argentinos e paraguaios, de uma companhia que explorava a erva mate no interior do Paraná. Teria sido também usada também na Guerra do Paraguai e, mais tarde, para a passagem da Coluna Prestes. Em 1954, quando a Sociedade Imobiliária Norte do Paraná-SINOP iniciou seu projeto de colonização, encontrou caminhos velhos. Segundo Wilder Bordin, topógrafo da empresa, havia três ramais na área. A Estrada Paraguai era um deles. Mapas e fontes bibliográficas apontam a probabilidade de que uma dessas vias tenha sido construída em cima do milenar Peabiru.) (NECAPECAM, 2010, p. 15)



**Foto 4:** Na seta a esquerda da imagem a localização de possível petroglifo em afluyente da margem esquerda do Rio Mourão no município de Peabiru-PR.

**FONTE:** do autor



**Foto 5:** Imagem fechada do possível petroglifo em afluyente da margem esquerda do Rio Mourão no município de Peabiru-PR.

**Fonte:** Do autor

Resultantes do trabalho do NECAPECAM foram feitas treze publicações de compêndios, chegando a cerca de 800 páginas entre artigos, relatórios e ensaios. Diversos livros foram editados gerados pelas informações coletadas, tal como dois volumes em 2005 do **Pequeno Vocabulário comentado de usos linguísticos no projeto Caminho de Peabiru na Comunidade dos Municípios da região de Campo Mourão - COMCAM**”; **Causos do coração do Paraná – Por entre as beiras do Ivaí e do Piquirí** em (2005) e **Peregrinando em trovas pela região da COMCAM** (2010).

O grupo promoveu viagens de contato a diversos grupos indígenas no Brasil e Paraguai, além de estimular a retomada de práticas culturais em comunidades como as do Boi-Cotó e Água do Juca.

A partir da Criação do NECAPECAM as ações se tornaram mais concentradas e organizadas. Há de ressaltar que a elaboração, organização e planejamento do trabalho veio de muitos meses de estudos e reflexão por parte de Sinclair Pozza Casemiro, a qual articulou o envolvimento de todos em subprojetos em partes que operacionalizavam as ações em campo no sentido que todos se sentissem coautores, sugerindo e se responsabilizando por cada um desses subprojetos.

Tal trabalho foi parcialmente exposto no artigo do compendio da NECAPECAM de 2005, **Turismo de peregrinação pelo Caminho de Peabiru**, da Turismóloga Sabrina de Assis Andrade e pelo biólogo Cristian Coelho Silva. Eis as etapas:

- 1º) Exploração bibliográfica (leitura e análise de obras, mapas e documentos).
- 2º) Exploração em campo e definição do roteiro (lugares apontados pela fase anterior de exploração bibliográfica, com demarcação de pontos entrevistas, análise, registro de materiais líticos, arqueológicos, etc);
- 3º) Subprojetos separados em itens, tais como Alojamento, Alimentação, Assistência Médica, etc.
- 4º) Abertura de inscrições na internet quando os peregrinos contribuem com uma taxa simbólica;
- 5º) Realização do evento. Um dia antes da peregrinação, é realizado um simpósio com palestrantes convidados. (NECAPECAM, 2010, p. 13).

Desta feita apenas uma parte do trabalho já envolvia uma série de ações, que sem a dedicação do grupo, seria impossível a realização. Porém, havia os obstáculos que se estabeleciam para desenvolvimento dos trabalhos pois como asseverou Sinclair Pozza Casemiro

Alguns, inclusive, deixaram o grupo, não queriam um trabalho mais sério. Gostavam apenas de discutir a temática. Mas, quem ficou, ganhou



fôlego. E os trabalhos fluíram muito intensamente a partir de então. Foi aprovado pelo grupo, que, inclusive, desenvolveu cada parte dele como forma de contribuir no seu conjunto. (CASEMIRO, 2016)

Os trabalhos tiveram então como ponto nevrálgico para divulgação das ações a realização de peregrinações<sup>14</sup> nas quais caminhantes percorriam trechos por onde indícios levam a crer que foram ramais do antigo Caminho de Peabiru como observado na foto 6. O trabalho todo não se concentrava apenas em simples caminhada, mas seguia etapas que precediam as peregrinações, como assim definidas em um documento do NECAPECAM.

Ressalta-se que muitos caminhantes andavam apoiados em cajados e outros iam a cavalo. Ao fim da Peregrinação relatórios minuciosos eram elaborados, descrevendo os pormenores do evento.



**Foto 6:** Peregrinos caminhando em Rotas Simbólicas dos Caminhos de Peabiru em eventos promovidos pelo NECAPECAM.

**Fonte:** NECAPECAM, (2010)

---

<sup>14</sup> As peregrinações eram caminhadas realizadas em prováveis trechos dos Caminhos de Peabiru na região. Por serem “prováveis trechos”, adotou-se o nome “Rotas Simbólicas dos Caminhos de Peabiru” nos eventos promovidos pelo NECAPECAM, justamente que pelo advento da agricultura e urbanização recente era difícil determinar com precisão o local por onde passavam as rotas reais.

Constam nos relatórios a presença nas caminhadas de peregrinos oriundos do Paraguai, Mato Grosso, São Paulo e Santa Catarina, além de diversas cidades do Paraná, e claro das cidades próximas. Ao todo foram realizadas 14 peregrinações entre os anos de 2004 e 2011, quase sempre nos meses de abril e outubro, em diversas cidades, com diversas durações e percursos, como se observa, na tabela que se segue:

**Quadro 01:** Peregrinações do NECAPECAM - 2004-2011

<b>NOME DO EVENTO</b>	<b>DATA</b>	<b>ITINERARIO</b>
I Peregrinação No caminho de Peabiru	20 A 22/10/2004	Campo Mourão a Bourbonia
II Peregrinação da COMCAM no Caminho de Peabiru-	21/04/2005	Salto do Boi Coto a Ourilandia
III Peregrinação da COMCAM no Caminho de Peabiru-.	19, 20 e 32 de agosto de 2005	Fenix, Quinta do Sol, Peabiru, Campo Mourão (63, 7 km)
IV Peregrinação nas rotas simbólicas da COMCAM nos Caminhos de Peabiru.	20, 21 e 22 de abril de 2006.	Campo Mourão Peabiru
V Peregrinação da COMCAM no Caminho de Peabiru--	11 a 13/10 de 2006	Engenheiro Beltrao-Figueira-Terra Boa-Araruna
VI Peregrinação da COMCAM no Caminho de Peabiru-	20ª 22 DE ABRIL DE 2007-	Campina da Lagoa, Dist. De Bela Vista do Piquiri Ubitatã
VII Peregrinação no Caminho de Peabiru da COMCAM-	11,12 e 13/10/2007	Mambore Pensamento) Juranda e Ubitatã (Luz Marina) (56 km)
VIII Peregrinação no Caminho de Peabiru-rio	19 ABRIL DE 2008	Parque do Lago de Campo Mourão-Salto do Boi Cotó-Corumbatai do Sul (25 km).
VIII Peregrinação no Caminho de Peabiru-	11 de outubro de 2008.	Campina do Amoral (Luiziana)-Mambore-Farol-Campo Mourão
IX Peregrinação pelo Caminho de Peabiru-	18 e 19 de abril de 2009	Nova Cantu-Roncador-Luiziana-(60 km)
X Peregrinação pelo Caminho de Peabiru	09 de outubro de 2009	Altamira do Paraná-Rio Cantu-Rio Piquiri-
II Peregrinação do Caminhos de Peabiru-	16 de abril de 2010	Peabiru-Campo Mourão Corumbatai do Sul
1º Peregrinação da Rota Simbólica e Autônoma do Caminho de Peabiru-	08 A 10/10/2010	Peabiru-Campo Mourão Corumbatai do Sul
II Peregrinação na Rota Turística e Simbólica dos Caminhos de Peabiru da COMCAM	16/04/11	Campo Mourão Corumbataí do Sul

**FONTE:** Autor, 2016

Segundo Sabrina de Assis Andrade a peregrinação era realizada duas vezes por ano, sempre entre abril e outubro, tendo como objetivo despertar a importância do projeto de resgate histórico que já vem sendo realizado, revelando assim o místico Caminho de

Peabiru, desenvolvendo e incentivando o turismo regional. (JORNAL “O DIÁRIO”, Maringá, 15 abr 2004). De forma concomitante as peregrinações, outros eventos sob os auspícios do NECAPECAM foram realizados, bem como publicações atinentes ao tema. Uma das criadoras do NECAPECAM, Sinclair Pozza Casemiro lançou em 2006, o **Compêndio sobre o caminho de Peabiru na COMCAM-Micro Região 12 do PR** e outro volume em 2010. O Escritor Antonio Sena lançou em 2007 o livro **Operação na Terra Sem**, romance que narra a Polícia Federal investigando contrabando de armas e drogas por estradas secundárias da região, que remetem a antigas estradas de outrora.

Embora com argumentos discutíveis o jornal de Curitiba Gazeta do Povo, com uso declarados de estudos do NECAPECAM lança a matéria “A Verdadeira autoria do Peabiru.” (20 set 2008, p. 12.). Neste caminhar, Rosana Bond continua e aprofunda suas pesquisas lançando em 2010 o livro **História do caminho de Peabiru - Descobertas e segredos da rota indígena que ligava o Atlântico ao Pacífico**. Em 2011, é realizada entrevista ao NECAPECAM para episódio do Programa “De lá Para Cá” da TV Brasil, na qual depõem Rosana Bond e Igor Chymz. Em 2013, Rosana Bond lança o livro **História do Caminho de Peabiru; O milenar, “desprezado” e pouco estudado ramal litorâneo** pela Editora Aimberê-. Em âmbito regional vale ressaltar que no ímpeto dos trabalhos feitos anteriormente foi sancionada em 2006 Lei em Campo Mourão, determinando os dias 19 e 10 de outubro como “Dias de Peregrinação pelos Caminhos de Peabiru”, oriunda da proposta da Vereadora Marla Tureck.

**Quadro 02:** Dispositivos legais acerca dos Caminhos de Peabiru

MEIO LEGAL	EMENTA	ÂMBITO
Lei Municipal n.º 2.029 / 2006	Institui as datas 19 de abril e 10 de outubro como “Dia Municipal de Peregrinação do Caminho de Peabiru”.	CAMPO MOURÃO
Lei Municipal n.º 563/2007	Dispõe Sobre a Criação Do "Museu Municipal Caminhos De Peabiru"	PEABIRU
Portaria n.º 737/2015	Nomeia a Comissão de Resignificação dos Caminhos de Peabiru no Município de Peabiru”.	PEABIRU
Projeto de Lei Estadual n.º 269/2011	Dispõe sobre a Instituição das Rotas dos Caminhos de Peabiru como Patrimônio Turístico e Histórico do estado do Paraná.	ESTADO DO PARANÁ
Tratado pelos Caminhos de Peabiru De 01 de junho de 2017	Potencializar a história, a cultura, o turismo buscando gerar emprego e renda por meio dos Caminhos de Peabiru, de Vila Rica do Espírito Santo e das riquezas paisagísticas, do patrimônio material e imaterial dos municípios na área de abrangência	PEABIRU, CAMPO MOURÃO, CORUMBATAÍ DO SUL, FÊNIX, QUINTA DO SOL, ENG. BELTRÃO.

No município de Peabiru foi criado pela Lei Municipal nº 563/2007 o “Museu Caminhos de Peabiru” comportando acervo indígena e do colonizador. Tinha se em vista que o termo “Peabiru” remetendo ao milenar Caminho do Peabiru, tem-se o norte condutor de ações que é por meio do comprometimento do poder público com a política museológica que se pode realçar este imaginário histórico subjacente, fazer aflorar e estabelecer o entendimento e convivência do cidadão com passado. Desta forma a identidade cultural do cidadão se afirmaria.

Nesta mesma cidade foi criada em 2015, sob a Coordenação do Historiador e Geógrafo Arléto Rocha a “Comissão de Ressignificação do Caminho de Peabiru no Município de Peabiru”, que buscava respeitando a tradição indígena a solidificação e a resignificação do tema nas bases teóricas coletivas em âmbito local. Em âmbito estadual o Deputado Estadual Douglas Fabrício protocolou o Projeto de Lei na Assembleia Legislativa do Estado que tombava os caminhos como patrimônio turístico e histórico do estado do Paraná.<sup>15</sup>

Tais dispositivos legais seja em âmbito municipal ou estadual demonstram que o tema estava em pauta, em vigor, ganhando relevância nunca vista antes. Por outro lado, representa a união necessária entre interesses das organizações civis organizadas, comunidade social e científica e poder público alinhavado no objetivo de estabelecimento dos caminhos como patrimônio imaterial e material local, mesmo que nas micro relações haja e sempre haverá divergências em detalhes.

Como legado do trabalho da instituição ficou o tema Caminhos de Peabiru mais íntimo a comunidade em redor pois como descreve Sinclair Pozza Casemiro em depoimento, este foi

Um trabalho de grupo com envolvimento intenso. É isso o que mais prezo na história do NECAPECAM porque é o seu fio condutor, o que permitiu todas as suas ações de forma disciplinada e com tanto sucesso. Na verdade, aí estive a minha contribuição pessoal e a qual muito prezo, por isso fiz questão de registrá-la em cartório quando o escrevi: tanto para me garantir na sua autoria, como lhe dar credibilidade, lhe dar seriedade e autoridade diante de quem viesse a continuar o NECAPECAM, de forma que respeitasse esse modo de trabalhar as pesquisas com coerência e cientificidade possível. E que depois me deu argumentos e fundamentação teórica, inclusive, sem contar a segurança para tomar a decisão que foi tomada. Hoje é reconhecidamente um patrimônio indígena que tem a consciência indígena assumida e requisitada, porque dele participaram também ativamente. (CASEMIRO, 2016)

---

<sup>15</sup> Por divergências entre a inserção de palavras e seus conceitos subjacentes, o projeto foi retirado de votação.

Permeando tudo isso, percebeu-se o estabelecimento do nome “Caminhos de Peabiru” no imaginário dos habitantes das cidades orbitantes, criando assim um senso consolidado em escopo histórico, cultural e social, além da ressignificação, do ressurgimento, do reavivamento do ser indígena dentro da história das localidades.

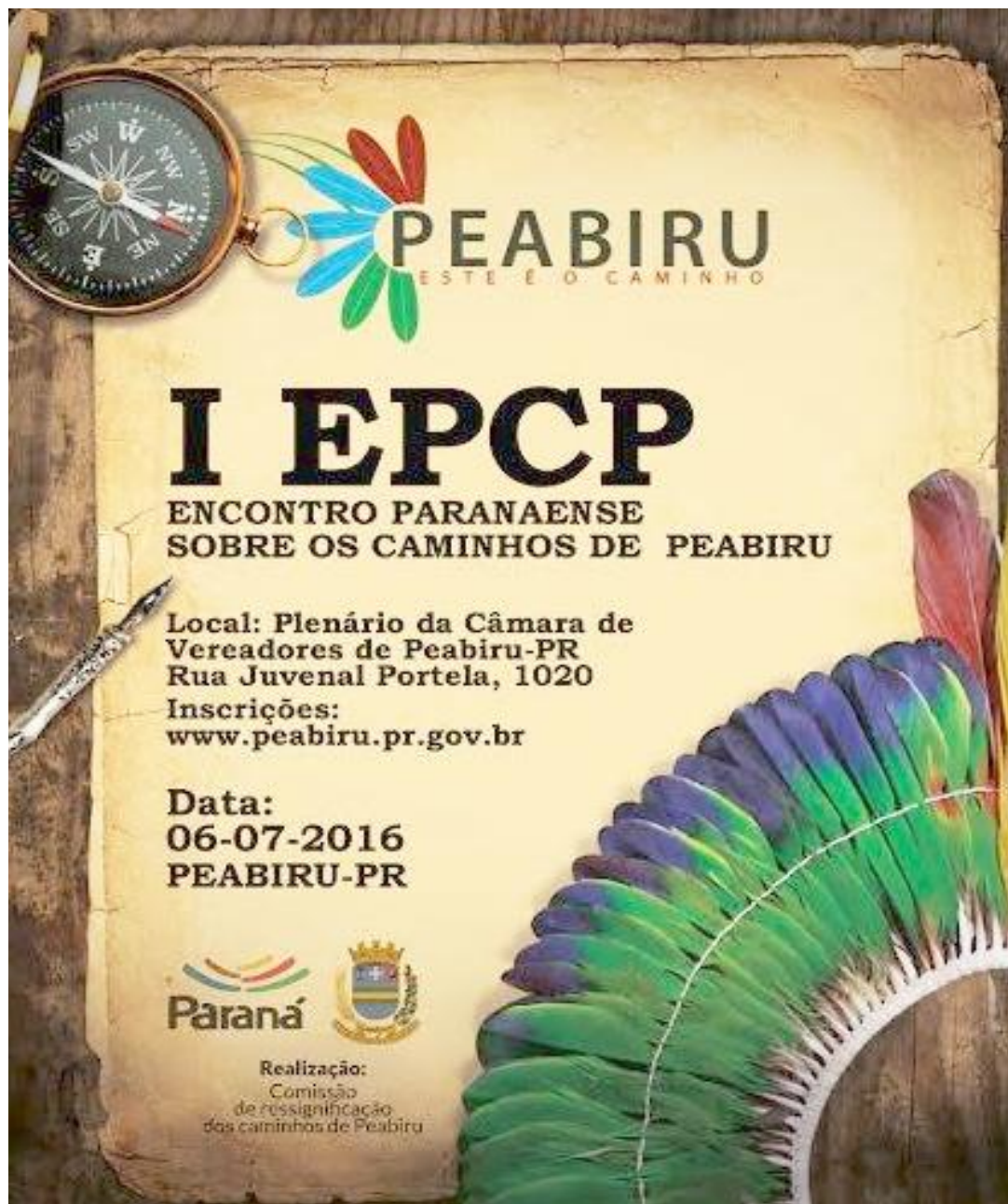
Desta feita o NECAPECAM ganhou respeito e notoriedade em nível nacional e internacional, pelas pesquisas e ações feitas.

Porém, em 2011 duas ações marcam o NECAPECAM, o qual diante de seu trabalho, aprofundamento e refino de conceitos encontra seu encerramento de atividades: o encaminhamento, como já citado, pelo Deputado Douglas Fabrício do projeto de tombamento do Caminho de Peabiru na região de Campo Mourão que será tratado no capítulo a seguir e a Instalação de Aldeia Indígena em Campo Mourão, no Barreiro das Frutas, com 30 famílias-Guarani, conforme abordado no capítulo um.

Entre outros trabalhos de colocar na berlinda o tema Caminhos de Peabiru, há o interesse do poder público inserido no contexto. Tanto que com a parceria da Prefeitura Municipal de Peabiru - PR e Secretaria de Estado do Paraná do Esporte e do Turismo realizou-se na cidade de Peabiru-PR no dia 06 de julho a 1ª edição do Encontro Paranaense sobre os Caminhos de Peabiru (I EPCP) com a participação de especialistas de diferentes áreas do conhecimento:

O Encontro Paranaense sobre os Caminhos de Peabiru objetivou ser um espaço para a proposição de iniciativas que recuperassem os potenciais turísticos da rota transcontinental que ligava o Oceano Atlântico ao Pacífico.

A programação do I EPCP teve várias palestras entre elas a proferida pela arqueóloga do Museu Paranaense, Claudia Parellada, intitulada “O Peabiru no Paraná Espanhol”; a segunda pelo coordenador cultural da Paraná Turismo, Hardy Guedes, com o título “Peabiru: questionamentos e outras Hipóteses”. A professora do curso de Turismo e Meio Ambiente em Campo Mourão, Marilene Celant, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), explanou sobre rotas turísticas pelos Caminhos de Peabiru.



**Figura 6:** Cartaz do I Encontro Paranaense sobre os Caminhos de Peabiru ( I EPCP)  
**Fonte:** do autor (2016).

Outra ação nesta mesma linha ocorreu em junho de 2016, a solenidade de abertura da fase regional do 59º Jogos Abertos do Paraná (JAPs) em Peabiru-PR a comissão organizadora tratou sobre os Caminhos de Peabiru e os índios Guarani, Kaingang, Xetá como elementos que constituem o município e a história do Paraná.



**Foto 07:** Atleta Thais Alves acende a pira olímpica na qual de forma ampla aborda as tradições indígenas na abertura 59º Jogos Abertos do Paraná (JAPs) em Peabiru-PR

**Fonte:** do autor (2016).

Além dos aspectos históricos narrados, toda a decoração foi temática e evidenciou a influência indígena no município, uma vez que o acendimento da pira olímpica, ocorreu

em uma estrutura rústica de galhos e madeira que possibilitou a amarração com todo o roteiro elaborado.

Outra ação de ressignificação dos Caminhos de Peabiru ocorreu com a exibição no programa de rede aberta na afiliada da Rede Globo, a Rede Paranaense de Televisão – RPC em outubro de 2016 no qual foi abordado na edição do “Meu Paraná” o tema pertinente.



**Foto 08:** Gravação do Programa “Meu Paraná” – RPC em outubro de 2016 sobre os Caminhos de Peabiru em Peabiru-PR  
**Fonte:** Do autor (2016).

O programa foi gravado em possíveis ramais dos Caminhos de Peabiru e locais possivelmente históricos na cidade de Peabiru-PR.



De todas as ações observadas, nascidas do trabalho do NECAPECAM, percebe-se que a partir de então o tema “Caminhos de Peabiru” teve uma apropriação mais íntima e segura por parte da comunidade que a cercava. Outrora tratado como fato extrínseco a sociedade, a questão do indígena, bem como dos caminhos de Peabiru não se revestiu de uma naturalidade satisfatória, mas com certa familiaridade.

## **2.2 Implicações do Tombamento dos Caminhos de Peabiru como Patrimônio Turístico, Cultural e Histórico.**

A sustentação de uma sociedade se dá pela manutenção de sua identidade. Quando se fala de patrimônio histórico refere-se diretamente ao indivíduo e à sua identidade, que é representada por objetos, crenças, modos de ser e de fazer, espaços que abrigam desde as práticas do dia-a-dia até os eventos especiais da cultura de um povo. (MOTA, 2015, p. 6).

Os bens culturais imateriais trazem traços de identidades enraizadas na cultura de um povo, os valores são passados entre as gerações (FUNARI e PELEGRINI, 2008). Contudo, Tamaso baseado em autores como Harvey, Leite, Smith aponta que “é importante considerar que o acionamento da categoria patrimônio tem trazido benefícios para alguns grupos, e tem trazido impactos negativos para outros”. (TAMASO, 2012 p. 24).

Inserido neste debate observa-se o depoimento do Turismólogo R.S., formado há seis anos na FECILCAM, o qual pesquisou o Caminho de Peabiru por mais ou menos 03 anos. Eis o depoimento:

O meu primeiro contato com Caminho de Peabiru foi na graduação, quando o Departamento de Turismo da Fecilcam, começou a pesquisar o caminho e a mapear possíveis rotas. Como acadêmico participei do mapeamento de algumas rotas de debates sobre o Caminho de Peabiru. Sendo uma das concepções muito forte a ideia de fazer dele um caminho parecido com o Caminho de Santiago de Compostela entre França e Espanha. Assim ligando Brasil ao Peru, para isto havia varias frentes de trabalho, muitos pesquisadores envolvidos e a ideia de mapeá-lo e desenvolver peregrinações foi crescendo. Contudo com tempo algumas divergências foram aparecendo, teve o retorno dos índios a Campo Mourão, e forma com eles vinham o Caminho Peabiru, divergia da proposta para turismo. Os índios falavam no Caminho do Sol, defendiam a espiritualidade do caminho, e do outro lado tinha política questões burocráticas. Mas a região do Barreiro das Frutas em Campo Mourão, bem como de outras áreas onde se pode encontrar vestígios do caminho encontra em áreas rurais. Portanto poderia ser desenvolvido nesta região

modalidades de turismo como rural, ecoturismo, turismo de aventura e turismo histórico/cultural, no qual o Caminho de Peabiru fosse mais um atrativo turístico da região.<sup>16</sup>

Logo, o turismo em sua essência envolve o movimento constante de pessoas, que se deslocam do seu local de origem para um determinado destino e vice-versa. Portanto a atividade turística engloba o ato de deslocar do ser humano como parte integrante do turismo, que se constitui através das relações humanas, por meio das viagens e do contato com a comunidade local, e também da utilização dos equipamentos turísticos, envolvendo infraestrutura e expectativa pessoal.

Assim ao tombar o Caminho e o seu uso turístico implicaria na criação de espaço turístico, o qual mesmo quando este é privado perpassa pelas políticas públicas, bem como pela aceitação da comunidade local. Isto porque o desenvolvimento da infraestrutura turística está vinculado ao desenvolvimento da infraestrutura básica, e a participação da comunidade local colabora para impulsionar o empreendimento turístico seja com a divulgação deste, seja com novos produtos para impulsionar o turismo na região.

Assim, ao pensar Caminho de Peabiru na região de Campo Mourão como um atrativo turístico, é primeiramente necessário definir como ele pode ser utilizado como recurso turístico.

Outra implicação a se ressaltar insere-se no sentido de que o processo de patrimonialização às vezes causa exclusão, pois nem sempre há a conservação de identidades, justamente por atender a interesses específicos. Muitas vezes o ato de patrimonialização acarreta em um processo de higienização no bem cultural, compondo um discurso oficial, ocasionando que o bem cultural perca sua flexibilidade enquanto patrimônio. Por conseguinte, uma vez patrimonializado e com uso turístico, os Caminhos de Peabiru entanto podem atribuir outra dimensão ao produto turístico, fazendo que este perca sua essência, sendo apropriado e ressignificado de forma equivocada, se tornando apenas um conjunto de representações para turismo (CHARTIER, 2002).

Enfim para desenvolver a atividade turística em uma localidade é preciso fazer o levantamento de todas as suas especificidades, ainda mais quando esta ligada a elementos culturais, sejam eles materiais ou imateriais de um povo. É preciso buscar conservar sua essência.

---

<sup>16</sup> Por motivos alheios ao conhecimento o depoente preferiu o anonimato na publicação deste depoimento.

Uma implicação latente no tombamento material e imaterial do Caminho de Peabiru se dá no temor dos proprietários das terras onde se encontraram vestígios líticos da passagem deste. Temem um a futura e eventual ação legal dos indígenas pelas terras por onde o Caminho provavelmente passou.

Por outro lado, em 2011, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Deputado Estadual Douglas Fabricio protocolou o Projeto de Lei n. 269/2011, o qual em sua ementa instituía a “Rota dos Caminhos de Peabiru como patrimônio Turístico e histórico do Paraná”. A presença do termo “turístico” e a falta do termo “indígena” causaram protestos por uma parte dos estudiosos e intelectuais da região, pois abria margem para a exploração comercial do caminho.

Assim, do texto primeiro “Art. 1º. Ficam instituídas as rotas simbólicas dos Caminhos de Peabiru como patrimônio turístico e histórico do estado do Paraná”, pedia-se que modificasse para “Art. 1º. Ficam instituídas as rotas simbólicas dos Caminhos de Peabiru como patrimônio indígena histórico do estado do Paraná.”.

Segundo Casemiro (2012) a modificação se estriba na necessidade de se fazer a Inclusão da palavra “simbólica”: As rotas são apenas simbólicas, pois é impossível, hoje, traçá-las no mapeamento ainda visível na época em que foi descrito pela primeira vez, em 1536, por Padre Antônio Ruyz de Montoya.

A palavra “simbólica” legitima, assim, a intencionalidade de ressignificar o traçado original dos caminhos indígenas do Peabiru. Também a substituição de “turística” por indígena se dá por razões culturais e legais, pois uma rede de caminhos indígenas precisa ser identificada.

Uma rede de caminhos indígenas que, para uma determinada cultura indígena, é até hoje sagrada e exige, por sua natureza religiosa e sagrada, silêncio tradicional, não pode permitir exploração turística por parte de outras culturas não indígenas (*Art. 216, Art. 231, Art.232 da Constituição de 1988*).

Por outro lado, a Constituição de 1988 estabelece em seu Art. 216 § 1º que, para promover os bens culturais, o Poder Público deve contar com a colaboração da comunidade, o que justifica a participação das comunidades tradicionais na proteção de seus bens culturais. O projeto foi retirado da pauta de votação daquela Egrégia Casa de Leis.

Por conseguinte, dentro do objetivo de elencar as implicações de tombamento o Caminho de Peabiru na COMCAM como patrimônio cultural material e imaterial,

turístico, cultural e histórico respeitando a cultura indígena e os interesses não indígenas, observou-se que os vestígios do Caminho de Peabiru na região de Campo Mourão já vêm a algum tempo sendo estudado pelos setores de turismo da região, levantamentos de dados, mapeamentos de rotas e algumas caminhadas já foram realizadas.

Observou-se também que paira a cristalização recíproca de representações comportamentais indígenas e não indígenas, as quais devem ser ressignificadas sem a sobreposição de uma cultura sobre outra. Constatou-se que o tombamento pode suscitar temores nos agricultores por causa de uma possível desapropriação de terras, uma vez que o advento da agricultura apagou os vestígios do caminho, sendo necessária a realização de estudos arqueológicos, o que não descarta demarcações em rotas simbólicas.

O turismo com enfoque nos Caminhos de Peabiru poderia agregar outras modalidades de turismo, sendo ele mais um recurso turístico para desenvolver a atividade turística nesta região. Porém, deve-se ouvir os indígenas, para que nessa "disputa", prevaleça o respeito à humanização, às diferenças e diversidades culturais.

Com relação a decisões sobre qualquer Projeto sobre os Caminhos de Peabiru, de identidade cultural indígena, o índio precisa falar, decidir, concordar. Muito mais especialmente sobre os Caminhos de Peabiru que se reportem à Terra Sem Mal, pois trata-se de assunto messiânico, religioso e sagrado da cultura dos Guarani. E os Guarani guardam segredo e respeito milenar, silêncio sobre questões dessa natureza. Seria violação por parte de outras culturas não Guarani peregrinar, fazer turismo de exploração comercial sobre essa rota milenar e sagrada para eles, os indígenas Guarani.

Assim, este processo de tombamento deve ser tratado com muito tato, ainda mais que tal assunto é sagrado para os indígenas. Eles só falam de seus atos e caminhos em rituais especiais, na Casa de Reza, nos Mborai que cantam. Como os católicos, que preservam o Sacrário, o Espírito Santo, não saem por aí, de qualquer modo. Eles preservam suas crenças, em silêncio, pelo silêncio.

Portanto, observa-se que a hipótese de tornar o caminho Patrimônio Cultural Imaterial (sem ser turístico) sob a ótica indígena ou tornar o caminho Patrimônio Cultural Material (turístico), com outro nome (Rota da Fé, dos Pioneiros, já Caminho de Peabiru é nome dado por não índios), sob a ótica não indígena ainda não pode ser comprovada como real pela incipiência das discussões. Fazem-se necessárias discussões mais amplas.

Logo, uma saída observada neste processo de tombamento, de patrimonialização dos Caminhos de Peabiru, é nortear as discussões pela verve da interculturalidade,

respeitando os valores indígenas, suas crenças, seus costumes, sua voz, sem jamais vitimizá-los.

Ao fim do NECAPECAM, em entrevista com uma das fundadoras a professora Sinclair Pozza Casemiro esta assevera que o grupo, atingiu seu objetivo o qual era de pesquisar sobre os caminhos de Peabiru e conhecer melhor sua história. E foi além: “nessa consciência, teve a hombridade de reconhecer sua história como patrimônio imaterial cultural indígena e como tal respeitar a sua autonomia sobre o assunto”. (CASEMIRO, 2016).

Ela nos indica a possibilidade de espiritualização que as peregrinações permitiram, entre outras, e os indígenas pensaram nisso no momento em que escreveram dizendo que índios e não índios deveriam caminhar juntos no Projeto de seu sagrado Caminho. Segundo ela o revés se deu ao mudaram de ideia, infelizmente, quando se depararam com a forma laica e nada respeitosa de sua religiosidade na última noite de uma das últimas peregrinação. Entretanto

Friamente, os resultados acabaram sendo os melhores possíveis: duas propostas - a não indígena Caminho dos Pioneiros, pelos não indígenas e a indígena Caminhos de Peabiru pelos indígenas. E continuam aí: com inscrição jurídica, inclusive, dando conta de suas obrigações com o fisco e esperando que os não indígenas levem adiante o que se comprometeram nas atas: desenvolver o Nehpiocam. Eles continuam levando a sério o Caminho de Peabiru da parte deles e do modo deles. (CASEMIRO, 2016)

A pesquisadora por fim assinala que não se pode esquecer de que a Rota da Fé foi outra forma de respeitar a religiosidade que se emanava do movimento do Necapecam: a da religião católica e ecumênica. Nasceu por isso, surgiu daí: estava incontrolável a força do catolicismo nas peregrinações e viu-se uma possibilidade de que se desenvolvesse esse outro modo de peregrinar. E que não eram exatamente o objetivo de nossas pesquisas que eram voltadas à cultura indígena.

Assim como o NEHPIOCAM: a força da laicidade nas peregrinações estava muito maior que a força da religiosidade indígena como pretendiam os indígenas. Houve e há ainda choque, controvérsias, porque o interesse que prevalece é dos indígenas que quase não têm voz na sociedade. Com a Rota da Fé não houve choque, não houve paralisia, pois havia interesse do não indígena em fazer isso acontecer.

Em resumo: na verdade foram três os interesses que se derivaram das peregrinações: não indígena religioso católico; não indígena laico; indígena cultural e religioso.

### CAPÍTULO III

#### ENTRE A INVENÇÃO E A HISTÓRIA: OS CAMINHOS DE PEABIRU E SUAS DÚVIDAS NA MODERNIDADE

O tema Caminhos de Peabiru suscita muitas discussões no sentido de sua existência ainda mais que seus vestígios materiais, suas “rugosidades” hoje foram apagados principalmente pela ação da agricultura e urbanização. Divergências são muitas, bem como a apropriação do tema e suas reinvenções, seja pelo posicionamento passional frente ao tema, pelo desconhecimento ou pelo interesse econômico e ou turístico. Assim:

O Caminho de Peabiru é um tema bastante misterioso, pois até hoje existem muitas perguntas sem respostas. Assuntos referentes ao tema são levantados através da literatura existentes sobre as Américas ou através de entrevistas direcionadas a população indígena e aos velhos colonizadores da região. Também se busca informações em sítios arqueológicos existentes (FRANCISCON, MARQUES, 2015, P. 14)

Desta feita percebe-se que o cenário de indagações, dúvidas e digressões é fruto da escassez de informações e fontes para entendimento e pesquisa acerca do assunto, pois como asseverado, materialmente os ramais de outrora utilizados pelas sociedades históricas e pré-históricas sucumbiram à ação humana recente. O mesmo também ocorreu com muitos dos artefatos líticos e cerâmicos e também com habitações e outras marcas materiais de sua presença na região.

Elenca-se *a priori* cinco motivos para que haja tais indefinições conceituais e que atrapalham os estudos acerca dos Caminhos de Peabiru:

- 1- A indefinição dos construtores dos caminhos;
- 2- Os vestígios materiais dos caminhos apagados pela expansão agrícola e urbanização;
- 3- Os escassos dados imateriais oriundos silêncio dos indígenas que pouco falam sobre os caminhos;
- 4- O preconceito acerca da temática indígena;

- 5- O laconismo conceitual produzido pela demarcação entre ramais principais e secundários. Caminho ou Caminhos?

Tais fatores intersectam com outros de menor monta que ao final produzem distorções, dúvidas e até uma banalização conceitual da existência ou não dos Caminhos de Peabiru. Tal indefinição conceitual é prejudicial uma vez que a ciência verifica-se pela existência de provas por meio de estudo científico, entretanto os motivos acima elencados obscurecem não só o resultado, mas redundância a parte, o caminho para os caminhos.

### 3.1 A indefinição da autoria dos Caminhos

Na sua forma imaterial, há muitas divergências quanto quem construiu os caminhos, se foi um povo apenas, ou fora fruto de diversos construtores, pois segundo Polliana Milan (2008):

O caminho do Peabiru, representado nos mapas como sendo aquele que começa no litoral de São Paulo e atravessa o estado do Paraná, até chegar ao Paraguai, é apenas uma demonstração hipotética. Nunca foi efetivamente comprovado que a estrada original seria esta, assim como outro ponto bastante polêmico sobre o assunto: a quem pertence a autoria do Peabiru? Aos índios tupi-guaranis, aos incas ou a um terceiro grupo? (MILAN, 2008, p. 1).

A ponderação acima serve para ilustrar as questões supramencionadas tanto de sua construção como da dúvida que paira sobre os diversos pesquisadores. As hipóteses sobrepõem aos fatos comprovadamente científicos, que geram desconfiança e instabilidade conceitual frente ao tema.

De forma usual pregam-se três hipóteses acerca de quem foi ou quem foram os construtores dos caminhos, hipóteses estas que mesclam matizes pragmáticas, históricas e místicas. Eis as hipóteses assim expressas na Revista Cadernos da Ilha (2004, p. 10)

- a. **Caminho da Terra Sem Mal construído pelos Guarani.** O Caminho ou caminhos teriam sido construídos pelos Guarani. Os indígenas vindos da região do Paraguai chegaram ao litoral sul do Brasil entre os anos de 1.000 e 3.000 anos antes do presente, na caminhada em busca de um paraíso mítico chamado “Ivi Mara’ey” ou “Terra Sem Mal” que estaria sempre a leste em algum lugar do Atlântico. Tal

hipótese firma o caráter místico do caminho em sua sacralidade atribuída pelos indígenas.

- b. Caminhos construído pelos povos conhecidos na arqueologia como Tradição Itararé (antepassados dos Jê do Sul):** O Caminho ou caminhos teriam sido construídos pelos povos pretéritos, conhecidos pela arqueologia como da Tradição Itararé.
- c. Caminhos construídos pelos Incas.** Os ramais teriam sido construídos pelos Incas com o fim de facilitar o comércio com outras tribos do Paraguai e do interior do Brasil, que ao decorrer do tempo ganhou a função de tentar expandir territorialmente o império. Logo,

Nesse caso o Peabiru, seria uma via feita pelo império de Cuzco para a prospecção de territórios interioranos do leste e também do Atlântico, visando uma meta religiosa (a busca do nascer do sol, o deus Inti). Mas também objetivando uma futura expansão imperial. (REVISTA CADERNOS DA ILHA, 2004, P. 9).

Desta feita, assevera-se a hipótese do caminho ser uma via de ida e volta, usada concomitante pelos Guarani para irem até o Império Inca e os Incas chegarem ao Oceano Atlântico, deixando suas marcas e vestígios nas áreas por onde passavam pelos caminhos.

A Revista Cadernos da Ilha (2004, p. 10) sublinha que os Incas possam ter feito três incursões pelos caminhos de Peabiru. A primeira realizada por volta de 1.400 d. C., atravessando a Bolívia e chegando ao Paraguai. A segunda em meados de 1.480 d. C., adentrando terras do Brasil onde hoje se situam os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, possivelmente perto de uma cidade da Bolívia onde os Incas provavelmente estabeleceram uma capital provincial. A terceira incursão inca ocorreu provavelmente nos dez anos iniciais de 1500 d. C., na qual espiões do império Inca foram a leste supondo provavelmente que tenham chegado as terras do estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

- d. O Caminho de São Tomé.** Segundo esta hipótese São Tomé apóstolo de Jesus Cristo seria o autor dos Caminhos de Peabiru. Um homem de pele clara, barbudo,



descalço vestindo uma espécie de camisolão sujo fora descrito pelos indígenas e portugueses no século XVI:

A passagem de São Tomé pelo novo mundo foi mencionada por índios, padres, autoridades e colonos europeus no século XVI. A versão corrente é que um homem branco, barbudo, trajando um camisolão teria chegado ao litoral brasileiro “andando sobre as águas”. (REV. CADERNOS DAS ILHA, 2004, p. 1).

Este indivíduo teria surgido a pé pelo Atlântico e chegado até o Peru, local onde os Pré-Incaicos o designaram como *Kuniraya* e os Incas de *Viracocha*. Segundo a Revista Cadernos da Ilha (2004, p. 10) ele teria se dirigido ao Paraguai sendo lá chamado de “Pay Sumé”. O apóstolo teria ido embora do Peru caminhando sobre as águas e desaparecido. Sua função ali fora ensinar os indígenas a adotarem a religião monoteísta, ensinar a plantar, colher, domesticar animais entre outros ensinamentos.

No diálogo com Milan (2008) em matéria publicada no Jornal Gazeta do Povo em 19 de setembro de 2008, o professor Igor Chymz, ressalta algumas conclusões as quais chegou após quatro décadas estudando o assunto, assim:

A primeira resposta é a de que muitos autores têm defendido, erroneamente, que o caminho foi criado pelos índios tupi-guaranis. Na verdade, a autoria deve ser dada aos índios do tronco Macro-Jê, que são conhecidos por Jê. A antropologia, ciência que estuda não apenas as evidências encontradas em sítios arqueológicos, mas o contexto deles no tempo, já conseguiu comprovar que os índios Jê começaram a aparecer no Paraná há 4 mil anos; já os tupi-guaranis apareceram dois mil anos depois. Esse fato comprova um dado interessante. Jê e guaranis eram inimigos, mas os primeiros conseguiram se espalhar por todo o interior do Paraná, por meio dos caminhos porque, ao chegar antes, não encontraram empecilhos (inimigos) para dominar as terras. Somente mais tarde tiveram de entrar em confronto com os guaranis que por aqui chegavam. (CHYMZ, 2008, p. 1).

Desta feita os caminhos seriam de autoria dos Jê dois mil anos antes dos Guarani. Para fundamentar tal hipótese Chymz assevera que os índios Jê tinham o hábito de ir e vir entre as aldeias por caminhos terrestres uma vez que os tupi-guarani eram exímios navegadores fluviais e utilizavam os rios para irem e virem. Ao que sublinha o pesquisador, os Guarani utilizaram os caminhos para chegarem a lendária “Terra Sem Mal”, uma variação de um lugar paradisíaco, espiritual, mas não foram eles o construtores. Assevera Chymz a matéria do Jornal Gazeta do Povo escrita por Milan (2008) que toda esta indefinição sobre quem construiu os caminhos acontece porque os

grupos indígenas Jê e Tupi-Guarani eram igualmente ceramistas e produtores de alimentos agrícolas.

## EVIDÊNCIAS

Os índios Macro-Jê receberam a autoria do caminho de Peabiru por causa das características descobertas na região, que são semelhantes ao modo de vida desta tribo. Veja algumas delas:

As cerâmicas encontradas próximo das aldeias eram muito semelhantes às peças produzidas pelos Macro-Jê. Os vasos eram menores e afinados.



**Figura 7:** Acima, a Arte cerâmica Macro-Jê

**Fonte:** MILAN, 2008, p. 1



**Foto 09:** Vasilha cerâmica Guarani, com acabamento de superfície pintado, em acervo no Museu Histórico de Santo Inácio –PR.

**Fonte:** MOTA, 2012

Conforme se observa na Figura 7 e na foto 9, o diferencial é que as cerâmicas dos Jê são iguais a um jarro afinado e as cerâmicas Guarani tem uma forma mais arredondada. São dados arqueológicos que comparam culturas, as quais por vezes se sobrepõem se misturam deixando um enigma para ser desvendado no futuro.

Além das cerâmicas produzidas pelos Jê foram encontradas em grupos que se comunicavam pelos caminhos habitações produzidas por eles, ou seja, “casas” incrustadas na terra em buracos circulares que chegavam a doze metros de diâmetro e três metros de profundidade para se proteger das estações mais frias. Neste ponto é que atesta Chymz que “importante notar que o caminho, na sua versão original, era valado. Tinha uma fundura de 40 centímetros e 1,4 metro de largura. Os Jê tinham o costume de cavar” (MILAN, 2008).

Por outro lado é complexo afirmar a autoria dos Jê sobre os caminhos acerca de uma ponto somente como o hábito de cavar, pois cair-se-ia num simplismo reducionista, porém as evidências levantadas devem ser consideradas para que não se cometa o equívoco do outro extremo de refutar dados por eliminação simples, o que novamente seria um reducionismo a se evitar.

### **3.2 Vestígios apagados pela agricultura e urbanização**

Vestígios dos Caminhos de Peabiru foram praticamente apagados materialmente principalmente pelo crescimento da agricultura e pela urbanização, como declara Igor Chmyz (2007), no caminho de Peabiru hoje se tem poucas evidências, pois era uma marca superficial a qual praticamente desapareceu com o primeiro trabalho agrícola. A primeira vez que o arado passou por ali acabou com a evidência.

Com o advento da alta tecnologia, que cada vez mais foi tornando-se dispostas às pessoas e também com a ação (no caso das grandes regiões agrárias) da revolução verde, da mecanização da agricultura, do cultivo de culturas temporárias em detrimento das culturas permanentes (o café, erva mate, etc.) teve-se como consequência a expulsão do homem do campo e a modificação das paisagens, cada vez mais uniformes, com grande prejuízo ao meio ambiente.

Tal evento vem de uma conjuntura nacional de expansão agrícola e migratória, na qual terras outrora “vazias” são planejadas para serem ocupadas pela agricultura, assim como aconteceu na região de Campo Mourão na qual em meados do século XX foram

criadas algumas colônias como a Colônia Mourão, Piquiri, Goio-Erê, Goio-Bang, Manuel Ribas, Muquidão e Mourão além das empresas colonizadoras. Assim

A partir do século XX, principalmente depois dos anos 20, o povoamento começa a se intensificar, transformando as regiões Norte e Sudoeste em verdadeiras zonas pioneiras. Estas se caracterizam por um fluxo regular de imigração, pela aceleração do desmatamento, por uma taxa mais forte de ocupação do solo destinado à agricultura, pela abertura de estradas e criação de vilarejos e cidades ligadas entre si. Por ocasião do Censo de 1920, a distribuição fundiária do Paraná ainda se mostrava muito irregular. As explorações de mais de 100 ha cobrem 84% da superfície das terras. Imensas concessões, gratuitas ou vendidas a preços irrisórios, se estendem de norte a sul do Paraná. (SWAIN, s/d, p. 23)

O século XX consolida uma ocupação de terras iniciada nesta região do Paraná de forma mais branda durante o século XIX. Os fluxos migratórios, a ocupação e terras, o desmatamento avança impetuosamente por todos os lados. Populações indígenas são empurradas para as “reservas” ou exterminadas pela força ou pelas doenças dos não indígenas. Desta feita

A partir de 1940, a população aumenta de forma muito rápida, atraída pelo “ouro verde”, o café. Os baixos preços das terras praticados no Paraná, comparados aos de São Paulo, assim como a alta das cotações do café sobre o mercado internacional contribuem para este movimento. Por outro lado, a colonização organizada favorece a penetração do território com a implantação de estradas e caminhos que ligam as cidades e estimulam a produção e o comércio. Desta forma, entre 1940 e 1950, a população total do Estado aumenta 71%, dos quais 3/4 pertencem ao mundo rural; entre 1950 e 1960, época do maior afluxo de migrantes, o crescimento demográfico é de 105%. (SWAIN, s/d, p. 27).

Da agricultura a expansão urbana que em seu crescimento vai se apropriado de terrenos em fundos de vale, margens de rios, áreas florestais.

As estradas são construídas por um princípio lógico, ocupando antigos picadões ou trilhas de povos pretéritos, alargando caminhos estreitos em estradas para passagem de carroças, caminhões e automóveis.

O efeito de borda é impactante, uma vez que áreas inteiras são desmatadas. Marcas indígenas são destruídas, apagadas em nome do “progresso”, calcado nas construções das cidades e dos campos arados.

O depoimento do agricultor Domingos Fernando Pereira, residente no Sítio São José às margens do Rio Claro entre os municípios de Peabiru e Araruna matiza o cenário pois

Quando meus pais chegaram ao Peabiru, era normal depois da derrubada da mata fazer a limpeza da terra. Catávamos os paus, os tocos, tudo que atrapalhasse o plantio. Muitas pedras a gente encontrava na terra, pedras em forma de machadinhas, outras bem lisas, tipo de panelas na pedra, pontas de flechas que chamávamos de “pedra de raio”. Tudo era de índio. Meu pai mandava a gente recolher e jogar tudo dentro do poço e isso era feito pelos vizinhos também. Depois o poço era tampado com o tempo. Até hoje vira e mexe encontramos pedras iguais, mas não como antigamente. (FRANCISCO, 2015).

O depoimento demonstra que o avanço da agricultura deveras teve um impacto avassalador na arqueologia e nos achados arqueológicos que poderiam estar presentes até os dias de hoje. Sobram aos pesquisadores as áreas de mata ripária ou ciliar, as margens dos rios, na qual a ação do homem por força legal não fez sucumbir de todo a sua natureza primeira, embora os impactos sejam percebidos.

Contemporaneamente há o desconhecimento dos agricultores que temem pelo fato de que se em suas terras forem encontrados resquícios dos caminhos, bem como materiais líticos que comprovam a passagem e residência de povos pretéritos por ali, perderão suas terras.

Nesse ensejo, muitos destes agricultores optam por destruírem marcos arqueológicos ou omitirem outras formas da presença indígena ou outros povos pretéritos em “suas terras.”

No campo da imaterialidade há de se ressaltar o fenômeno de fluxo indígenas aos centros urbanos, que segundo o IBGE (2010) são cerca de 315 mil indígenas vivendo na cidade. Tais populações mudam de nome, apagam seus vestígios, sua cultura, sua história, seu rosto pois até seu nome tornou-se politicamente incorreto.

Nesta negociação o indígena urbano apaga sua cultura e por vezes se perde entre sua cultura e a cultura urbano capitalista materializando-se num apagamento ainda mais profundo da sua história. (NASCIMENTO E VIEIRA, 2015).

Desta feita, sem tais bases imateriais e materiais determinar o traçado dos caminhos, de Peabiru torna-se atividade mais complexa ainda, esboçando especulações, formulando rotas simbólicas uma vez que o esforço científico pauta-se em depoimentos de pessoas mais antigas, esparsos achados arqueológicos e menos no depoimento dos

indígenas, que secularmente guardam em sim um laconismo e um silêncio acerca dos caminhos de Peabiru.

### **3.3 O laconismo e o silêncio indígena acerca dos Caminhos de Peabiru**

Escreve Saguier (1992, p. 12) que “existe desde antes e persiste até hoje uma resistência profunda por parte do indígena guarani em revelar a estranhos o conteúdo de suas crenças religiosas”.

Assim deve-se observar de forma geral a questão da história perpassada de geração a geração, a qual na cultura indígena conduz-se pela passagem oral de muitas experiências. Assim como a cultura africana no Brasil, a tradição indígena não se organiza como documento da forma como os não indígenas registraram, ou seja, por escritos em língua abrangente a toda população.

Adicione a tradição oral a questão do silenciamento da cultura indígena frente à curiosidade e pesquisa do homem branco.

Tem se aí elementos que preservam a história dos Caminhos de Peabiru, mas ao mesmo tempo diminuem o poder de pesquisa, de fontes, de consulta principalmente em pesquisas voltadas ao tema. Por conseguinte abrem-se margens para digressões, invenções, reinvenções, apropriações e dúvidas.

No diálogo com Bond (2002) esta relata no volume 1 da Revista Cadernos da Ilha todo laconismo e precaução do indígena frente as suas informações, a sua história pois como diz

Convivo com suas aldeias desde 1998. Confesso, porém que no início quase desisti. O laconismo guarani muito conhecido entre os estudiosos dava-me a sensação de que minhas visitas não eram bem-vindas. E mais desanimador: quando lhes fazia perguntas sobre o Peabiru, davam-me respostas vagas e logo silenciavam. É que certos assuntos, tidos como sagrados, não são contados aos juruás (os não índios). [...] Isso durou anos. Cheguei a imaginar que a tribo tinha esquecido de tudo, após tantos séculos de contato com a sociedade dos juruás. Como que adivinhando, alguns me disseram, então que não pensasse que eles não conheciam as respostas. Conheciam. Porém, explicaram, o Peabiru, a Terra Sem Mal e até Aleixo Garcia eram coisas sobre as quais não gostavam de conversar. (BOND, 2002, p. 10)

O tempo de espera é resultante do ganho de confiança dos indígenas as intenções do não indígena. Tal tempo se consolida vagarosamente, pausadamente, como se observa na sequência do relato:

Sete anos haviam se passado desde que pisara a aldeia do Morro dos Cavalos pela primeira vez. Num dia de abril, eu e meu pai nos dirigimos até lá, para uma daquelas visitas corriqueiras. Fomos recebidos pelo cacique Werá Tupã (Leonardo), nosso amigo. Ao cumprimenta-lo notei que ele estava extraordinariamente feliz com nossa visita, Sempre tão discreto e silencioso, me disse animado: “Você ainda quer saber sobre aquelas perguntas?” “Quero sim respondi”. (BOND, 2002, p. 10)

Conforme relata a pesquisadora a confiança havia sido ganha, entretanto isso não significaria que todos os segredos ou minúcias seriam contados.

A prudência e o laconismo ainda permeariam a relação entre indígena e não indígena, corporificada na expressão de alerta final a qual diz que “bote sempre bem certinho nossa história no Kuatiá. Kuatiá no caso significa papel.

E “sempre bem certinho” significa: nos respeite e tente não cometer erros que outros brancos já cometeram.” (BOND, 2002, p. 10).

Por conseguinte observa-se que o silenciamento e o laconismo do indígena ao falar de sua cultura e sua história vem de um histórico de apagamento cultural calcado em violências simbólicas que até hoje persistem.

Vem da violência física pelo extermínio deste atrelado ao domínio de suas terras, cujo homem branco diante de todas suas informações tendia a dominá-los pelas suas fraquezas. Por outro lado neste contato há de se fazer o diálogo com Souza (2015) o qual assevera que

As lutas travadas contra os não indígenas inevitavelmente proporcionaram aos indígenas o contato com uma cultura diferenciada, que por mais problemas que causassem também acabavam por fornecer subsídios para suas lutas de resistência. (SOUZA, 2015)

Assim, o silenciamento pregado e feito servia e serve ainda hoje como defesa as intenções do não indígena, pois no contato cultural entre tais fronteiras quem tiver maior informação sobre o outro, levará a vantagem.

A resistência indígena parte deste pressuposto e isso leva ao seu silêncio que extensivamente oculta detalhes acerca dos Caminhos de Peabiru, tornando o tema permeado de dúvidas, mistérios e digressões conceituais.

### **3.4 O preconceito ao indígena: a demanda invisível**

Recentemente a Prefeitura Municipal de Paranavaí, estado do Paraná, enfrentou cobranças da comunidade frente a presença dos indígenas Kaingang da Terra Indígena Ivaí de Manoel Ribas-PR nas ruas da cidade. Diversas denúncias foram feitas a Secretaria Municipal de Assistência Social. População denunciara o uso de crianças nos sinaleiros para venda de produtos indígenas. Havia um impasse uma vez que o artigo 231 da Constituição Federal Brasileira (1988) protege a diversidade cultural e permite a organização social, línguas, costumes, tradições e crenças aos índios, mas por outro lado o estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, não tem nenhum capítulo que aborde sobre a criança e adolescente indígena especificamente, não enquadrando o trabalho destas crianças como exploração do trabalho infantil. No Brasil, poucas são as leis públicas que versam sobre o indígena de forma sólida.

Entretanto, tal hiato legal, tal lapso das leis, configura-se num silenciamento quase proposital do estado frente ao tema o indígena, ainda mais quando este transita na zona urbana e emerge aos olhos da sociedade como uma “demanda invisível”. Desta feita,

Assim o fato do governo federal não elaborar leis que amparam as populações indígenas em contexto urbano pode ser entendido como estratégia para manter esses povos invisíveis, e de alguma forma silenciados. Com essa prática de controle, o governo procura manter nas cidades bons cidadãos, ou seja, “identidades homogêneas que tornem viável o projeto moderno da governabilidade. Ainda, contribui para a colonialidade de silenciar o outro, o que reforça o pensamento moderno, que legitima apenas um conhecimento, escuta apenas um lado e reforça o imaginário de que se trataria de uma população habitante da floresta, preguiçosa e incapaz de viver nas cidades. (NASCIMENTO e VIEIRA, 2015, p. 121)

Percebe-se que nesta demanda invisível, os indígenas constituem uma leva humana de gente que deve viver no mato, longe dos olhos da cidade, longe da civilização, pois incomoda, agride. Fortalece-se um discurso imaginário que lugar do índio é na



floresta, um selvagem, materializando-se como se fosse uma medida disciplinar, tornando-o um *outsider* frente aos estabelecidos urbanos.

Tal posição a margem do indígena na história e na sociedade faz diálogo a obra Elias (2000) no sentido que atesta o conceito de “sociodinâmica da estigmatização”, a ideia de vinculação de valores a certos grupos. Frente a uma sociedade de mercado capitalista os indígenas surgem como “outsiders”, na qual as relações de poder de que confere a “antiguidade” o poder de exclusão e seleção de um diante de outros, não ocorre aos indígenas. Eles são os povos mais antigos, mas esta antiguidade foi apagada frente a uma história que conta a própria história a partir da colonização não indígena. Observa-se uma “antiguidade inversa não preponderante”, ou seja, os indígenas como habitantes primeiros da região, foram dizimados, recolhidos a reservas, bem como sua cultura material e imaterial a qual fora quase que apagada, quando na verdade eles que teriam que ditar as regras. Mas ocorreu o inverso como se vê. Embora não iguais, foram estigmatizados como “selvagens”, irracionais, selvícolas, de cultura inferior, e o tema caminhos de Peabiru, caminhou junto.

Nesta linha de Elias (2000) para quebrar esta inversão, os recém-chegados recebem uma projeção hologramática e delas parecem sujeitas, não buscando sua emancipação, mesmo que esta custe muito esforço. Os estabelecidos (não-indígenas) produzem a ideia que os envolve, os normatizam, os condicionam, uma ideia de liberdade social, de status, mas que cobra o preço de estarem sujeitos celibatariamente a estas mesmas normas (exclusão das culturas diferentes). Evoca-se neste sentido a ideia Gramsciana da “hegemonia cultural”<sup>17</sup> de que as classes dominantes exercem poder não apenas diretamente pela força e ameaça da força, mas porque suas ideias passam a ser aceitas pelas “classes subalternas” (ou seja, o aceite dos *outsiders*). Assim os *outsiders* são produtos da ideia vigente, de sentido de inferioridade, que no caso não seriam os indígenas pelo seu grau de antiguidade na terra.

Também, dentro do preconceito e uso histórico das informações o indígena sente-se seguro dentro de seu nicho ao silenciar-se frente ao não indígena pois, como Bauman (2001, p. 39) assevera, a etnicidade, é a primeira escolha quando se trata de fugir do assustador, espaço polifônico onde "ninguém sabe falar com ninguém" para o "nicho

---

<sup>17</sup> Hegemonia cultural é um conceito elaborado por Antônio Gramsci nascido em Ales, 22 de janeiro de 1891, falecido em Roma, 27 de abril de 1937, filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano que descreve o tipo de força e dominação ideológica de uma classe social sobre outra.

seguro" onde "todos são parecidos com todos" e onde, assim, há pouco sobre o que falar e a fala é fácil. Inversamente este é ação homogeneizadora da sociedade não indígena e do governo político assim estabelecido, pois governar entre iguais facilita o trabalho de governabilidade.

Percebe-se então eu através dos tempos o preconceito ao tratar de qualquer assunto indígena seja ele no campo da discussão acadêmica, social ou cotidiana obscurecer, atrapalha o aprofundar no assunto. Abordar sobre tema indígena Caminhos de Peabiru e índios é estar apto a sofrer certos tipos de preconceitos e até de menosprezo científico, o que deveras é um equívoco brutal e severo.

Diante da força das representações impostas, das instituições que agem sobre estas mesmas representações e logo emerge então o pensamento de cunho epistemológico tal como Priore (2002, p. 12) inquire: “como assegurar que a história não é uma cadeia de opiniões subjetivas que cada um poderia ou não aceitar, mas expressão de uma verdade objetiva que se impõe a todos?”. A história imprime sobre o indígena o apagamento de sua história, de sua cultura, uma opinião subjetiva unilateral, uma mensagem pronta e não dialogada.

Por conseguinte no diálogo com Chartier (2009) os indivíduos como receptores das mensagens e imposições as recebem em um sentido “pronto” pois geralmente o individuo tende a se posicionar frente a escrita da história, pois o que pensamos e escrevemos já nos é anterior. Mas e o não dito? Uma vez que ao sabor de Pollak (1992) fatos históricos são enquadrados, escolhidos para se perpetuarem, como ficam os fatos esquecidos? Assim, o historiador corre grande risco de exclusão como historiador, a escrever sobre fatos propositalmente “esquecidos” tal como sobre a história e a questão indígena a qual imerge-se em uma “amnésia social” proposital. Neste tema, as instituições dificilmente aceitam o falar sobre, o fazer sobre e tendo os caminhos de Peabiru como parte desta temática, sua exclusão é tácita dentro deste panorama.

### **3.5 A dicotomia entre Caminho Principal e Caminhos Secundários**

Aos Caminhos de Peabiru tem-se a premissa na observação da assertiva:

O Peabiru era um conjunto de trilhas, possuindo vias principais e secundárias. O seu trajeto original é difícil de ser descrito, pois há vários estudiosos sobre o assunto e muitas vezes as informações divergem entre

si, bem como a existência de lacunas de informações. (FRANCISCON, MARQUES, 2015, p. 15).

E diante da segunda assertiva:

Além de possuir um tronco principal, o Caminho de Peabiru possuía vários ramais que ligavam as diversas regiões, mas também se caracterizava como praça de manifestações artísticas das nações indígenas manifestadas em lendas, rituais e cerimônias representadas em pinturas rupestres. Um dos ramais do Caminho de Peabiru passava pelo rio Paranapanema, na divisa entre os estados de São Paulo e Paraná. (MORA FILHO E PEREIRA E, 2005, p. 3)

Coadunando-se a terceira:

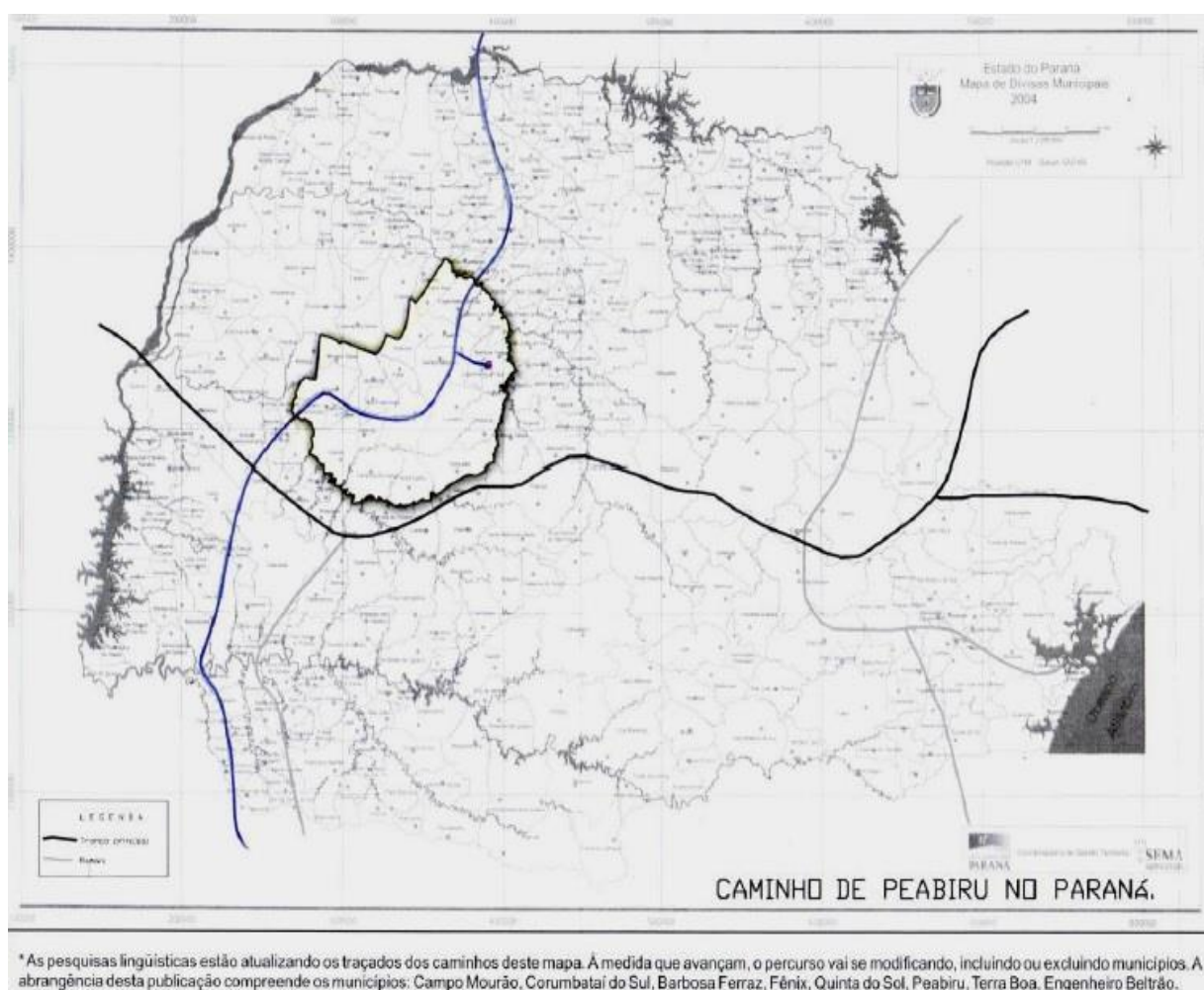
Existia um caminho secundário apontado por Maack, provavelmente ao longo do qual nossas pesquisas se desenrolaram, era o que saía do Peabiru, atravessava o rio Piquiri, talvez entre as bocas do rio Cantú e Carajá, atingia as cabeceiras do rio Campo Mourão, acompanhando-o até sua foz no rio Ivaí. Daí seguia em direção Nordeste até atingir as cabeceiras do rio Pirapó. Acompanhava seu curso até a foz no rio Paranapanema. Deste ponto, o caminho seguia um traçado nordeste, atravessando os rios do Peixe e Aguapeí e atingindo a margem esquerda do rio Tietê. Neste ponto, ligava com outro caminho secundário que já vinha acompanhando o rio Tietê desde a sua foz no rio Paraná (CHYMZ, 1971, p. 29).

Nas três falas encontra-se um ponto de condensação: a dicotomia ao se referir a “caminho principal” e “caminho secundário”. Convencionou-se na literatura pertinente denominar um caminho como mais importante e outro de relevância menor. Entretanto quais critérios foram usados para tais determinações? É neste sentido que se dialoga com Chartier (2009) no sentido que deve-se “analisar a realidade através de suas representações e considerar as representações como uma realidade de múltiplos sentidos” (p. 11). Desta feita, a realidade disseminada, representada é uma única performance da história, ou seja a determinação de que havia um ramal principal e outros secundários, quando na verdade há a implicação de múltiplos sentidos e múltiplos olhares de acordo quem escreveu a história dos caminhos, bem como em seu uso prático de quem utilizou os caminhos.

Dentro da análise das representações, uma hipótese sobre a determinação de um ramal como sendo o principal seria a questão de ligação entre Oceanos, Pacífico e Atlântico, mas tal rótulo valeria para uma fase inicial no percurso da rota, ou seja, na fase pré-colombiana, haja vista que muito mais depois do “descobrimento do Brasil” as rotas foram utilizadas muito além dos sentido mar a mar, de leste a oeste, seja pela incursão dos

aventureiros europeus, seja pela ação dos jesuítas, pelos bandeirantes e numa fase mais recente pelos “colonizadores” no dito e equivocado “vazio demográfico” das terras paranaenses.

A figura abaixo demonstra esta dicotomia, vinda de um documento oficial que cria um *imprinting* de legalidade a esta divisão. Tal hierarquia em ramal primário e secundário torna-se arbitrária pois um caminho torna-se principal em relação ao destino que se objetiva. Tal determinação em ramal principal pode estar atrelado a questão dos Guarani buscarem o portal da Terra Sem Mal, o Ivi Mara’ey, justamente no Oceano Atlântico. Mas ora, esta é uma definição indígena perpetuada como uma determinação não indígena nos documentos oficiais e na historiografia.



**Figura 8:** Figura destacando a passagem do caminho na região centro ocidental do Paraná (região de Campo Mourão). Em preto o traçado de leste a oeste. **Em azul, o “dito” ramal secundário de sul a norte.**

Fonte: CASEMIRO, 2006

A contradição está que os europeus, jesuítas e bandeirantes não utilizavam o caminho em busca da Terra Sem Mal, mas eram movidos por interesses territoriais, com pretensos interesses “espirituais” e com interesses escravistas, que na soma dos três resume-se a um interesse em comum, embora mascarado por premissas colonizadoras, imperiais e econômicas.

O sentido de caminho principal podia ser atribuído aos povos nativos como aos Guarani num sentido místico, porém para os “estrangeiros” tal sentido se extingue.

Assim primeiramente todos os caminhos para os Guarani eram sagrados e assim sendo não havia distinção hierárquica. Já para os espanhóis, portugueses, jesuítas, bandeirantes todos os caminhos tinham importância, desde que cumprisse o fim desejado por antemão.

Por conseguinte esta dicotomia por sinal deixa mais obscuro o entendimento dos caminhos em amplo espectro, bem como inferioriza o estudo dos “ramais”, pois perpetua a ideia, o conceito de que um determinada área de estudo histórico é mais importante que outra, o que deveras é um equívoco e deveras atrapalha o estudo dos caminhos de Peabiru como um todo.

### **3.6 A Invenção do Tema**

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM, 1984, p. 10)

Os Caminhos de Peabiru como mencionado no capítulo segundo desta escrita, passou por uma espécie de reavivamento nos anos 2000. Entre fatos históricos, achados arqueológicos, levantamentos pela história oral o tema ganhou forma. Mas mesmo assim para preencher lacunas escondidas ou apagadas pela indefinição de quem o construiu, pela ação agrícola e urbana, pela laconismo e silêncio do indígena, pelo preconceito da sociedade que por vezes marginaliza qualquer tema indígena, pela ação dicotômica entre ramal principal e ramais secundários, por vezes o assunto passou por “re-invenções”, sejam por encaixes metodológicos, sejam por interesses turísticos e econômicos, seja por uma

ação passional. E isto não foi salutar para a consolidação científica do tema pois quando tradições são reconfiguradas, ou inventadas, tornam-se um óbice para as pesquisas com base científica mais sólidas.

Neste âmbito, Hobsbawm (1984) escreve sobre a invenção das tradições na qual parelha-se ao tema dos Caminhos de Peabiru no seu trato na contemporaneidade. Assevera-se que

O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo - às vezes coisa de poucos anos apenas - e se estabeleceram com enorme rapidez. (HOBSBAWM, 1984, p. 9)

Ou seja, o tema Caminhos de Peabiru se desloca entre dois extremos. Um pela realidade óbvia de locomoção indígena, caminhos, passagens, trilhas. Outro extremo pelos elementos indefinidos que são calcados sobre os caminhos, sobre os rituais que o cercam. Assim, ao mesmo tempo em que há um sentido definido, tal como sendo caminhos usados pelas sociedades históricas e pré-históricas, há o sentido indefinido de sua realidade histórica material e imaterial pela escassez de informações que chegaram ao tempo presente.

Observa-se uma tradição real e verdadeira sobreposta sobre uma tradição inventada, cujo entremeio ainda é difícil de separar, o real da invenção, da tradição inventada. Assim quanto algumas tradições,

Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a “invenção da tradição” um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea (HOBSBAWM, 1984, p. 10)

A repetição vem pela historiografia repassada pelos tempos acerca dos estudos dos Caminhos de Peabiru, o qual devido aos apagamentos, pela escassez de fontes entre outros fatores mencionados cristalizam-se como “verdades históricas”, por vezes assumindo um caráter quase que dogmático, o que é contraproducente a ciência e ao

caminhar da ciência a qual por falta de choques e crises conceituais estagnam-se na revolução necessária da própria ciência como estabelece Thomas Kuhn.<sup>18</sup>

Ressalta-se também o caráter líquido dos tempos em choque com a busca do entendimento e da estabilidade social, das igualdades, da permanência em detrimento da transformação. E esta estabilidade é encontrada na tradição seja ela real ou inventada.

Todavia, há de se observar que esta estabilidade histórica e social é difícil de manter, mesmo calcada em uma tradição solidificada, pois os movimentos humanos teóricos e físicos permanecem, mas não significando que tal “permanecimento” seja em dado momento o mesmo de sempre, pois dentro do espaço

Aquilo que é criado pela vida não pode ser morto ou imóvel. As maneiras de produzir mudam; as relações entre o homem e a natureza mudam; a distribuição dos objetos criados pelo homem para poder produzir e assim reproduzir a sua própria vida podem igualmente mudar. Basta que uma nova planta seja domesticada e incorporada à produção para que se imponha um novo comando sobre o tempo; e isso impõe ao mesmo tempo localizações novas, isto é, uma nova organização do espaço. (SANTOS, 1978, p. 23)

Assim a tradição que preza pela estabilidade de um conceito há ser afetada pelas mudanças dos tempos e da história, muito além dos interesses calculados. As conjunturas temporais influem para que o “velho” seja “mesclado ao “novo” mesmo mantendo quase toda essência do antigo. Desta feita alguns conceitos sobre os Caminhos de Peabiru devem ser abalados, sabatinados muito além das dúvidas que o assunto se permeia.

No diálogo com Douglas (1998) ressalta-se também que as instituições “lembram-se e esquecem”, devido a mobilidade dos tempos, o que faz ela atualizar suas analogias. Assim, para estabelecer seu equilíbrio para que o sistema cognitivo possa operar, se faz necessário esquecer certas coisas, pois não há como prestar atenção em tudo (p. 90). Porém, as instituições ocultam estas mudanças em nossas mentes (p.123) pois quase sempre nem percebemos o que é esquecido, mas só o que é lembrado.

Como exemplo pode-se observar nas peregrinações realizadas por rotas simbólicas dos Caminhos de Peabiru pelo NECAPECAM na região de Campo Mourão. Alguns indígenas Guarani inquiriram os organizadores do evento o motivo pelo qual

---

<sup>18</sup> KUHN, Thomas. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991. Conforme escreve Kuhn, filósofo estadunidense, a ciência desenvolve-se seguindo as seguintes fases: Primeiro é estabelecido um paradigma; depois a Ciência Normal; a Crise; a Ciência Extraordinária; a Revolução científica e por fim o Estabelecimento de um novo paradigma.

muitos andavam apoiados em cajados, geralmente de bambu. Disseram que os indígenas não utilizavam tal artefato. Porém, com o intuito de arrebanhar mais caminantes e muitos deles com certas limitações, além do poder de imagem do cajado esta tradição foi ali inventada.

Também a própria rota sendo simbólica por não se ter certeza da passagem real dos caminhos tacitamente se torna uma invenção moderna, muito embora que alguns indícios possam indicar por tais caminhos a passagem outrora de sociedades pretéritas. Mas observa-se que em certos pontos um indício é utilizado, reinventado para estabelecer uma ampla rota dos Caminhos de Peabiru. E a História é utilizada como fundamento forçado para tal estabelecimento pois como sublinha Hobsbawm (1984, p. 17) “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal.”

Dentro do que assinala Chartier (2009) a ficção é um “discurso que informa do real, mas não pretende representá-lo, nem se abonar-se nele. Enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é.” (p. 24).

Assim na história e ficção, apropria-se a ideia de que há uma fronteira muito tênue entre elas. Isso na escrita em si, pois na validação do fato, as fontes legitimam a pesquisa histórica como fundamento da história. Interessante que filmes, novelas, cada vez mais recorrem a historiadores para o fim de recomposição do tempo em que a obra esta inserida. Mas na ficção uma verdade pode ser desmascarada sem prejuízo para os seus produtores.

Atenta-se para necessidade do historiador observar sempre o caminhar diacrônico e sincrônico da história que ele escreve, estuda ou pesquisa, como um “GPS” que o situe onde ele esta e ao mesmo tempo o avise das intempéries próximas. É um exercício necessário, e constante, que o faz mensurar o valor das representações na sociedade.

No diálogo com Douglas (1998) observa-se que as instituições não tem pensamento próprio. Mas então, como procede este processo de sub-condicionamento de pensamento? *A fortiori* os indivíduos submetem seus interesses particulares em nome do grupo e o grupo exerce influência sobre o pensamento de seus membros e até desenvolvem estilos de pensamento distintos. É neste desdobrar que as funções sociais despertam emoções que apoiam a solidariedade. Assim grande erro de tudo está em negar as origens sociais do pensamento individual. È necessário ir as raízes sociais deste pensamento para entender este mesmo processo. Douglas (1998) também assevera que recebemos emblemas da sociedade que vivemos, caracterizando-a como uma ideia funcionalista, onde a ordem



social vem pela união de interesse dos indivíduos racionais. Não seria aí um ponto de solidariedade concreta mesmo que oriundo de símbolos criados para este fim. A resposta de indignação de um grupo social a uma decisão não condizente as normas do grupo, pode ser um sinal deste cenário.

Desta feita, a tradição inventada, a história cristalizada vem de emblemas anteriormente pensados, ou reconfigurados frente a um pensamento moderno, coletivizado, como por exemplo os interesses turísticos e comerciais acerca dos Caminhos de Peabiru, no objetivo de calcar uma tradição para que esta seja cristalizada. E para tal uma instituição deve dar o aval, instituição essa reconhecida socialmente no imaginário coletivo como idônea e sólida, como uma Universidade ou órgão estatal.

E de forma profilática há de se repensar a assertiva de Chartier (2009) o qual escreve em um tempo em que a relação com o passado vivido “está ameaçada pela forte tentação de criar histórias imaginadas ou imaginárias, é fundamental e urgente a reflexão sobre as condições que permitam sustentar um discurso histórico como representação e explicação adequadas da realidade que foi.” (p. 31).

### 3.7 Caminhos de Peabiru na Pós-Modernidade: legados materiais e imateriais

Índio sabia, índio viu. Viagem longa, muito longa.  
Índio faz tempo não faz essa viagem. Agora, vai ver parentes lá. Filhos, netos, irmãos de tribo. Tempo de antes não tinha picadão. Viagens homens brancos faziam montaria. Cargueiros iam carregados, voltavam carregados. Viagens de mês pra ir e voltar, se rios dessem passagem. (MARQUES, 2014, p. 23)<sup>19</sup>

Percebe-se uma “amnésia” social, histórica e cultural acerca dos Caminhos de Peabiru, a qual por muitas vezes enquadra os caminhos percorridos pelos indígenas dentro de um arcabouço fictício, pois poucos são os vestígios por onde passavam as rotas e poucos são os estudos sobre a arqueologia indígena na circunvizinhança destes caminhos. Diametralmente oposta a esta amnésia observa-se destarte que há uma riqueza arqueológica a disposição de estudos aprofundados.

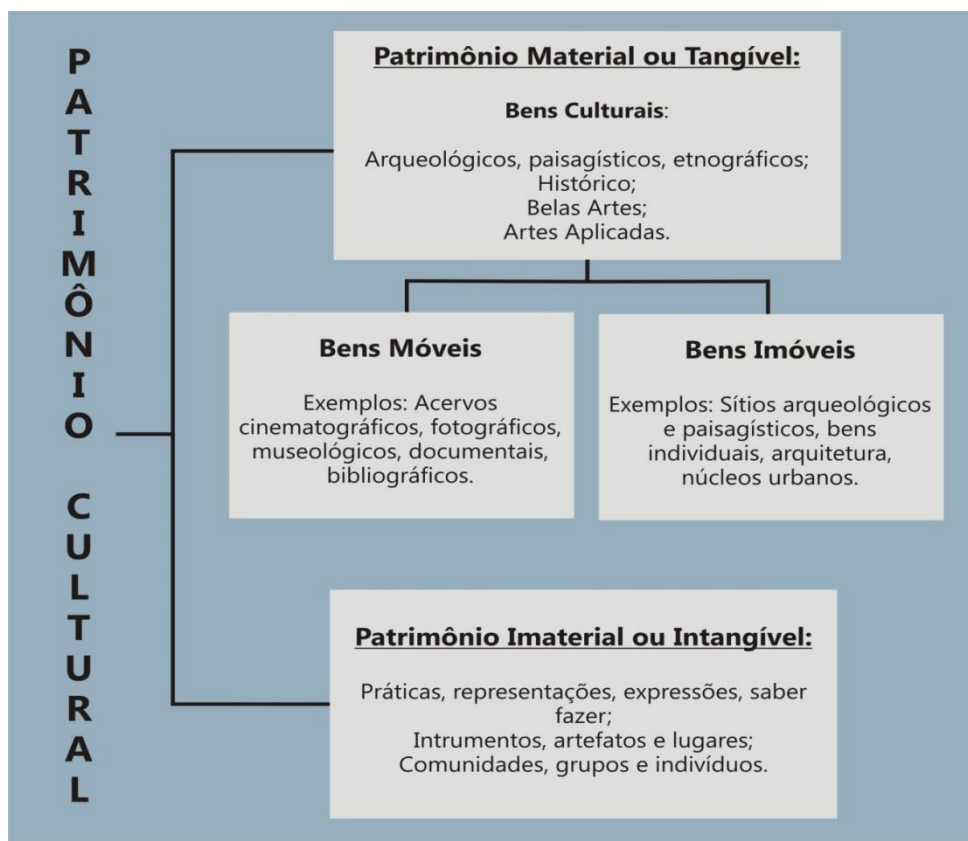
Fontes importantes de estudo sobre os Caminhos de Peabiru se materializam nos

---

<sup>19</sup> Obra ficcional de MARQUES, Aracyldo. **Os desbravadores**. Org, Sinclair Pozza Casemiro. Cascavel: ASSOESTE, 2014, 257 p.

indícios e resquícios do patrimônio material e imaterial das sociedades históricas. São fontes arqueológicas, linguísticas, topônimas, entre outras que revelam permanências com nomes de rios (Ivaí, Paraná, Piquiri) lugares (Corumbataí, Curitiba, Iretama, Ivaiporã), plantas (barbatimão, capim, cipó), animais (Jacaré, Cutia, Jabuti) nas quais observam-se os legados e as transformações, como os vestígios de sociedade pretéritas nos Caminhos de Peabiru apagados pela mecanização agrícola.

Segundo Pelegrini e Funari (2008) estes bens culturais, principalmente os imateriais, guardam em si identidades enraizadas na cultura local os quais vão passando para gerações posteriores, os quais sem registros literários e audiovisuais podem desaparecer com a mundialização da cultura. Legalmente falando, de acordo a Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, “o patrimônio cultural brasileiro é composto de bens de natureza material e imaterial, incluídos aí os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988). Essa classificação pode ser mais bem exemplificada pelo gráfico a seguir:



**Figura 9** : Classificação Atual do Patrimônio Cultural

Fonte: MOTA, 2012.

Desta feita o patrimônio material é composto pelo conjunto de bens culturais ordenados de acordo sua natureza, seja paisagístico, arqueológico, e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas, divididos em bens imóveis tais como “núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.”

Já os bens culturais de natureza imaterial são as práticas, as representações e domínios da vida social manifestados em ofícios, saberes, e modos de fazer, tais como “celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.” (BRASIL, 2015).

Uma nova variável de fonte é o patrimônio natural, o qual quando se

[...] articula à noção de paisagem, uma vez que ela incorpora as relações do homem com o meio, e ainda sugere que os “modos” ou “gêneros” do viver humano produzem “paisagens culturais”. As singularidades relacionais entre as culturas e o meio ambiente definem, conforme os fundamentos da geografia cultural, os traços da própria paisagem e a distinguem de outros espaços, determinando o seu *genius loci*, ou seja, a “alma do lugar”. Nesse âmbito, torna-se possível apreender por que Augustin Berque afirma que a “paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização” e, ao mesmo tempo, “participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação — ou seja, da cultura — que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza”. (PELEGRINI, FUNARI, 2008 p. 52).

Estas marcas deixadas na paisagem constituem-se fontes, vestígios, resquícios. Assim, entre fontes orais e fontes materiais e imateriais, naturais ou não, busca-se os pontos de condensação de um tema, ou seja, pontos altissonantes, de intersecção (BURKE, 2004) entre rios, caminhos, sociedades históricas nos quais observam-se a relevância da paisagem como cenário que ofertam as fontes para estudo.

Por outro lado, mesmo que os indícios matérias dos Caminhos de Peabiru estejam apagados, observa-se um produto resultantes dos choques entre fronteiras, que recriam novas fronteiras, novas formas de viver as identidades, resignificadas, apropriadas e mesmo traduzidas, a essência da cultura primeira calcada na natureza do indivíduo sempre permanece. É indelével, indestrutível. Sempre emerge, superficializa-se. (BHABHA, 1998; CHARTIER, 2002).

Na verve da História Cultural, Peter Burke relata que os historiadores alcançam pontos que os outros historiadores não alcançam, pois buscam valores defendidos por grupos particulares em locais e tempos específicos. Mas às vezes chegam a lugares que não existem, lugares cíclicos que de fato remetem sempre ao mesmo porto de partida, a natureza humana

Kobena Mercer, assevera que "a identidade somente se torna urna questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza" (MERCER, 1990, p. 43). O homem é uma constante incerteza.

Desta feitas, nesta pós-modernidade<sup>20</sup> as relações virtuais podem ser enquadradas como não lugares e espaços vazios? A aldeia indígena é um espaço vazio? O indígena não pertence a este mundo, por isso foi colocado em um lugar inexistente? O indígena de hoje é um homem pós moderno pela dissipações das relações com o capitalismo? Ou é um ser tradicional?

O homem pós moderno é o homem sem lugar: o não lugar como sublinha Thompson (1998). Neste âmbito, segundo Chymz (2007), no caminho de Peabiru hoje há poucas evidências, e s que ficaram desapareceram com o primeiro trabalho agrícola. Constata-se assim que na pós-modernidade os Caminhos de Peabiru na materialidade praticamente foram encobertos pelo desenvolvimento da agricultura e imaterialmente no campo das ideias fora relegado a um ostracismo, ao *non sense*, imiscuído de realismo fantástico intrínseco. Logo, há poucas evidências reais de existência dos caminhos de Peabiru. Na Revista Cadernos da Ilha, 2004, o próprio Chymz declara que:

Meu primeiro contato com vestígios do sistema Caminho de Peabiru aconteceu de forma imprevista. Em 1970 estávamos desenvolvendo uma pesquisa no oeste do Paraná, no município de Campina da Lagoa. Um morador de lá Pedro Altoé, entrou em contato com o CEPA (Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da UFPR) e informou sobre a existência de sítios arqueológicos. Falava de buracos de bugre, coisas assim. Então nos dirigimos para aquela região, fizemos uma vistoria e verificamos que de fato havia muitos sítios arqueológicos. Havia habitações subterrâneas, aterros funerários e depressões no solo como se fossem caminhos. Verificamos que havia uma relação direta dos sítios com trechos do caminho [...] nós o acompanhamos por quase 30 Km [...]

---

<sup>20</sup> Quanto ao tema "pós modernidade" há de se citar Stuart Hall (Kingston, 3 de fevereiro de 1932 — Londres, 10 de fevereiro de 2014) foi um teórico cultural e sociólogo jamaicano que viveu e atuou no Reino Unido a partir de 1951. Ele vê nas relações humanas uma crise na pós- modernidade. Para tal acepção, Hall averigua as transformações estruturais as quais pulverizam e dissipam as identidades culturais (sejam elas de etnia, classe, raça, gênero e nacionalidade).

Curiosamente o caminho não subia elevações. Ele as contornava. Sempre pelos flancos, era um caminho lógico que aproveitava os terrenos menos inclinados. (CHYMZ, 2004, p. 8, ).<sup>21</sup>

Desta feita chega-se aqui a uma contradição. Se o Peabiru era um caminho Guarani, como geralmente alguns os autores afirmam, ele não poderia cruzar os territórios dos Kaingang nos interflúvios dos rios Ivaí e Piquiri (Campina da Lagoa) onde estavam as casas subterrâneas, que é um tipo de construção dos Jê do Sul (Kaingang e Xokleng). Esse caminho descrito por Chymz podem ser trilhas que ligavam os complexos de casas, e não o caminho dos Guarani. Por outro lado, chega-se a sobreposição e ocupação, uma vez que os Guarani empurraram os Kaingang para direção leste do Paraná.

Os Caminhos de Peabiru segundo Chymz mostra-se um assunto onde várias pesquisas ainda estão sendo desenvolvidas, pois restaram poucas evidências destes. Neste ponto se observa a visão arqueológica do pesquisador em estado de latência pois segundo o autor:

É um tema que muitos arqueólogos não gostam de enfrentar, devido à facilidade com que ele descamba para o fantástico, o imaginário. O arqueólogo é como São Tomé, tem de pôr o dedo na chaga, para alicerçar seu raciocínio, sua interpretação. Infelizmente, no caminho de Peabiru hoje nós temos poucas evidências, pois era uma marca muito superficial e que desapareceu com o primeiro trabalho agrícola [...] nós temos muitas informações de engenheiros que, durante trabalhos de medição de terra, encontraram trechos do caminho, vários pontos que vão se somando. (CHMYZ, 2007, p.12).

Além do esoterismo místico dos caminhos no campo do imaterial há as evidências materiais elencadas pelos arqueólogos, presumindo que neste cenário de campos e floresta

---

<sup>21</sup> A casa subterrânea é uma construção cultural de terras altas, frias, de chuvas abundantes, distribuídas regularmente pelo ano. As condições que sinalizam seu início estão ligadas à expansão e adensamento da mata com Araucária, que as casas subterrâneas acompanham no tempo e no espaço. As duas se tornam visíveis ao redor de meados do primeiro milênio de nossa era e, a partir de então, caminham juntas em sua expansão sobre os campos de altitude. Suas últimas construções são datadas de meados do século XIX, quando o planalto rapidamente se tornou domínio do colonizador branco, que restringiu o espaço do índio a pequenas reservas, onde seu modo de vida já não tinha condições de realização plena. A população indígena que mais densamente ocupava o Planalto Meridional era constituída por numerosas tribos Kaingang. A encosta leste era dominada, então, pelas comunidades Xokleng, que supostamente também teriam vivido no planalto, donde teriam sido afastadas pela expansão do Kaingang. Embora se aceite que estas populações sejam as sucessoras e descendentes daquelas construtoras das casas subterrâneas, nem na sua prática, nem na sua memória estas estruturas lhes continuam presentes. ARNT, Fúlvio Vinicius; FARIAS, Deisi Scunderlik de; BEBER, Marcus Vinicius; ROSA, André Osorio; SCHMITZ, Pedro Ignácio; Casas subterrâneas no planalto de Santa Catarina: São José do Cerrito. Pesquisas, **Antropologia** N° 68:7-78 São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2010.

deu-se lugar a mata secundária geologicamente falando no qual começam os movimentos humanos e possivelmente o estabelecimento de trilhas e caminhos para locomoção das sociedades pretéritas.

Percebe-se então que os dados arqueológicos legados ao contemporâneo sofreram danos com a inserção da agricultura capitalista principalmente. A ação antrópica em latência na mecanização da agricultura, atrelada ao derrubar das matas primárias praticamente apagaram os vestígios possíveis das trilhas indígenas.

Desta feita, restam os artefatos líticos, fragmentos de cerâmicas e algumas poucas marcas que são postas em evidência para se chegar a um ponto de condensação arqueológico.

Neste sentido que os rios, em suas margens, devido a lei de proteção no âmbito das matas ciliares ainda ou infelizmente são os depositários mais fiéis das marcas indígenas em tempos pretéritos. Porém, os sítios arqueológicos estabelecidos carecem de estudos de conexão e não evidenciam claramente a existência de um caminho indígena, muito embora artefatos líticos sejam encontrados a todo momento.

Neste âmbito é que muitas as interpretações foram produzidas sobre os Caminhos do Peabiru, porém não se pode descartar nenhuma destas. Tais interpretações vêm dos indícios materiais e também imateriais, principalmente das fontes orais que se conectam em algum ponto e dão solidez a ideia de que as sociedades pretéritas iam e vinham por estas terras paranaenses, como no depoimento da Senhora Rosa Hyrycena (2016) a qual relata que

Meus pais moravam onde hoje é o centro de Campo Mourão isso lá pelos anos de 1930. Não tinha nada. Ai um indígena passou por lá e disse que mais adiante havia um lugar com muitas águas e caminhos, com muita mata, pesca e caça onde muitos índios estavam morando a muito tempo. Meus pais vieram para cá e assentaram onde hoje chama de Mata do Eurico<sup>22</sup> no Município de Peabiru e lá ficaram. (HYRYCENA, 2016)

A sentença “passou por lá” indica que o indígena ia de um lugar ao outro pois estava em contato com o colonizador ali e sabia da existência de outros lugares propícios a

---

<sup>22</sup> Mata do Eurico é uma reserva de floresta particular entrecortada por uma antiga estrada rural distante cerca de três quilômetros do centro do Município de Peabiru e nove quilômetros centro do município de Campo Mourão. Eurico vem de Eurico Humming, nascido em Campinas-SP em 1914, falecido em Peabiru-PR em 2002. Esta área de reserva florestal fora mantida por ele e hoje é preservada pelo seu filho, o agricultor e ex-delegado da policia civil Nelson Max Humming, nascido em Londrina em 08/08/1951. Seu Eurico Humming chegou a área em 1959 e batizou a Fazenda como Santa Margarida. Trabalhou com a pecuária até 1997 e depois partiu para a agricultura. Eurico Humming falava fluentemente alemão, era tradutor e foi o primeiro enfermeiro da cidade de Paranaíba-PR. A “Mata do Eurico” em Peabiru-PR leva seu nome até hoje.

sobrevivência. A ida e vinda se contextualizam implicitamente na fala da depoente, mostrando que a passagem, os lugares, o caminhar era feito de maneira usual. Para tal deslocamento, era necessária uma rota, evidenciando a existência de um caminho pelo meio da mata.

Neste mesmo sentido, em entrevista ao Professor de História Espedito Ferreira (2016) este também ressalta que

No Município de Peabiru, nas proximidades da Mata do Eurico, em um córrego que desagua no Ribeirão da Lagoa, havia indígenas no começo do século passado que saíam dali e andavam cerca de 10 quilômetros passando pelo Rio do Campo até chegarem a margem esquerda do Rio Mourão, um rio maior que desagua dali a cerca de 70 quilômetros no rio Ivaí. Por ser um rio maior iam até lá para pescarem peixes maiores. Conversei com Seu Borba que me disse que os indígenas na volta trocavam peixes por melado de cana com os sertanejos. Muitas vezes os sertanejos não queriam pegar os peixes, mas os indígenas faziam questão da troca, para depois seguirem caminho de volta. (FERREIRA, 2016)

Mais uma vez a ida e vinda, o deslocamento é observado na fala do depoente, mostrando o intenso movimento do indígena pela área. Desta vez a procura de alimento, o peixe, e na volta a troca pelo “melado” de cana em sistema de escambo. Evidencia aí a existência de moradores antes da colonização que desabilita a teoria estatal do vazio demográfico que precisava ser povoado, além, claro da presença do indígena. Por outro lado evidencia-se a existência de um caminho, pois para fazer este deslocamento nos interflúvios dos rios era necessário uma rota.

Desta feita, de acordo depoimento do Professor de História Tarcísio Donatti (2016)

Em uma área na divisa entre os municípios de Peabiru e Campo Mourão na qual funcionava uma olaria, a “Olaria dos Alemães” da família Berheidsen, lá havia uma lagoa com uma água diferenciada e uma espécie de argila. Neste local, para extração da argila, na qual o lago desapareceu foram encontradas diversos artefatos líticos tais como machadinhas, mó de pilão, e cerâmicas como jarros entre outros. Tais artefatos se desconhecem o fim que foi dado, mas indicam que na margem daquele rio, o Ribeirão da Lagoa, no qual o lago se formou era ponto de fixação dos indígenas. Este mesmo Ribeirão cortando em sentido leste (Campo Mourão - Peabiru) abriga outros indícios da presença indígena na região haja vista que a argila tem uma qualidade diferenciada, como coesão e elasticidade propiciam a arte ceramista, tanto que a cerca de 3 quilômetros desta primeira olaria, outra olaria fora construída, mostrando aí uma certa apropriação da percepção indígena pelo colonizador no tocante a qualidade da argila. (DONATTI, 2016).

Esta última fala envolve dados materiais, arqueológicos, que se intersectam nas demais falas acima no campo do imaterial. Ou seja, vestígios líticos e cerâmicos deixados pelos indígenas e a oralidade da história demonstrando o constante movimento destes indígenas pela região.

Outra evidência da existência dos Caminhos de Peabiru se dá na fala sobre o “Paraná Espanhol” da arqueóloga do Museu Paranaense de Curitiba Cláudia Parellada, durante o I Encontro Paranaense Sobre os Caminhos de Peabiru – EPCP (2016).

Segundo a pesquisadora, a cidade espanhola de Vila Rica do Espírito Santo, hoje a cidade de Fênix/PR conecta-se com propriedade a existência dos Caminhos de Peabiru. Vila Rica do Espírito Santo no século XVI era uma cidade maior que Paranaguá e estabelecendo-se *a posteriori* como a principal cidade do estado no século XVII. Para a arqueóloga, desta feita para a existência de uma cidade neste tamanho era necessário um nível de comunicação material e imaterial em um volume considerável e tal comunicação só seria possível por meio de vias de comunicação, ou seja, o Caminho de Peabiru, caminho pelo qual se realizava o transporte, os contatos, as notícias. Tais fatos atestam não só a importância do Caminho de Peabiru mas por si só atestam a passagem deste nestas terras.

Há se dialogar com Morin (1991) em seus conceitos como a noosfera (onde as ideias vivem), imprinting (impressões impostas), o conceito Hologramático (projeções que nos conduzem), tudo isso para que se chegue a um pensamento complexo, muito além do que vemos. Percebe-se que os Caminhos de Peabiru habita de forma premente a noosfera, pois concretamente, não conta com muitas provas, no seu sentido arqueológico devido aos fatores já elencados. O *imprinting* é o que foi imposto pelos “colonizadores brancos” no pensamento coletivo, intitulados como “pioneiros”, os primeiros habitantes da região, o que por extensão cria um presente hologramático de ausência da história indígena. E cabe a História este severo desígnio da prova do contrario a ideia vigente na busca de elaborar pensamento complexo, do todo e não pautados nos preconceitos, nos elementos ficcionais, entre outros.

O legado indígena é incontestável. A existência de caminhos entre as terras paranaenses também é. E para que esta cultura indígena permaneça até os dias de hoje em seus legados imateriais e materiais, mesmo diante do extermínio pelas posses de terras, pelas doenças do não indígena e mais contemporaneamente pelo preconceito ao tema era necessário que uma população significativa bem como em uma área significativa fosse



dotada e participante desta cultura. Logo, a comunicação entre tais locais e população era necessária.

Para solidificar a questão do legado indígena, neste campo das evidências, segundo Wachowicz (1995), no Paraná para ter a percepção da influência indígena basta observar a população com foco na relação à composição étnica, uma vez que os indígenas que não foram exterminados passaram por uma miscigenação resultando entre outros legados a incorporação ao vocabulário alguns termos de origem indígena tais como “alimentos como a farinha de mandioca, erva-mate e o fumo; costumes, como banho diário, cabelo cheio de loção, o uso da eni (rede), entre outros elementos aprendidos com a sua cultura.” (WACHOWICZ, 1995. p. 8 -10)

Porém, como assevera Onofre (2005) que ao ocupar o espaço a cultura indígena foi quase exterminada, “porém seu referencial é muito importante, pois influenciou a formação e construção espacial não só do território paranaense, como também de todos os países latinos americanos setor econômico em detrimento aos setores sociais e ambientais.” (ONOFRE, p. 12-13).

Mas como sublinha Chartier (2002) “em cada momento a instituição histórica se organiza segundo hierarquias e convenções que traçam as fronteiras entre objetos históricos legítimos e os que não são, e portanto, são excluídos ou censurados.” (p. 18).

Neste âmbito, Arendt (2007), situa que o homem de hoje tem o desejo incoercível de “permanecer”, pois sabe da liquidez de seus atos, não de sua modernidade, nem de seu tradicionalismo. Ainda hoje, este almejo de permanência de registrar seu nome na história, de ficar na história, corrobora para sua essência tradicional, primeira, primitiva.

Também Bruno Latour assevera que a crença na ruptura revolucionária, nesta crença do homem moderno resume-se a ser apenas uma crença, oriunda de uma verve antropocêntrica e narcísica. Como Latour assevera: “Jamais fomos modernos”. (LATOURE, 1994).

Portanto, não estamos cortados com nosso passado, nem somos diferentes deles ", nem estamos separados dos nossos "objetos", nem há distinção tão marcada entre as "representações humanas" e as "representações dos objetos", já que cada vez mais nos percebemos – humanos e objetos - misturados em toda parte (de resto, exatamente como "eles" sempre se perceberam...), e isso não sem relação com o fato de os modernos possuírem uma capacidade especialmente marcante de produzir estes seres híbridos. (TEIXEIRA, 2002, p. 3).

Desta feita, o homem de hoje é o mesmo homem das cavernas, o qual se vale de tecnologias para comunicar-se, relacionar-se, para viver. Sua natureza intrínseca não mudou. Esta sim permanece. E com ele permanece toda uma história mesmo que implícita, silenciada, subterfugiado sobre os caminhos de Peabiru. Este, é o maior legado.

## CONCLUSÃO

O reconhecimento da cultura e da população indígena em sua subjetividade e legitimação de suas diferenças, de suas identidades só pode ser possível por meio do conhecimento que leva à humanização de sua sociedade e ao respeito aos seus valores, sua história, língua, seus costumes. Para tanto, suas vozes devem ser estudadas, ouvidas. Necessário compreender o processo de apagamento de sua história a partir da “colonização”. Estudo necessário para que se manifestem as realidades propositadamente apagadas na história.

Percebe-se uma memória cristalizada romantizada e edênica na questão do indígena na qual estes tiveram seu discurso sobreposto ao discurso colonizador.

Subterfugia-se a realidade de que estes são povos tem uma identidade e cultura própria, com suas formas de organização social, técnicas de subsistência, crenças e tradições

Dentro deste estigma, desta roupagem e concepção é que se percebe inserir o tema Caminhos de Peabiru. Ao abordá-lo observa-se a existência de uma fronteira real, mas não nítida entre a realidade histórica e as tradições inventadas.

Tentando compreender e ver esta fronteira é que foi inserido no objetivo de estudo investigar na bibliografia, nos depoimentos e na arqueologia os Caminhos de Peabiru com um olhar ao tema, relacionado também a supervalorização repleta de paixões, de ficções, ou distorcida pelos fins específicos a de cada momento e cada lugar, permeada ou não pela exploração turística e econômica que o estudo percorreu.

Convergindo a Arqueologia, a História, a Etnologia e a Geografia são revelados dados significantes, porém não conclusivos, justamente pelos fatores que tornam obscuro o seu estudo. Seja pela indefinição de quem construiu os caminhos, pelo apagamento dos vestígios devido ao avanço urbano e agrícola, pelo preconceito ao tema indígena, pelo silêncio dos indígenas e / ou pela dicotomia entre ramal principal e ramais secundários.

Entretanto, tais obstáculos não retiram a propriedade do estudo em afirmar que os “Caminhos de Peabiru” existiram sim, como trilhas comuns de comunicação entre os diversos *tekoha* Guarani, ou *emá* Kaingang existentes na região desde 2.500 anos antes do presente até a colonização moderna do século XX.

Na voz dos Guarani fica claro a importância e sacralidade dos Caminhos, muito embora, volte-se a afirmar que permeia um laconismo e um silenciamento quando o não-indígena tenta abordar a questão frente ao indígena. Uma misticidade forte dentro de uma religiosidade coesa, motivo pelo qual muito afirmar serem eles os construtores dos caminhos. Percebe-se que o caminho pode ser anterior aos Guarani mas por estes terem uma cultura forte pautadas nesta espiritualidade ficou inerente a eles a propriedade dos caminhos.

Tal cultura é revelada pelos dados arqueológicos levantados, desde as tradições arqueológicas pré-cerâmica Humaitá e Umbú, passando pela tradição Itararé, antepassados do Jê do Sul (Kaingang e Xokleng), até os Guarani e Xetá que ali habitaram até recentemente. Muito, além disso, povos pretéritos a estas etnias deixaram suas marcas pela área o que leva ao entendimento que os Caminhos de Peabiru se posta com um caminho multicultural, construído por vários povos em vários tempos.

Outro aspecto que faz comumente atribuir os Caminhos a etnia Guarani dá se pela escrita da história a partir da chegada dos europeus a estas terras. Os Guarani habitavam em maior as áreas de estudo na chegada do colonizador e o contato com estes é o que foi perpetuado a história e atrelado aos caminhos. Entretanto, os dados arqueológicos demonstram a sobreposição de vestígios de vários povos em um só lugar, demonstrando que o Paraná fora palco de grandes movimentações bem antes do dito “descobrimento”.

Ao europeu, ao jesuíta, ao bandeirante os caminhos se mostraram de grande utilidade para inserção território adentro. É óbvio que ao planejar adentrar uma floresta fechada o indivíduo optara por seguir uma trilha já aberta pela facilidade de passagem. Pelos tempos tais trilhas foram alargadas de acordo a necessidade de fluxo, seja pela passagem de animais de criação, seja pelas carroças e contemporaneamente pelo advento dos automóveis que levou a pavimentação de caminhos outrora utilizada por povos pretéritos.

No tocante a historiografia acerca dos caminhos observou-se muitas lacunas ainda a serem preenchidas, as quais este trabalho não as resolvem. Percebeu-se uma repetição de dados cristalizados por uma bibliografia uniformizada. A linguagem é a mesma, os dados são quase os mesmos e dentro desta historiografia linear não se observa a voz do indígena. É o não indígena contando a história do indígena, tanto pelo silenciamento já mencionado bem como ser a oralidade o veículo de transmissão da cultura indígena.

A Geografia avança um pouco mais dentro dos estudos acerca os caminhos de

Peabiru, pois tem em seu objeto a paisagem palco das ações dos povos utilizadores dos caminhos. Os rios, a fauna, a flora, os topônimos, atestam a o legado indígena da região na qual a geografia se sustém. A descrição e o estudo da paisagem, atrelado aos dados arqueológicos são os instrumentos de inovação e renovação conceitual acerca dos caminhos.

Ao mesmo tempo em que paira um esgotamento de abordagem da história ao tema, a geografia e arqueologia emergem como a fonte de renovação do estudo. Movimento interessante é na fala do indígena quanto aos Caminhos, pois quando este expõe a história também se renova. Mas como secularmente este silenciamento fora verificado, a articulação fica no âmbito da geografia e arqueologia.

Diante dos estudos e utilizando estes foi contemporaneidade é que se reinventou os Caminhos de Peabiru. Seja para fins de Turismo ou por aventura sempre passional ou por sensibilização histórica é que os caminhos adentrou o imaginário social das pessoas.

Como exemplo, na cidade chamada Peabiru, estado do Paraná recentemente muitos de seus moradores desconheciam o significado do nome, de sua origem indígena e principalmente da existência de um caminho milenar passando por estas terras. Houve um trabalho de ressignificação com a população acerca do tema. Porém, a tradição inventada permeou em alguns momentos tal reinvenção, ainda mais quando atrelado outra tradição inventada, as festividades do prato típico local.

Neste âmbito ressalta o papel do Núcleo de Estudos e Pesquisas dos Caminhos de Peabiru na região de Campo Mourão – NECAPECAM, o qual atuou de forma regional na sensibilização e popularização dos caminhos na propria região que se insere. Trabalho que seus resultados ecoam até hoje, mesmo que em certos momentos algumas tradições fossem incorporadas as ações por necessidade imperiosa de adaptação ao contemporâneo.

Por conseguinte, concluiu que os Caminhos de Peabiru existiram que suas marcas estão demonstradas, muito embora muito de seu traçado nunca seja conhecido pelo apagamento principalmente pela ação agrícola e por outros fatores já elencados, seja de forma material ou imaterialmente. Os caminhos enquadram-se como patrimônio material, pois existiu, e hoje é simbólico; mas também é um patrimônio imaterial, pois faz parte das tradições dos povos que a usaram, principalmente na religiosidade dos Guarani.

Tema este repleto de interesses individuais, porém mas sempre salutar e necessário é necessário que estes interesses estejam sempre conectados com os interesses coletivos.

Diversas questões se apresentam como desafios acerca do tema, entre eles o estudo das possibilidades de tornar os caminhos patrimônio cultural imaterial (sem ser turístico) sob a ótica indígena ou na análise da possibilidade de tornar os caminhos patrimônio cultural material (turístico), com outro nome (Rota da Fé, Rota dos Pioneiros), sob a ótica não indígena.

Também surge o desafio de desenvolver o turismo em peregrinações nos Caminhos de Peabiru na maneira indígena e quando eles quiserem, o que inviabiliza a questão de planejamento dentro do turismo.

Outro desafio se dá no âmbito do tombamento como patrimônio material dos caminhos, pois não é possível traçar um mapeamento fidedigno dele, mas seguir as "marcas" que ficaram, pois como já sublinhado ele foi todo apagado pela lavoura.

Porém há a implicação de que tombado o caminho, em sua função turística, o não indígena poderá aniquilar a cultura mística indígena Guarani com a visão do lucro capitalista.

Outra implicação, frente ao tombamento dos caminhos de Peabiru como patrimônio material em rotas demarcadas, é a possibilidade aventada pelos fazendeiros de no futuro os indígenas requerem legalmente estas terras.

Há também a questão da profanação da religiosidade indígena, pois os caminhos para os Guarani é assunto sagrado (jejuam, comem mel e peixe para andar pelos caminhos). Desta forma há a lacuna em caso de exploração turística, de como os não indígenas poderão andar no caminho sem profanar toda esta sacralidade.

## FONTES ORAIS

ALMERINDA, Vó (Xamoí). **Caminho de Peabiru**: depoimento. Casa de Reza do tekoha Araí Werá [2013]. Entrevista concedida a Sinclair Pozza Casemiro.

BROTO, Odete, Depoimento concedido a Arléto Rocha. (set. 2016). **Cerâmicas Indígenas** . Peabiru-PR, 2016.

CASEMIRO, Sinclair Pozza. **O NECAPECAM**: depoimento. Campo Mourão [2016]. Entrevista concedida a Arléto Rocha.

DONATTI, Tarcísio. Depoimento concedido a Arléto Rocha. (set. 2016). **Caminhos de Peabiru**. Peabiru-PR, 2016.

FERREIRA, Espedito. **Rotas indígenas na cidade de Peabiru-PR**. Depoimento concedido a Arléto Rocha. (out. 2016). Peabiru-PR, 2016.

FRANCISCO, Domingo. **Artefatos Indígenas encontrados nos Sítio São José em Peabiru-PR**: depoimento. Peabiru [maio, 2015]. Entrevista concedida a Arleto Rocha.

JUAREZ. Entrevista concedida a Arléto Rocha. (abr . 2011). **Terra Indígena Barreiro das Frutas**. Campo Mourão, 20011.

MBEI M'BEI, Emiliano. Depoimento concedido a Arléto Rocha. (abr 2011). **Terra Indígena Barreiro das Frutas**. Campo Mourão, 2011.

MORAES, Rosa Lázaro de. Depoimento concedido a Arléto Rocha. (Jul 2015). **Museu Caminhos de Peabiru**. Peabiru-PR, 2015.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, Jurandir Coronado. **Conquista Espiritual**. A história da evangelização na Província do Guairá na obra de Antonio Ruiz de Montoya, 2002. (1585-1652). do

ALBERTI, V De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. **Rev. História Oral**, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul.-dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **Manual de história oral**. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004a.

ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6 ed. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2007.

AZEVEDO, Aroldo de. **Brasil**: a terra e o homem.v. II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

- BASSI, Luiz; KLEIN, João Carlos; MAFRA, Wanderley; ROCHA, Arléto. **Histórias de famílias de Peabiru-PR**. Campo Mourão: Kromoset, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 258p.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. Interrogando a identidade. p.70-104.
- BOMFIM, Natanael Reis. Patrimônio, turismo e planejamento: formatação de produtos. In: CAMARGO, Patricia de. Cruz, Gustavo da (org). **Turismo Cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: Editus, 2009.
- BOND, Rosana. Botando os Kuatiá. Rev. Cadernos da Ilha. Florianópolis, n.º 1 2002.
- \_\_\_\_\_, **Os caminhos de Peabiru**. Campo Mourão: Kromoset, 1996.
- \_\_\_\_\_, **História do caminho de Peabiru**. v. 1. Aimberê: Florianópolis: 2004.
- BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Senado federal: Centro Grafico, 1988.
- \_\_\_\_\_, Ministério da Cultura. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) **O que é patrimônio Imaterial**. 2015. Disponível em: Acesso em 02 maio 2016.
- BRUIT, Hector H.; **Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos**. Editora Unicamp, 1995.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008
- CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. **Comentários**. Curitiba: Col. Farol do Saber, 1995.
- CADERNOS DA ILHA. **O fascinante caminho de Peabiru**. Maio 2004, n. 3. Florianópolis: UFSC, 2004.
- CARDOSO, V. J. M.. Germinação. In: Gilberto Barbante Kerbauy. (Org.). **FISIOLOGIA VEGETAL**. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005, v. , p. 386-408.
- CARDOSO, J. A. e Westphalen, C.M. **Atlas Histórico do Paraná**. 2ª ed. Curitiba, Livraria do Chain, Editora, 1986.
- CARDOSO, R. I. ; **La antigua provincia de Guairá y la Villa Rica del Espíritu Santo**. Buenos Aires, Librería y Casa Editora, 1918.
- CARDOSO, Suellen Andrade. **Villa rica del espíritu santo: estudo histórico de uma cidade espanhola no paraná (1570-1632)**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual de Maringá: Maringá , 2015.
- CASEMIRO, Sinclair Pozza. **Causos do coração**. Campo Mourão: SISGRAF, 2005.



\_\_\_\_\_, (Org.) **Compêndio sobre o caminho de Peabiru na COMCAM-** Comunidade dos Municípios da região de Micro região 12 do Paraná. v. III. Campo Mourão: SOEPAL, 2006.

\_\_\_\_\_, **Compêndio sobre o caminho de Peabiru na COMCAM-** Comunidade dos Municípios da região de Micro região 12 do Paraná. v. VII Campo Mourão: Sisgraf, 2010.

\_\_\_\_\_, (Org.) **Espaço e poesia:** peregrinando em trovas pela região da COMCAM. Campo Mourão: SISGRAF, 2011.

\_\_\_\_\_, **Compêndio sobre o Caminho de Peabiru na COMCAM-** Comunidade dos Municípios da região de Micro região 12 do Paraná. Campo Mourão: SOEPAL, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** ente práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2 ed., Alges: DIFEL, 2002.

\_\_\_\_\_, O mundo como representação. In: \_\_\_\_\_. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude.** Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.

\_\_\_\_\_, A história ou a leitura do tempo. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, 77 p.

\_\_\_\_\_. **História Cultural** – Entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CHMYZ, I.; SGANZERLA, E.; VOLCOV, J. **Arqueologia da área prioritária. Projeto Hidrelétrico Tijuco Alto** - Rio Ribeira - São Paulo - Paraná. CBA/ CEPA/ FUNPAR/ UFPR, Curitiba. 1999.

\_\_\_\_\_. Dédalo. Ano VII Nº13, junho de 1971.

\_\_\_\_\_. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. **Manuais de arqueologia**, número 1. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1966.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Eduardo Augusto Werneck Ribeiro do Núcleo de Pesquisa da Graduação em Turismo. **Rev. Saber Acadêmico.** UNESP- Faculdade de Presidente Prudente – SP, 2007.

CLAVAL, Paul Charles Christophe. Geografia Cultural: um balanço. **Geografia.**(Londrina). Londrina, v. set./ dez. 2011: Disponível em <<http://www.uwl.br/revistas/uwl/index/php/geografia>.> Acesso em 10 dez 2016.

COLAVITE, Ana Paula; BARROS, Miriam Barros. Geoprocessamento aplicado a estudos do Caminho de Peabiru. Revista da **ANPEGE**, v. 5, p. 86 - 105, 2009

COLAVITE, Ana Paula. **Contribuição do geoprocessamento para a criação de roteiros turísticos nos caminhos de Peabiru-PR.** 2006. Dissertação (mestrado) Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, 2006.

CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e Bandeirantes no Guairá.** RJ, Biblioteca Nacional, 1951.

CUNHA, Ivani Aparecida Teles da, . YOKOO, Edson Noriyuki. YOKOO, Sandra Carbonera. Ocupação e Colonização do município de engenheiro Beltrão-PR. In:NECAPECAM. Nucleo de Estudos e Pesquisas sobre o caminho de Peabiru na COMCAM. V **Simpósio sobre o Caminho de Peabiru na COMCAM Micro Região 12 do Paraná**, Campo Mourão, Kromoset, 2007. p.p 9-21.

DEL PRIORE, Mary. Fazer a história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador. **Território e Fronteiras** – Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Mato Grosso, v. 3, n. 1, p. 9-20, jan./jun. 2002 .

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E TERRAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Paraná**. Atlas. Curitiba: S.I., 1980.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. Trad. Carlos Eugenio Marcondes de Moura). São Paulo: USP, 1998.

DRABIK, A. O caminho de Peabiru: possibilidade histórica. **Boletim do Instituto Geográfico, Histórico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: IHGE-Pr, 1999.

DURKHEIM, Emile. **O suicídio: estudo de sociologia** /Emile Durkheim. Trad. Monica Stahel.-São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro:Zahar, 2000.

FRANCISCON, Anderson; MARQUES, Caroline Salgueiro; **Memorial caminhos de Peabiru**: marco das quatro fronteiras . CIANORTE: UNIPAR, 2015.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A. **O que é Patrimônio cultural imaterial?** São Paulo: Brasiliense, 2008

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de C. Araújo. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial** - Col. Primeiros Passos São Paulo: Brasiliense,1999.

GALDINO, L. 2002. **Peabiru**: os incas no Brasil. BH, Editora Estrada Real.

MILAN, Polliana. A Verdadeira autoria do Peabiru. **Jornal A Gazeta do Povo**. 20 set 2008, p. 12 (declaração de uso de estudos do NECAPECAM)

GUZMAN, Ruy Diaz de **-La Argentina**. Buenos Aires: Emecê Editora. 1998.B

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**, 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, em 2006, 102 p.

HOBBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Págs. 9-23.

IBGE, Diretoria de Pesquisa-DPE, Coordenação de Contas Nacionais- CONAC, Sistema de Contas Nacionais -Brasil Nota metodológica no. 9, **Anos Correntes**, disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) , acesso em 6 de janeiro de 2015.

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / SGPA**. Disponível em: <  
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/230>> Acesso em maio 2016.

LEINZ, V.; AMARAL, S. E. **Geologia Geral**. São Paulo: Nacional, 2002.

LOZANO, Pedro. **Historia de la conquista del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán**. Buenos Aires (reimpresión): Imprenta Popular, 1873-1875.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. p. 61.

MASSOQUIM, Nair Glória. **Clima e paisagem na mesorregião centro ocidental paranaense**. (Tese de Doutorado) São Paulo: USP, 2008.

\_\_\_\_\_. Aspectos Geo-históricos da vegetação de Cerrado de Campo Mourão e os Caminhos de Peabiru. In: Sinclair Poza Cassemiro. (Org.). **Compendio sobre o Caminho de Peabiru na COMCAM Micro-Região 12 do Paraná**. 1ed. Campo Mourão: FECILCAM, 2005, v. 1, p. 91-106.

MAURER, Orides. **A histórica trilha indígena**, empresta seu nome ao Acampamento Itinerante para Cientistas Cristão e seus Amigos. Disponível em <  
<http://acampamentopeabiru.blogspot.com.br/2010/11>>. Acesso em 20 nov 2016.

MENEZES, Maria José. A arqueologia pré-histórica do Paraná (história). **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, n.9, p.56-105, 1967.

MERCER, K. **Welcome to the jungle**. In Rutherford, J. (org.). Identity. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

MARTINS, Bruna Morante Lacerda. **Invenções da cultura culinária paranaense: a festa nacional do carneiro no buraco de Campo Mourão – Paraná (1962-2014)**. Dissertação de Mestrado. Or. Sandra Pelegri. Universidade estadual e Maringá, UEM, 2016.

MONTOYA. Antonio Ruiz de. **La Conquista Espiritual del Paraguay – Hecha por los Religiosos de la Compañía de Jesús en las provincias de Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape**. Asunción: El Lector, 1996.

MORIN, Edgar. **El método. IV: las ideas, su habitat, su vida, sus costumbres, su organizacion**. Trad. Ana Sanchez. Coleccion Teorema, serie mayor. Madrid: Seuil, 1991

MOTA, L. Tadeu e CHAGAS, N. Moreira. **O guairá nos séculos XVI E XVII – as relações interculturais**. Disponível em: <<http://projetos.unioeste.br> .> Acesso em 23 jan 2016.

MOTA, Lucio Tadeu; RODRIGUES, Isabel Cristina. A questão indígena no livro didático: toda a história. **Hist. Ensino**, Londrina, v. 5, p. 41-59, out.1999

MOTA, L. Tadeu. **Campo Mourão: os territórios do cacique Kuaracibera dos Guarani, ou os Pahy-Ke-rê dos Kaingang, ou os Campo do Mourão dos conquistadores portugueses**. p. 105-144. In\_MEZZOMO, Frank; PÁTARO, Cristina Satiê; HAHN, Fábio André. (Org.).

Constituições de territórios paranaenses: olhares da história. Assis: Triunfal: Fecilcam 2012.

MOTA, Lúcio Tadeu. **Etno-história**: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. Patrimônio e Memória (UNESP), São Paulo, v. 10, p. 5-16, 2014.

\_\_\_\_\_. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769- 1924). Maringá: EDUEM, 1994. p. 15.

\_\_\_\_\_. **Kaingang do vale do Ivai** : história e relações interculturais. Maringá. Eduem, 2008.

MULLER, Arnaldo Carlos. **Relatorio Ambiental Simplificado**, RAS d PCH Ouro Branco. Curitiba, ago de 2012.

NECAPECAM. Nucleo de Estudos e Pesquisas sobre o caminho de Peabiru na COMCAM. **Rev. Cadernos da Trilha**, Paraná, fev de 2004, 2010, n.<sup>a</sup> 2

NECAPECAM. Nucleo de Estudos e Pesquisas sobre o caminho de Peabiru na COMCAM. **Compêndio sobre o Caminho de Peabiru na COMCAM Micro Região 12 do Paraná**, v. III . Campo Mourão, Kromoset, 2006.

NECAPECAM. Nucleo de Estudos e Pesquisas sobre o caminho de Peabiru na COMCAM. **V Simpósio sobre o Caminho de Peabiru na COMCAM Micro Região 12 do Paraná**, Campo Mourão, Kromoset, 2007.

NECAPECAM. Nucleo de Estudos e Pesquisas sobre o caminho de Peabiru na COMCAM. **VII Compêndio sobre o Caminho de Peabiru na COMCAM Micro Região 12 do Paraná**, Campo Mourão, Kromoset, 2008.

NECAPECAM. Nucleo de Estudos e Pesquisas sobre o caminho de Peabiru na COMCAM. **Rev. Cadernos da Trilha**, Paraná, abril, 2010, n.<sup>a</sup> 1

NECAPECAM. O fascinante caminho de Peabiru. **Rev. Cadernos da Trilha** Maio 2004, n. 3. Florianopolis: UFSC, 2004.

\_\_\_\_\_, Nucleo de Estudos e Pesquisas sobre o caminho de Peabiru na COMCAM. **Rev. Cadernos da Trilha**, Paraná, fev de 2004, 2010, n.<sup>a</sup> 2

O DIÁRIO, Jornal. **Simpósio sobre questões indígenas abre a peregrinação dos Caminhos de Peabiru**. Maringá, 15 abr 2009.

ONOFRE, Gisele Ramos . **Campo Mourão**: colonização, uso do solo e impactos socioambientais. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Mestrado em Geografia. Área de Concentração : Análise Regional e Ambiental, da Universidade Estadual de Maringá, 2005

ONOFRE, Gisele Ramos; OLIVEIRA, Danilo Rodrigues; SUZUKI, Júlio Cezar. **A formação do espaço mourãoense**: o esquecimento das lutas e a intensificação do capital no campo. XIX Encontro Nacional de Geografia Agraria, São Paulo, 2009, pp. 1-28.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Projeto de Lei n. 269/2011.**

PARELLADA, Claudia. **Povos indígenas no Paraná.** Museu Paranaense, Curitiba-PR.2012. Disponível em:www.museuparanaense.com. Acesso em 10 out 2016.

PARELLADA, Claudia. **O Paraná espanhol.** I Encontro Paranaense sobre os Caminhos de Peabiru. EPCP. Peabiru-PR, ago 2016.

PELEGRINI, Sandra C. A. . Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 26, nº 51, p. 115-140 – 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n51/07.pdf>

PEREIRA, Daniel Albuquerque; MORA FILHO, Pedro Sérgio. **As contribuições do estudo do caminho de peabiru como objeto de desenvolvimento do turismo.**

Disponível em: <

2http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2524/20482005.>.

Acesso em 10 dez. 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira.** Editora UnB, Brasília, DF, 1992.

RAINHO, Ana Rita. A escala do tempo geológico. **Revista Recursos de Ciências Naturais** – 2017. Disponível em: < Rainho<http://espacociencias.com.pt/site/ciencias-7o-ano/a-terra-conta-a-sua-historia/a-escala-do-tempo-geologico/>> Acesso em 10 dez 2016.

ROCHA, Arléto. As marcas das relações indígena e não indígena nas cartas de Pero Vaz de Caminha e de Cabeza de Vaca . **VII Congresso Internacional de História.** Universidade Estadual de Maringá, 2015.

\_\_\_\_\_. O Caminho de Peabiru: implicações em seu tombamento como patrimônio material e imaterial. **VII Congresso Internacional de História.** Universidade Estadual de Maringá, 2015.

DA MOTA, Franciane S. **Elaboração de manual para a preservação de edifícios de valor histórico e cultural do Paraná.** 47 f. (Especialização em Projetos e Obras Públicas de Edificações). Ponta Grossa, 2015 - Universidade Estadual de Ponta Grossa.-2015.

SAGUIER, Rúben B. **Los mitos fundadores guaranies y su reinterpretacion.** Assunção: CIDSEP, 1992.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova.** São Paulo: Hucitec-EDUSP, 1978.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **O Guaira e o espaço missioneiro: índios e jesuítas no tempo das missões rio-platenses.** Cascavel-PR: Coluna do Saber, 2006.

SILVEIRA, Éder da Silva, História Oral e memória: pensando um perfil de

historiador etnográfico. **MÉTIS: história & cultura** – v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007.

SIMÕES, Henrique Campos. **As cartas do Brasil.** Ilhéus, Editus, 1999.

SOUZA, Catiúscia Custódio de. **O movimento indígena e a luta emancipatória**. Florianópolis, SC, 2015. 425 p.

SWAIN, Tânia Navarro; **Fronteiras do Paraná**: da colonização à migração Historiadora, Professora da Universidade de Brasília Departamento de História - UnB Brasília, DF Disponível em: <[http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins\\_textes/pleins\\_textes\\_7/b\\_fdi\\_03\\_01/37774.pdf](http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37774.pdf)> .Acesso em dez / 2016.

TAMASO, Izabela. **Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade**. São Paulo: Aste, 2012.

TECHO, Nicolás del. **Historia de la Provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús**. Assuncion del Paraguay: Libreria y Casa Editorial A. de Uribe Compania, 1897. Disponível em: <<https://archive.org/details/historiadelapro01toicgoog>> Acesso em 10 jul 2016.

TEIXEIRA, Ricardo Rodrigues. **Três fórmulas para compreender "O suicídio" de Durkheim**. Interface (Botucatu) vol.6 no.11 Botucatu Aug. 2002

THOMPSON, E. P. . **Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo:Cia das Letras, 1998

TOMMASINO, Kimiye. **Território e Territorialidade** Kaingang. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: : MOTA, Lúcio T., NOELLI, Francisco Silva,

TRANSELEC. Anexo N°5: **Informe de prospección arqueológica** - "Subestación Seccionadora Rahue 220 KV" Santiago. 2012. Santiago, Enero de 2012.

VICTOR , José Mendes Cardoso. Peabiru, histórias e plantas Departamento de Botânica, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, SP; UNESP. **Rev. La Insignia**, Brasil, ago 2006. Disponível em: [http://www.lainsignia.org/2006/agosto/ecol\\_001.htm](http://www.lainsignia.org/2006/agosto/ecol_001.htm) Acesso em 10 jun 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, E. "Nimuendajú e os Guarani", in Nimuendajú, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani**, São Paulo: Hucitec, 1987.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1995.

WHERÁ, K. et al. **Mbya Reko** (Vida Guarani). Florianópolis, Epagri, 2008

## ANEXO 01

**Sítios Arqueológicos Registrados no CNSA na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense**

<b>CIDADE - CNSA</b>	<b>NOME</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
PEABIRU CNSA PR 00071	JUST 1	Sítio arqueológico está localizado em área suave na baixa vertente, onde atualmente a área é utilizada para plantio de milho.
ALTAMIRA DO PARANÁ	Não há Sítio Arqueológico cadastrado no CNSA	-
ARARUNA	Não há Sítio Arqueológico cadastrado no CNSA	-
BARBOSA FERRAZ	Não há Sítio Arqueológico cadastrado no CNSA	-
BOA ESPERANÇA	Não há Sítio Arqueológico cadastrado no CNSA	-
CAMPINA DA LAGOA CNSA PR 00060	TRES BURACOS	Sítio constituído por pequenos aterros, e três buracos verticais (possivelmente casas subterrâneas), que se comunicam com uma galeria subterrânea.
CAMPINA DA LAGOA PR 00061	MOCH 2	Sítio a céu aberto, constituído por pequenos aterros (túmulos?).
CAMPINA DA LAGOA CNSA PR 00062	MOCH 3	Sítio a céu aberto, constituído por casas subterrâneas e vestígios de caminho indígena.
CAMPINA DA LAGOA CNSA PR 00063	ROSEIRA 1	Sítio cerâmico e lítico a céu aberto, associado a aterros (túmulos?). Tradição Itararé.
CAMPINA DA LAGOA CNSA PR 00064	ROSEIRA 2	Sítio cerâmico e lítico a céu aberto, associado à caminho indígena. Tradição Itararé.
CAMPINA DA LAGOA CNSA PR 00065	MORRO VERMELHO 2	Sítio cerâmico e lítico a céu aberto, constituído por quatro casas subterrâneas associadas a aterros. Tradição Itararé.
CAMPINA DA LAGOA CNSA PR 00066	RIO ERVEIRA	Sítio a céu aberto, constituído por oito casas subterrâneas associadas a pequenos aterros alongados. Tradição Itararé.
CAMPINA DA LAGOA CNSA PR 00067	AEROPORTO	Sítio a céu aberto, constituído por aterros alongados.
CAMPINA DA LAGOA CNSA PR 00068	MOCH 1	Sítio a céu aberto constituído por aterros alongados.
CAMPINA DA LAGOA CNSA PR 00069	AFLUENTE DO RIO ERVEIRA	Sítio lítico a céu aberto.
CAMPINA DA LAGOA	ESTRADA	Caminho indígena associado a casas

CNSA PR 00070		subterrâneas, aterros, e a material lítico e cerâmico. Tradição Itararé.
CAMPINA DA LAGOA CNSA PR 00071	MORRO VERMELHO 1	Sítio cerâmico e lítico a céu aberto, constituído por 10 casas subterrâneas. Tradição Itararé
CAMPO MOURÃO CNSA PR 01749	RIO DA VÁRZEA 01	Sítio arqueológico pré-colonial lítico
CAMPO MOURÃO CNSA PR 01750	RIO DA VARZEA 2	Sítio arqueológico pré-colonial lítico
Não há Sítio Arqueológico cadastrado no CNSA	-	Não há Sítio Arqueológico cadastrado no CNSA
ENGENHEIRO BELTRÃO CNSA PR 00970	SALTO DAS BANANEIRAS 1 (RIO IVAI)	Sítio lítico a céu aberto
ENGENHEIRO BELTRÃO CNSA PR 00960	RIO CLARO 1	Sítio cerâmico Guarani a céu aberto
ENGENHEIRO BELTRÃO CNSA PR 000964	SALTO DAS BANANEIRAS 3	Sítio Lítico a céu aberto
ENGENHEIRO BELTRÃO CNSA PR 00970	BALSA BARRA PRETA	Sítio cerâmico Guarani a céu aberto
ENGENHEIRO BELTRÃO CNSA PR 00971	SUÇUI 1	Sítio cerâmico a céu aberto
FAROL	Não há Sítio Arqueológico cadastrado no CNSA	
FENIX	Não há Sítio Arqueológico cadastrado no CNSA	-
GOIO ERE	Não há Sítio Arqueológico cadastrado no CNSA	-
IRETAMA	Não há Sítio Arqueológico cadastrado no CNSA	-
JANIÓPOLIS	Não há Sítio Arqueológico cadastrado no CNSA	-
JURANDA	Não há Sítio Arqueológico cadastrado no CNSA	-
LUIZIANA CNSA PR 01663	CORREGO DO BAIANO	Sítio cerâmico da tradição Itararé localizado a 313 m da margem direita do córrego do Baiano, em terreno mais elevado na média vertente voltada suavemente para o curso fluvial.
MAMBORE CNSA PR 01293	SALTO DA FIGUEIRA	Sítio cerâmico localizado em topo alongado no sentido SO-NE com declividade suave em direção leste e sudeste, em sentido a margem esquerda de um córrego afluente do rio Mourão.
	PAULO OLINIK	Sítio cerâmico Tupiguarani situado em base de vertente junto a plantação



MATO RICO CNSA PR 01290		de milho. Com artefatos líticos e fragmentos cerâmicos Tupiguarani recuperados na superfície e em níveis mais profundos do terreno.
MATO RICO CNSA PR 01739	LAURA OLINIK	Sítio arqueológico lito-cerâmico vinculado à Tradição Arqueológica Tupiguarani.
MATO RICO CNSA PR 01290	PAULO OLINIK	Sítio arqueológico lito-cerâmico vinculado à Tradição Arqueológica Tupiguarani.
MOREIRA SALES	Não há Sítio Arqueológico cadastrado no CNSA	-
NOVA CANTU CNSA PR 01661	RIO SANTO REIS 2	Sítio lito-cerâmico da tradição itararé localizado a 130 m a sudoeste da torre 25
NOVA CANTU CNSA PR 01670	FAZENDA CACHOEIRÃO	Sítio lito-cerâmico a céu aberto localizado próximo à margem direita do rio Cantu.
NOVA CANTU CNSA PR 01671	PARI ÍNDIOS JUKOWSKI	Sítio lito-cerâmico a céu aberto.
NOVA CANTU CNSA 01672	CORREDEIRA JUKOWSKI	Sítio lítico a céu aberto.
NOVA CANTU PR 01676	FAZENDA VALE CANTU	Sítio lito-cerâmico a céu aberto.
NOVA CANTU PR 01674	VAU VALE CANTU	Sítio lito-cerâmico a céu aberto.
NOVA CANTU CNSA PR 001675	LAJEADO RIO PRETO	Sítio lítico a céu aberto localizado a 52 m da margem esquerda do Lajeado Preto
NOVA CANTU CNSA 01677	CURVA DO CANTU 1	Sítio cerâmico a céu aberto localizado a 90 m da margem esquerda do rio Cantu.
NOVA CANTU CNSA PR 001678	CURVA DO CANTU 2	Sítio cerâmico a céu aberto situado a 80 m da margem esquerda do rio Cantu.
NOVA CANTU CNSA PR 01679	CURVA DO CANTU 3	Sítio arqueológico neobrasileiro e de contato.
NOVA CANTU CNSA PR 01680	CURVA CANTU 4	Sítio arqueológico pré-colonial (a céu aberto).
NOVA CANTU CNSA PR 01681	TONINHO PCH 1	Sítio pré-cerâmico a céu aberto localizado a aproximadamente 35m da margem direita de um córrego e 260 m do Rio Cantu
NOVA CANTU CNSA PR 01682	FAZENDA SANTA LUZIA	Sítio arqueológico com material lítico e cerâmico, localizado a 60 m da margem direita do rio Cantu
NOVA CANTU CNSA PR 01683	VAU FAZENDA SANTA LUIZA	Sítio pré-cerâmico a céu aberto.
CNSA NOVA CANTU PR 01677	RIO CANTU 1	Estrutura arqueológica composta por um acúmulo de materiais líticos lascados, percutores, núcleos, blocos e seixos, dispostos sobre uma área de 130 m <sup>2</sup> , entre o curso de um córrego

		perene e a margem direita do rio Cantu.
NOVA CANTU CNSA PR 01678	RIO CANTU 2	Sítio lítico onde foram encontrados, concentrados em uma área de 25 m <sup>2</sup> , um percutor, 5 lascas em arenito silicificado, 1 raspador em arenito silicificado e 1 lasca em sílex.
CNSA NOVA CANTU CNSA PR01679	RIO CANTU 3	SOBRE UMA ÁREA DE 100 M FORAM ENCONTRADOS DISPERSOS PELA SUPERFÍCIE FRAGMENTOS DE CERÂMICA E MATERIAIS LÍTICOS LASCADOS
NOVA CANTU CNSA PR0101786	RIO CANTU 3	Sobre uma área de 100 m <sup>2</sup> foram encontrados dispersos pela superfície fragmentos de cerâmica da Tradição Tupiguarani e materiais líticos lascados, incluindo uma ponta de projétil.
CNSNOVA CANTU CNSA PR01736	RIO CANTU 1	Estrutura arqueológica composta por um acúmulo de materiais líticos lascados, percutores, núcleos, blocos e seixos, dispostos sobre uma área de 130 m <sup>2</sup> , entre o curso de um córrego perene e a margem direita do rio Cantu.
NOVA CANTU CNSA PR01737	RIO CANTU 2	Sítio lítico onde foram encontrados, concentrados em uma área de 700 m <sup>2</sup> , materiais líticos, principalmente lascados. Foram encontrados em superfície e subsuperfície raspadores, furadores, percutores e lascas, a maioria em arenito silicificado.
QUARTO CENTENÁRIO	Não há Sítio Arqueológico cadastrado no CNSA	-
RONCADOR	Não há Sítio Arqueológico cadastrado no CNSA	-
TERRA BOA CNSA PR00551	PONTE SOBRE O RIO IVAÍ	Sítio lítico a céu aberto. Tradição Pré-cerâmica, Fase Ivaí.
UBIRATÃ CNSA PR00553	CARAJÁ 1	Sítio cerâmico e lítico a céu aberto, constituído por seis casas subterrâneas e três aterros. Tradição Itararé.
UBIRATÃ CNSA PR00554	SINOP 1	Sítio a céu aberto, constituído por aterros pequenos e alongados.
UBIRATÃ CNSA PR00555	SINOP 2	Sítio lítico a céu aberto. Oficina lítica, polidor.
UBIRATÃ CNSA PR 00556	PIRAMBOIA	Sítio lítico (oficina) a céu aberto.
UBIRATÃ CNSA PR00557	CARAJA 2	Sítio a céu aberto, constituído por três casas subterrâneas e aterros alongados.
UBIRATÃ	ATERRO DO PASTO	Sítio a céu aberto, construído por

CNSA PR 00558		aterros (circular e alongados).
UBIRATÃ CNSA PR 00559	CARAJÁ 3	Sítio a céu aberto, constituído por aterro circular.
UBIRATÃ CNSA PR 00560	ATERRO TIBURTIUS	Sítio a céu aberto, constituído por aterro circular.
UBIRATÃ CNSA PR 00561	CARAJÁ 4	Sítio a céu aberto, constituído por aterro circular.
UBIRATÃ CNSA PR 00562	CAMPO DE FUTEBOL	Sítio cerâmico e lítico a céu aberto. Tradição Itararé.
UBIRATÃ CNSA PR 00563	ESTRADA DA CANTAREIRA	Sítio cerâmico e lítico a céu aberto, constituído por casa subterrânea. Tradição Itararé.
UBIRATÃ CNSA PR 00564	PÉ DE GALINHA	Sítio cerâmico e lítico a céu aberto. Tradição Tupiguarani.
UBIRATÃ PR CNSA 00564	MILONGUITA	Sítio cerâmico e lítico a céu aberto. Tradição Tupiguarani.

**FONTE:** IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / SGPA.** Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/230>> Acesso em maio 2016

## ANEXO 02

## Comissão de Resignificação dos Caminhos de Peabiru assinada para o ano de 2017 em Peabiru-PR



Secretaria Municipal de Agricultura,  
Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo  
Divisão: Secretaria Geral  
Rua Narciso Simão, 373 - Centro, Peabiru - PR, 87250-000  
decon@peabiru.pr.gov.br  
44.3531.2385 www.peabiru.pr.gov.br

### PORTARIA Nº 167/2017

Nomeia os membros da Comissão de Resignificação dos Caminhos de Peabiru.

**JULIO CEZAR FRARE**, Prefeito Municipal de Peabiru, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

**CONSIDERANDO** o respeito à cultura indígena local, a necessidade de fomentar as **práticas, ressignificar e fazer** emergir as suas **representações** e por extensão promover e desenvolver o potencial material e imaterial dos Caminhos de Peabiru como Patrimônio Cultural, Histórico, Paisagístico, Turístico e Econômico neste Município.

### RESOLVE:

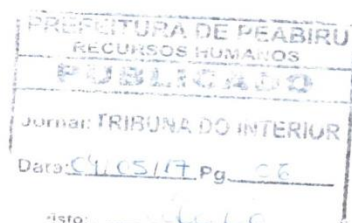
**Art.1º** - NOMEAR os abaixo relacionados para comporem a Comissão de Resignificação, Desenvolvimento e Fomento do Potencial Cultural, Histórico, Econômico, Paisagístico e Turístico e dos Caminhos de Peabiru no âmbito deste município

NOME	RG
ARLETO PEREIRA ROCHA	4.379.120-6 SSP-PR
MARIA ADELINA BASSETTO	3.520.596-5 SSP-PR
JULIANO STEPH SCARABEL	6.657.436-9 SSP-PR
WASHINGTON LUUIZ HENRIQUE DA SILVA	13.048.661-4 SSP-PR
IRLEI MONTEIRO DA SILVA	8.446.687-5 SSP-PR

**Art. 2º**- A Coordenação dos trabalhos desta Comissão fica a cargo do Historiador e Geógrafo local, Arléto Pereira Rocha.

**Art. 3º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação  
Gabinete do Prefeito Municipal de Peabiru, Estado do Paraná, em 03 de maio de 2017.

Julio Cezar Frare  
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Peabiru  
Praça Eleuterio Galdino Andrade, 21 Centro, Peabiru - PR, 87250-000  
44.3531.8101 | www.peabiru.pr.gov.br | CNPJ: 75.370.148/0001-17



## ANEXO 03

**Tratado Pelos Caminhos de Peabiru assinado por 06 prefeitos da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense**

**TRATADO DO PEABIRU**

COM OS FINS DE POTENCIALIZAR A HISTÓRIA, A CULTURA, O TURISMO BUSCANDO GERAR EMPREGO E RENDA POR MEIO DOS CAMINHOS DE PEABIRU, DE VILA RICA DO ESPIRITO SANTO E DAS RIQUEZAS PAISAGÍSTICAS, DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DOS MUNICÍPIOS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA, FIRMA-SE O PACTO PELOS CAMINHOS DE PEABIRU REGIDO PELAS SEGUINTESS PREMISSAS

**Art. 1º** Integram inicialmente o Pacto pelos Caminhos de Peabiru, os municípios da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, a ADETURS- Agencia de Desenvolvimento de Turismo Sustentável Regional e entidades da sociedade civil organizada.


**Art. 2º** O objetivo deste Pacto é o desenvolvimento do Turismo Regional, atração do turista e geração de emprego e renda por meio dos Caminhos de Peabiru, de Vila Rica do Espírito Santo, das riquezas paisagísticas e artesanal dos municípios e de seus patrimônios materiais e imateriais.

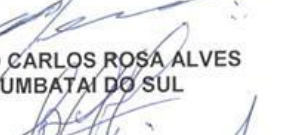
**Art. 3º** A assinatura deste documento não gera nenhuma obrigação financeira aos municípios.

Fênix, estado do Paraná, em 1º de junho de 2017

Em *ordem alfabética*:

  
**PREFEITO EDENILSON APARECIDO MILIOSSI  
 BARBOSA FERRAZ**

  
**PREFEITO TAUÍLO TEZELLI  
 CAMPO MOURÃO**

  
**PREFEITO CARLOS ROSA ALVES  
 CORUMBATAÍ DO SUL**

  
**PREFEITO MENO MOLINA  
 FÊNIX**

  
**PREFEITO JÚLIO CEZAR FRARE  
 PEABIRU**

  
**PREFEITO JOÃO CLÁUDIO ROMERO  
 QUINTA DO SOL**

  
**PREFEITO ROGERIO RIGUETTI  
 ENGENHEIRO BELTRÃO**

## ANEXO 04

**Projeto Histórico, Cultural e Turístico dos Caminhos de Peabiru apresentado por Arléto Rocha ao Senador Álvaro Dias, ao Deputado Federal Rubens Bueno e ao Ministro da Cultura Roberto Freire em Brasília, em março de 2017.**



## ANEXO 05

Inserido no propósito de Ressignificação dos Caminhos de Peabiru em seu projeto Histórico, Cultural e Turístico as datas populares levam a história Caminhos de Peabiru aos eventos locais.



## ANEXO 06

**Marco Caminhos de Peabiru, no centro da cidade de Peabiru-PR.**



## ANEXO 07

**Trilhas e Caminhadas são realizadas aos fins de semana em Peabiru-PR em prováveis rotas indígenas pretéritas reunindo pessoas de todas as idades, sexos, e de outras cidades da região e do estado do Paraná, no intuito de difundir o valor Histórico, Cultural e Turístico dos Caminhos de Peabiru.**



